



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO -
POSTRAD

POLÍTICA LINGUÍSTICA E ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA EM LIBRAS NO
MUSEU MEMORIAL JK DE BRASÍLIA: FOCO NA TRADUÇÃO

FRANCIELE OGA MOREIRA

BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO – 2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE TRADUÇÃO –
POSTRAD

POLÍTICA LINGUÍSTICA E ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA EM LIBRAS NO
MUSEU MEMORIAL JK DE BRASÍLIA: FOCO NA TRADUÇÃO

FRANCIELE OGA MOREIRA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA
TRADUÇÃO – POSTRAD DO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS
ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UnB COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO
DO GRAU DE MESTRE EM ESTUDOS
DE TRADUÇÃO.

Orientador: Dr. Gláucio Castro Júnior

APROVADA POR:

Prof.º Dr. Gláucio de Castro Júnior
(Orientador)

Prof.ª Dra. Patrícia Tuxi dos Santos
(Presidente) (a)

Prof.º Dr. Diego Maurício Barbosa
(Examinador(a) Interno(a))

Prof.ª Dr. Wolney Gomez Almeida
(Examinador(a) Externo (a))

Prof.ª Dra. Helena Santiago Vigata
(Examinador(a) Suplente (a))

BRASÍLIA/DF, 09/02/2023

FICHA CATALOGRÁFICA

MOREIRA, FRANCIELE OGA

Política Linguística e Acessibilidade Linguística em Libras no Memorial JK de Brasília: Foco na tradução. [Distrito Federal] 2023.

xvii, 115 p., 210 x 297 mm (IL/POSTRAD/UnB, Mestre, Estudos de Tradução, 2023).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Letras.

Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução.

1. Tradução

2. Libras

3. Acessibilidade

4. Museus

I. IL/POSTRAD/UnB

II. Título (série)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MOREIRA, F. O. (2023). Política Linguística e Acessibilidade Linguística em Libras no Museu Memorial JK de Brasília: Foco na tradução, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 115 p.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Franciele Oga Moreira.

TÍTULO: Política Linguística e Acessibilidade Linguística em Libras no Museu Memorial JK de Brasília: Foco na tradução.

GRAU: Mestre

ANO: 2023

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Franciele Oga Moreira

Dedico em memória a minha
avó Olésia Oga, ao meu avô
Geraldo Oga e a minha avó
Antônia Moreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, por ter me mantido na trilha certa durante o percurso de desenvolver a dissertação, com saúde e forças para chegar até a defesa deste trabalho.

À Universidade de Brasília, por oferecer acessibilidade aos Surdos(as), disponibilizando intérpretes de Libras presenciais e, durante a pandemia, de forma remota. À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pelo suporte financeiro.

Agradeço aos meus pais, Sueli e Valdenir, e ao meu irmão Fabiano, pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações. Eu sei o quanto se sacrificaram por mim e, por isso, essa conquista é nossa. Apesar da distância e saudade, foram essenciais para essa conquista. Também a minha cunhada Eliziane, minha sobrinha Lara, vovô João e aos membros da minha família Oga e Moreira, por quem tenho muitas saudades e considero muito especiais para mim.

Ao meu noivo, João Gabriel, que é, acima de tudo, um grande amigo, sempre presente nos momentos difíceis com uma palavra de incentivo. Por me ajudar e, muitas das vezes, tirar minhas dúvidas, aliviando as dificuldades para o desenvolvimento de toda a minha formação superior.

Ao meu orientador Gláucio de Castro Júnior, pela sua dedicação e paciência durante o desenvolvimento desta dissertação. Seus conhecimentos fizeram grande diferença no trabalho, sempre estando presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar.

Agradeço aos meus amigos Marcio Ferragina, Rogério Feitosa, Claritania Colombo, Heloise Magalhães, Dayane Barbosa, Falk Moreira e Cornel Newsiedler pela colaboração durante todo o percurso. Vocês são especiais para mim. Em especial, agradeço ao meu amigo Marcio Ferragina, pela ajuda na leitura atenta do trabalho e edição de vídeos.

À família do meu noivo, que sempre me incentiva nas minhas realizações e a todos os meus amigos que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com espírito colaborativo. Agradeço também aos professores (as) Diego Barbosa, Wolney Almeida e Helena Santiago pelas suas contribuições como banca examinadora e, em especial, a Professora Patrícia Tuxi tudo por presidir a banca. Com certeza, seus apontamentos e sugestões melhoraram o meu trabalho.

MOREIRA, F. O. (2023). Política Linguística e Acessibilidade Linguística em Libras no Memorial JK de Brasília: Foco na tradução, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 115 p.

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito da linha de pesquisa Tradução e Práticas Sociodiscursivas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Tradução da Universidade de Brasília (POSTRAD/UnB). Seu objeto de estudo é a acessibilidade e políticas linguísticas em ambientes culturais, visando analisar a adequação da tradução do Museu Memorial Juscelino Kubitschek de Brasília-DF com vista a promoção da acessibilidade e análise das políticas linguísticas de acessibilidade. Os públicos-alvo que participaram da pesquisa são membros da comunidade Surda, especialistas em cultura Surda, tradutores, intérpretes, docentes, discentes e demais interessados na área. Os objetivos específicos da pesquisa foram: i) investigar os resultados legais da luta da comunidade Surda quanto a sua língua, acessibilidade e educação; ii) apresentar como os museus têm se adequado a estas necessidades ao longo da história; iii) delimitar o espaço ao Museu Memorial JK, verificando a atual situação encontrada neste local; iv) investigar, através de entrevistas, como a comunidade Surda vê o nível de acessibilidade do Memorial; e por fim comparar os resultados com uma investigação in loco. A fundamentação teórica foi dividida em uma perspectiva sociolinguística e políticas linguísticas, fundamentada em autores como Oliveira (2015) e Calvet (2007). O percurso metodológico que definiu o escopo da pesquisa, foi dividido em quatro etapas: i) revisão bibliográfica e da legislação sobre políticas linguísticas da Libras; ii) formulação de questionário e aplicação do mesmo; iii) verificação in loco quanto a aplicação da tradução e interpretação em Libras no Memorial e comparação com o verificado nas entrevistas; iv) apresentação da proposta de tradução em Libras da história do Juscelino Kubitschek, que foi o recorte que selecionamos para essa pesquisa. Os referidos resultados mostram que ainda há lacunas na tradução e interpretação em Libras do Memorial, especialmente na falta de intérpretes de Libras no local e quanto a tradução da história do JK. Para cada objetivo, traçado foram conclusos os resultados com implementação da metodologia, podendo ser construído um panorama histórico-legal das lutas da comunidade Surda, apresentando o percurso de desenvolvimento da acessibilidade em museus, desde a Grécia até a implantação do Museu Memorial JK, observando as especificidades quanto a acessibilidade linguística para este último e podendo, através da entrevista e investigação in loco propor a melhor adequação, especialmente quanto a proposta de tradução em Libras da

história de JK. Espera-se que a proposta elaborada forneça a instituição e aos demais museus, um suporte para a adequação dos ambientes para a efetivação da acessibilidade linguística para a comunidade Surda.

Palavras-chaves: Tradução; Acessibilidade Linguística; Libras; Museus; Memorial JK.

MOREIRA, F. O. (2023). Linguistic Policy and Linguistic Accessibility in Libras at the JK Memorial in Brasília: Focus on translation, University of Brasília, Brasília/DF, 115 s.

ABSTRACT

This work was developed within the scope of the research line Translation and Sociodiscursive Practices of the Graduate Program in Translation Studies at the University of Brasília (POSTRAD/UnB). Its object of study is accessibility and language policies in cultural environments, aiming to analyze the adequacy of the translation of the Juscelino Kubitschek Memorial Museum in Brasília-DF with a view to promoting accessibility and analysis of language accessibility policies. The target audiences that participated in the research are members of the Deaf community, specialists in Deaf culture, translators, interpreters, teachers, students and other people interested in the area. The specific objectives of the research were: i) to investigate the legal results of the struggle of the Deaf community regarding its language, accessibility and education; ii) present how museums have adapted to these needs throughout history; iii) delimit the space to the JK Memorial Museum, verifying the current situation found in this place; iv) investigate, through interviews, how the Deaf community sees the level of accessibility of the Memorial; and finally, v) compare the results with an in loco investigation. The theoretical foundation was divided into a sociolinguistic perspective and linguistic policies, based on authors such as Oliveira (2015) and Calvet (2007). about Libras language policies; ii) questionnaire design and application; iii) verification in loco regarding the application of the translation and interpretation in Libras in the Memorial and comparison with what was verified in the interviews; iv) presentation of the proposed translation into Libras of the story of Juscelino Kubitschek, which was the selection we selected for this research. These results show that there are still gaps in the translation and interpretation in Libras of the Memorial, especially in the lack of Libras interpreters on site and in terms of the translation of the story of JK. For each objective, the results were drawn up with the implementation of the methodology, allowing a historical-legal overview of the struggles of the Deaf community to be built, presenting the path of development of accessibility in museums, from Greece to the implementation of the JK Memorial Museum, observing the specifics regarding linguistic accessibility for the latter and being able, through the interview and on-site investigation, to propose the best adaptation, especially regarding the proposed translation of JK's story into Libras. It is expected that the proposed proposal will provide the institution and the other museums with

support for adapting the environments for the effectiveness of linguistic accessibility for the Deaf community.

Keywords: Translation; Accessibility; Libras; Museums; Memorial JK.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo histórico dos museus	54
Tabela 2 - Os museus brasileiros	56
Tabela 3 - Questionário para os(as) Surdos(as).....	68
Tabela 4 - Seções do Site prpostas a serem traduzidas.....	69
Tabela 5 - Análise das Respostas	82
Tabela 6 - Análise das Janelas de Libras do Memorial JK com relação a NBR 15290:2005	85
Tabela 7 - Vídeos Produzidos.....	93

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Tradução/Interpretação de música no carnaval em língua de sinais	40
Figura 2 - Tradução/Interpretação de uma peça teatral em língua de sinais	41
Figura 3 - Tradução/Interpretação no Museu Memoria JK em Libras	41
Figura 4 - Espaço de Libras na tela	72
Figura 5 - Posicionamento do intérprete e recursos necessários	74
Figura 6 - The Preservation of Sign Language By George W. Veditz	76
Figura 7 - Registro de tradução em Libras no Memorial JK	77
Figura 8 - Intérprete no telão central do hall de entrada do Memorial JK	86
Figura 9 - Intérprete do holograma do Presidente JK.....	87
Figura 10 - Intérprete na biblioteca do Presidente JK	87
Figura 11 - Tradução Sala Dona Sara.....	88
Figura 12 - Telão na entrada do segundo andar.....	89
Figura 13 - Tradução das vestimentas Dona Sara	90
Figura 14 - Tradução da história de JK	91
Figura 15 - Tradução da história de JK, ano 1964.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Libras - Língua Brasileira de Sinais

JK - Juscelino Kubitschek

FENEIS - Federação Nacional da Educação dos Surdos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

LB DEN - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

NBR - Norma Brasileira

TICS - Tecnologias da informação e comunicação

L1 – Primeira Língua

CBO - A Classificação Brasileira de Ocupações

TILS - Tradutor(a) Intérprete de Línguas de Sinais

FEBRAPILS - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores(as) e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais

MB - Mediadores(as) Bilíngues em Libras

CDPD - Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

LF - Língua Fonte

LA - Língua Alvo

TAVA - Audiodescrição, Janela de Interpretação de Língua de Sinais e Legendagem para Surdos e ensurdecidos (LSE)

PNM - Políticas Nacional de Museus

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

PSD - Partido Social Democrático

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

USP - Universidade de São Paulo

ICOM - Comissão Internacional de Museus

L2 – Segunda Língua

PIP - Picture-in-Picture

ASL - Língua de Sinais Americana (American Sign Language)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	8
ÍNDICE DE TABELAS	10
ÍNDICE DE FIGURAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SURDOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS ÚLTIMOS 20 ANOS	20
1.1 A luta do movimento Surdo até a consolidação da Lei da Libras	20
1.2 Considerações sobre o Decreto n. 5626 de 22/12/2005.....	22
1.3 Legislações relacionada à garantia da educação de Surdos no Brasil	23
1.4 Política Linguística Aplicada a Acessibilidade Linguística	24
1.5 Considerações finais do capítulo	27
CAPÍTULO 2. A TRADUÇÃO E A ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA EM MUSEUS	28
2.1 Conceito de Acessibilidade	28
2.1.1 Estratégias de Acessibilidade em Museus	34
2.2 Considerações sobre a prática tradutória na promoção da Acessibilidade linguística para o(a) Surdo(a).....	38
2.2.1 Tradutores(as) Intérpretes e Mediadores(as) de Libras	43
2.2.3 Acesso a Museu pelos(as) Surdos(as): como a tradução pode contribuir?.....	47
2.2.4 Tradução e Acessibilidade: produção de vídeos e guias acessíveis em Libras como campo de atuação de tradutores(as).....	48
2.3 Mediação em Museus para público Surdo.....	50
2.4 Histórico dos museus no Brasil e no mundo, suas propostas pedagógicas e iniciativas para acessibilidade linguística para Surdos	53
2.5 A linguagem museológica e os desafios para a tradução na acessibilidade linguística	61
2.6 Perspectiva qualitativa para promoção da acessibilidade em museus	63
2.7 Considerações finais do capítulo	65
CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1 Procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa	67

3.2 A Proposta de Elaboração de Vídeos com Respeito a Tradução da História do JK.....	69
3.3 Definição dos critérios técnicos para elaboração de vídeos em Libras	71
3.4 Registro das estratégias da elaboração dos vídeos e guias acessíveis em Libras	75
3.5 Justificativa para a seleção do Museu Memorial Juscelino Kubistchek (JK) para a pesquisa	77
3.6 Considerações Finais do Capítulo	80
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES	81
4.1 Museu Memorial JK: uma visão geral da acessibilidade linguística em Libras.....	81
4.1.1 A visão de alguns membros da comunidade Surda quanto a acessibilidade em Libras do Memorial JK.....	81
4.1.2 A averiguação <i>in loco</i> e comparações	83
4.2 Proposta de tradução para elaboração de vídeo-guia acessível em Libras do Museu JK	85
4.3 A Proposta de Tradução da História do JK	92
4.4 Considerações Finais do Capítulo	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICE 1: às Entrevistas	109
Entrevistado 1	109
Entrevistado 2.....	109
Entrevistado 3.....	111
Entrevistado 4.....	111
Entrevistado 5.....	112
Entrevistado 6.....	113
APÊNDICE 2: Os 9 tipos de acessibilidade para Surdos(as)	114

INTRODUÇÃO

“Mudar é difícil, mas é possível”

Título do livro de Paulo Freire, 1997

Essa frase representa a necessidade da sociedade em adaptar-se às realidades que a vida impõe. Como Surda¹, tenho observado as barreiras linguísticas da comunicação desde meu nascimento, apesar de filha de pais Surdos e irmão ouvinte, o convívio em uma sociedade majoritariamente ouvinte e de pouco interesse nas línguas de sinais, dificulta o acesso a serviços básicos da sociedade, como educação e saúde. Tais barreiras vêm sendo superadas ao longo dos últimos vinte anos, desde a aprovação em todas as leis n.10436 de 2002, que reconhece a Língua de Sinais Brasileira (Libras) como língua da comunidade Surda. No entanto, a não difusão e não obrigatoriedade de utilização dessa língua em diferentes espaços públicos, faz com que os integrantes da comunidade Surda (e nela me incluo), se sintam como estrangeiros no próprio país.

Percebendo essas barreiras, desde o início da minha formação superior, tenho buscado desenvolver trabalhos que possam auxiliar na melhora da qualidade da educação dos(as) Surdos(as) e acessibilidade sociolinguística. Dois dos resultados efetivamente alcançados por mim no Programa de Pós-graduação em Estudos de Tradução da Universidade de Brasília (POSTRAD-UnB), orientado pelo Professor Doutor Gláucio de Castro Júnior: um capítulo de livro sobre a melhora da qualidade de educação dos(as) Surdos(as) para quando o ensino é ministrado diretamente em Libras (veja MOREIRA, DE ARAUJO OLIVEIRA E FERRAGINA, 2021); e um artigo sobre a importância do Intérprete de Libras na difusão de informações sobre a pandemia COVID-19 para evitar a propagação de *fake news*, recentemente publicado na revista *Trabalhos em Linguística Aplicada* (UNICAMP), (veja DE ARAUJO OLIVEIRA, MOREIRA, CASTRO JÚNIOR. E REICHERT, 2022). Assim, com o ingresso no mestrado em 2020 e junto ao meu orientador Gláucio de Castro Júnior buscamos dar continuidade a esse processo de aprendizagem e entendimento da realidade da comunidade quanto ao acesso à informação dos(as) Surdos(as) em ambientes culturais. Então, escolheu-se o Memorial Museu JK como objeto de estudos para o desenvolvimento da presente dissertação.

¹ Em todo o trabalho a palavra Surdo(a) estará com a letra ése maiúscula. A justificativa para isso se dá pelo empoderamento e a necessidade de reconhecer o(a) Surdo(a) com as suas especificidades linguísticas, como aponta CASTRO JÚNIOR (2011).

O objetivo geral deste trabalho é investigar a acessibilidade linguística em Libras, no Museu Memorial JK de Brasília em vista de analisar como tem sido tratado o tema “Modernidade e Acessibilidade” que são adotados na política linguística de reestruturação do memorial. O Museu apresenta esse lema em suas cartilhas, o que instiga a presente pesquisa para verificar se o cumprimento dessa proposta é efetivo ou não para os Surdos que visitam este espaço, como é tratado por Chalhub, Benchimil e Rocha (2015) e Chalhub e Gomes (2018), contudo, para os casos dos Museus Paraense Emilio Goeldi e Nacional (Rio de Janeiro). Como objetivos específicos, elencam-se quatro, são eles: investigar os resultados legais da luta da comunidade Surda quanto a sua língua, acessibilidade e educação; apresentar como os museus têm se adequado a estas necessidades ao longo da história; delimitar o espaço ao Museu Memorial JK, verificando a atual situação encontrada neste local; investigar, através de entrevistas, como a comunidade Surda vê o nível de acessibilidade do Memorial e por fim comparar os resultados com uma investigação *in loco*.

Para isso, utilizou-se da metodologia de revisão e interpretação da literatura vigente e das Leis promulgadas ao longo dos últimos movimentos Surdos e política educacionais dos últimos 20 anos, seguido da realização de entrevistas por meio de um questionário previamente elaborado e podendo, assim, refletir como a comunidade observa a acessibilidade no Memorial; para, então, concluir os resultados através de uma investigação, no local, com registros fotográficos que garantem a comparação entre os relatos e o que foi efetivamente observado. Assim, pôde-se delinear toda a estrutura do trabalho, para possibilitar uma leitura atenta quanto ao objeto de estudo e diagnosticar quais são as necessidades que ainda devem ser adaptadas para a adequação plena do ambiente ao tema “Modernidade e Acessibilidade”, com relação à acessibilidade linguística em Libras do Museu. Nesse contexto, a dissertação foi dividida em quatro capítulos, os quais são mutuamente independentes, mas que se ligam pela grande área da sociolinguística e da tradução em Língua de Sinais Brasileira (Libras).

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar, através da luta das comunidades, como foram garantidos os direitos dos(as) Surdos(as) por meio da promulgação de Leis específicas. Para isso, apresentou-se a importância histórica da criação da Federação Nacional da Educação dos Surdos (FENEIS) e da presença das Associações no âmbito nacional. Essas instituições garantiram, junto à comunidade Surda, a retenção da atenção dos três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo. Para que, assim, fosse efetivamente garantida à Libras o reconhecimento como segunda língua do Brasil.

A Libras foi reconhecida com a implementação da Lei de nº 10.436, em 24 de abril de 2002, quando sancionada, após uma vasta discussão em plenário e fora, do Projeto de Lei de nº 131/96. Essa Lei torna a língua de sinais como a segunda língua do Brasil e como a primeira língua de toda pessoa Surda. Contudo, não apresentava a formalização da profissão do(a) Tradutor(a)/Intérprete de Libras, que vem a ser, apenas em 2005, apresentada com o Decreto-Lei 5.626 (e que vem a ser reconhecida pelo Decreto-Lei de nº 12.319 de 2010). Assim, através desses reconhecimentos, a comunidade pôde garantir os seus direitos linguísticos e buscar o avanço na área da educação. Contudo, apenas em 2021 que o eixo da educação bilíngue vem a ser incluído na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), com a Lei de nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Cada uma dessas importantes Leis representam uma parte do capítulo em questão.

O segundo capítulo busca apresentar o conceito de acessibilidade, convergindo para a sua aplicação em museus e apresentando desde o contexto histórico, as Leis que regem e determinam a acessibilidade e a presença da comunidade Surda como protagonista. Nesse sentido, se inicia apresentando o conceito de acessibilidade e como, dentro da linguística, se enquadra a tradução e interpretação em Libras. Para isso, é necessário o entendimento dos tipos de acessibilidade, que mostram, em especial, a sociolinguística e a acessibilidade linguístico-espacial, onde, para o caso da língua de sinais não ser a língua predominante, a garantia do direito da interpretação e tradução através de um profissional que possa garantir aos(as) Surdos(as), em especial em espaços culturais e educativos, o acesso à informação apresentada.

Assim, o capítulo mostra como a formação desses profissionais e seus registros são essenciais para a garantia do cumprimento, em especial, da Lei de nº 10.436. Além disso, o importante papel da tecnologia como benefícios à versatilidade e a mobilidade, não apenas nesses espaços, mas em toda a sociedade. Essa tecnologia que possibilita a comunicação independente entre Surdos(as) e ouvintes, com o uso adequado do ferramental. Entendido todo esse processo entre as subseções 2.1 e 2.5, converge-se para o entendimento da acessibilidade em Museus, apresentando, primeiro, o contexto histórico quanto à acessibilidade nesses espaços e, então, apresentar a importância dos(as) mediadores(as) nesses locais. Assim, foi possível discutir como o processo tradutório pôde garantir o acesso à informação, mas não descuidando das necessidades de aperfeiçoamento das técnicas aplicadas para a tradução, de forma cada vez mais clara e compreensível.

Nesse mesmo capítulo, pôde-se, então, aprofundar os conceitos e técnicas aplicadas em Museus, para o caso do Memorial JK (objeto de estudo dessa dissertação). Com isso,

apresentou-se a proposta pedagógica do museu em questão e, em especial, a discussão quanto ao novo lema abordado por ele: “Modernização e Acessibilidade”. Assim, garantindo a sustentação teórica para a averiguação *in loco* da acessibilidade no Memorial que é feita no capítulo terceiro. Esse segundo capítulo foi dividido em 12 subseções, que aprofundam, em cada uma, tudo que foi apresentado nestes dois parágrafos.

No terceiro capítulo, o objetivo central é apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento final do trabalho, estando este capítulo dividido da seguinte forma: a primeira parte reflete sobre os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa; A segunda apresenta a proposta de elaboração de vídeos com respeito a tradução da história do Presidente JK; A terceira é referente à definição dos critérios técnicos para elaboração de vídeos em Libras; A quarta quanto ao registro das estratégias da elaboração dos vídeos e guias acessíveis em Libras; A quinta delimita e justifica a pesquisa no Museu Memorial JK; e por fim as considerações finais.

Assim, pôde, no Capítulo 4 aplicar a investigação e comparações das normas técnicas com relação à acessibilidade em Libras no Memorial e o que efetivamente é aplicado no ambiente. Com isso, o capítulo final está dividido em quatro partes. A primeira apresenta a delimitação do Museu Memorial JK com uma visão da acessibilidade em Libras; e a segunda apresenta a investigação, respostas e questionamentos gerados por seis membros da comunidade Surda que foram selecionados para as entrevistas; a terceira traz a comparação entre os pontos apontados pelos entrevistados e a averiguação *in loco* realizada pela pesquisadora; a quarta propõe uma proposta de tradução da história do Presidente JK, incluindo a elaboração de vídeos-guia acessíveis em Libras.

É importante ressaltar que, na literatura, diversos autores já trataram do tema acessibilidade em Museus, tendo como destaque Marandino (2008), Chalhub *et al* (2015), Costa, Lameirão e Boas (2017), Chalhub e Gomes (2018) e Chalhub Gomes e Rodrigues (2018). Esses trabalhos têm como foco observar e interpretar a realidade da comunidade Surda quando tratado da acessibilidade em Museus. Ao longo de todo este trabalho, estes e outros trabalhos acadêmicos serão discutidos e utilizados para fundamentar, cientificamente, a presente dissertação. Vale ressaltar que, apesar de precisos, nenhum deles têm como objeto de estudo o Memorial JK ou discutem, de forma tão exaustiva, o tema da acessibilidade linguística em Libras em Museus como é feito aqui. Apesar de recente, como pode-se perceber pelos anos das publicações dos trabalhos, o tema tem cada vez mais instigando pesquisadores, que buscam compreender e colaborar com o desenvolvimento do tema no âmbito acadêmico, assim como o presente trabalho.

CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SURDOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

O objetivo central deste capítulo é apresentar a importância e as conquistas da luta da comunidade Surda com relação a consolidação da sua língua e políticas educacionais. Trata-se de como o movimento Surdo mobilizado resultou na promulgação da Lei de nº 10.436 de 2002 que a Língua de Sinais Brasileira (Libras) como língua da Comunidade Surda brasileira e os efeitos da Lei até os dias atuais.

1.1 A luta do movimento Surdo até a consolidação da Lei da Libras

O panorama histórico da Língua de Sinais remete a um período muito longínquo na sociedade, que tem como um de seus marcos centrais, a tragédia causada pelo Congresso de Milão (1880 – 1980), que implicou, no Brasil e no mundo, em uma negação das Línguas de Sinais por parte da sociedade. Para essa decisão, não houve qualquer participação da comunidade Surda. Esse movimento opressor, supôs que a comunidade em questão seria inferior, devido à barreira da comunicação que impedia as relações sociais. Assim, tornando obrigatório o oralismo que “normatizava” o ser Surdo, como mostra Wrigley (1996, p. 47) na seguinte afirmação: “[...] para o oralista, convencionalização tem o objetivo mais amplo: as crianças surdas ‘passarão’ por ouvintes, tornando-se assim ‘aceitáveis’ como pessoas que parecem ouvir”.

Esses conceitos trazem uma visão patológica do ser Surdo, que não condiz com a realidade. A opressão vinda desse pensamento, só vai vir a ser reduzida a partir da década de 1950, quando começaram a ser traçados novos rumos para a comunidade e sua comunicação, em especial, a partir dos estudos de Stokoe quanto a Língua de Sinais Americana, buscando, assim, retomar o espaço que é de direito da comunidade Surda (veja MOREIRA, DE ARAUJO OLIVEIRA e FERRAGINA, 2021). Nessa nova frente, não apenas as pessoas Surdas, mas também, parte da comunidade ouvinte que se dispôs a dar suporte a estruturação de uma militância da comunidade pela busca dos seus direitos, como mostra Quadros (2006).

Quadros (1997), ressalta que é preciso oportunizar o acesso completo à informação curricular e cultural, garantindo aos alunos(as) Surdos(as) os conteúdos que são estudados em uma escola de educação básica. Assim, são gerados os mecanismos de acessibilidade ao currículo, incluindo alguns elementos da cultura surda, por meio de uma metodologia que contemple a experiência visual inerente às crianças surdas. Esses processos, são entendidos

como saberes culturais, sendo eles: a identidade, a língua, a história cultural, as artes e a pedagogia surda. Esses direitos são considerados essenciais e se asseguram no artigo 5º, inciso III da Lei de nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que diz: “respeito às pessoas com deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, reconhecendo os direitos que lhes são garantidos, sem privilégios ou paternalismo”.

Além disso, o caput do artigo 5º do Princípio Constitucional da Igualdade, considera, na Constituição Federal o direito de que todos os cidadãos devem ser tratados igualmente. Estes direitos foram tratados na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Nova Iorque, tendo sido promulgado como Lei pelo Decreto-Lei de nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Assim, o direito do(a) aluno(a) Surdo(a) à educação, através da língua de sinais, está assegurado na Declaração de Salamanca (1994) no artigo 19 e no Brasil, pela Lei de nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Porém, estas normas não são cumpridas na sua totalidade. Preconceitos e estereótipos ainda são notados, mesmo que de forma implícita, motivos que atrasam o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos alunos(as) Surdos(as). De modo que os(as) Surdos(as) vão buscando, cada vez mais, ocupar seu espaço na sociedade, serem respeitados(as) em suas diferenças. E então, através das manifestações de seus desejos, suas críticas e seus anseios e as novas técnicas de aprendizagens para aquisição de conhecimento, sejam capazes de oportunizar sua inserção em um processo democrático de forma plena.

No entanto, de forma tardia, o movimento dos(as) Surdos(as) com relação às políticas educacionais ganha força, nacional e internacionalmente, só a partir dos anos de 1990. Uma das entidades essenciais para o movimento no Brasil é a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos(as) Surdos(as)), que tem como um de seus marcos, o ano de 1993, com a apresentação de uma agenda, até então, liderada pelo seu Presidente o Sr. Antônio de Campos Abreu. A agenda continha propostas para a formulação de uma Lei que garantisse os direitos dos(as) Surdos(as) e da Língua Brasileira de Sinais, como mostra Kingdon (1995), Dias e Matos (2012) e Oliveira e de Araujo Oliveira (2021).

Com base nesses fundamentos, a Senadora Benedita da Silva encampa o projeto elaborado pela FENEIS, levando-o para as discussões parlamentares. Infelizmente, após alguns anos, diversos questionamentos foram apontados, tais como: que língua é essa? Qual a sua finalidade? Seria uma língua ou uma linguagem? E entre outras questões. Além do mais, foi exigido um pleito popular, onde a comunidade surda de todos os Estados do Brasil teve de acolher e assinar, como mostra Parente, Rus Perez e Mattos (2011). Passados os trâmites necessários é então levada a Proposta de Lei de nº 131/96 ao plenário em abril de

2002, sendo aprovada e sancionada em 24 de abril de 2002 e se tornando a Lei de nº 10.436 de 2002.

A referida Lei, estabelece, que o poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos, devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva. Além disso, também foi decidido que o sistema educacional deve garantir a inclusão do ensino da língua como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério. Na próxima seção é apresentada a formulação do Decreto-Lei de nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.

1.2 Considerações sobre o Decreto n. 5626 de 22/12/2005

Com a promulgação da Lei acima apresentada, houve a necessidade de adequação de todo o sistema educacional e de atendimento público brasileiro, contudo, não propôs-se, na Lei, a regulamentação para o processo educativo da comunidade Surda. Assim, em 22 de dezembro de 2005 é promulgado o Decreto-Lei de nº 5626 que dispõe de tratar da Libras dentro do sistema educacional brasileiro. Esse Decreto, está dividido em nove capítulos, em ordem crescente, são eles: das disposições preliminares; da inclusão da Libras como disciplina curricular; da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras; do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas Surdas à educação; da formação do(a) tradutor(a) e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; da garantia à educação das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva; da garantia do direito à saúde das pessoas Surdas ou com deficiência auditiva; do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão da Libras; e das disposições finais.

Fica claro, a partir dos seus capítulos, que o Decreto se trata de uma expansão do Decreto-Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e do Decreto-Lei de nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, reafirmando os direitos da comunidade surda quanto à sua língua e acesso à informação. Esse Decreto reforça, essencialmente, a formação dos(as) Surdos(as) e ouvintes para a execução de um trabalho adequado perante a comunidade Surda, garantido (às) aos Surdos(as) um tratamento formal quanto à sua língua e, exigindo, inclusive, a certificação de proficiência para que possa trabalhar com a Libras. Além disso, reforça a garantia de uma educação de qualidade, do acesso à informação (que vem a ser novamente reforçado na Lei Brasileira de Informação e na Lei do Acesso à Informação), além da obrigatoriedade da inclusão da disciplina nos cursos de formação de professores em nível

médio, superior e nos cursos de fonoaudiologia, sejam esses ministrados tanto em instituições públicas quanto privadas.

Com a imposição por força de Lei, fica, então, determinadas as diretrizes que reforçam a importância da Libras para a sociedade, não apenas a Surda, mas para a comunidade como um todo, que deve garantir o direito da igualdade de todos, como foi apresentado, na seção acima, pelo art. 5º caput da Constituição Federal. Com essas duas importantes Leis, fica evidente que a Libras não se trata apenas de uma simples comunicação entre a comunidade Surda, mas de uma língua reconhecida pela sociedade Brasileira. Infelizmente, apesar de apresentar a formação necessária para que o(a) intérprete de Libras exerça sua função, esse Decreto não regulamenta a profissão. Com isso, tanto a comunidade Surda, como os profissionais habilitados passaram a lutar pela regulamentação da profissão, o que também é apontado pelos autores Oliveira e de Araujo Oliveira (2021).

Assim, em 1º de setembro de 2010, é sancionado o Decreto-Lei de nº 12.319 que diz em seu caput “regulamenta a profissão de Tradutor(a) e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS”. Esse Decreto-Lei, ressalta toda a formação exigida pelo Decreto anterior e especifica as atribuições do(a) tradutor(a) e intérprete no seu art. 6º. Além disso, reforça as obrigações do profissional perante o art. 7º da mesma Lei incisos I ao VI. Diante do exposto, percebe-se as lutas e conquistas da comunidade surda, contudo, desde o princípio da aceitação da língua, a comunidade busca o direito à Educação Bilíngue, que também é apontado pelos autores Dias e Matos (2012). Essas Leis entraram em vigor em 2020 e 2021 e são temas da próxima seção.

1.3 Legislações relacionada à garantia da educação de Surdos no Brasil

Apesar de toda a luta da comunidade Surda com respeito à educação, a primeira vez que a Educação Bilíngue vem a aparecer como forma de Lei foi no inciso 2 do art. 2º do Decreto-Lei de nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui:

II - educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdocegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua; (BRASIL, DECRETO-LEI de nº 10.502, art. 2º inciso II, 2020)

Essa iniciativa abre novas oportunidades para que essa modalidade educacional passe a entrar em vigor na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), feito que, até então, não

havia sido oficializado pela sociedade Brasileira. Tal fato é de suma importância para a garantia dos direitos da comunidade Surda quanto à educação, como mostra Oliveira e de Araujo Oliveira (2021). Com isso e com base na luta pelos direitos de uma educação de qualidade, a comunidade surda passa a exigir que seja reformulada a metodologia de ensino aplicada no Brasil, conseguindo, então, incluir o eixo da Educação Bilíngue de Surdos(as) na BNCC, através do Decreto-Lei de nº 14.191 de 3 de agosto de 2021 que apresenta a demanda por parte da comunidade para que haja uma elevação na qualidade da educação dos membros da comunidade. Contudo, a promulgação da Lei deixa de apresentar em seus artigos quais os mecanismos fiscais de financiamento dessa política de educação, tanto para a sua implementação, quanto para os mecanismos de trânsito, que passam a ser os novos objetos de estudo para que a comunidade possa lutar e garantir os seus direitos.

Lara e Deitos (2019) apresentam a importância da Educação Bilíngue para os(as) Surdos(as), principalmente no que tange a escola bilíngue. Para os autores, essa metodologia educacional fortalece a perspectiva de que o sujeito(a) Surdo(a) pode garantir os seus direitos quanto ao respeito à sua língua. O favorecimento ao contato direto com a língua de sinais apresenta, segundo eles, uma melhora na compreensão das disciplinas e no aprendizado da matéria passada em sala de aula, o que favorece a qualidade da educação para a comunidade, principalmente no que tange aos primeiros anos de ensino. A próxima subseção apresentará as relações entre as políticas desenvolvidas e a tradução.

1.4 Política Linguística Aplicada a Acessibilidade Linguística

A política, no seu sentido estrito sensu, trata-se da relação e busca de vantagens entre as diferentes partes, como mostra Bobbio (2000, p. 954). Para o caso das políticas linguísticas, têm-se como referencia as decisões sociais com respeito a língua das pessoas [veja Calvet (2007)]. Assim, para as políticas linguísticas, as decisões, comumente, são em âmbito mundial, nacional, estadual, municipal ou até mesmo, familiar. Segundo o autor, o princípio dos estudos relacionados ao tema e a origem do termo, remonta a década de 1960, onde passa a haver as principais discussões quanto a utilização, promoção e proibições das línguas, passando a fazer parte de questões e estudos ligados a ciência política, como mostra Rajagopalan (2013).

Para o caso do presente trabalho, as discussões envolvem a Libras e a acessibilidade em espaços culturais (especialmente para o caso de museus). Neste caso, o que se trata é a acessibilidade linguística, que segundo Miranda e Rezende (2018) é o direito de utilizar a língua de sinais como primeiro plano, possibilitando o desenvolvimento de discussões

variadas e dispendo, além disso, de recursos como legenda para a promoção da acessibilidade para a comunidade Surda.

Nesse sentido, trata-se da inclusão social causada pela relação entre a política linguística e a acessibilidade linguística que apresenta os valores por elas absorvidos, além da garantia dos direitos e preservação (defesa) da identidade da pessoa Surda, como mostra Martel (2002). Assim, a autora ressalta a importância de se fazer a política por intermédio do Estado, gerando o contrato social que garante a imposição e aplicação desses direitos. Com isso, as decisões supramencionadas por Calvet (2007), quanto as decisões sociais, são definidas para a garantia da acessibilidade em diferentes ambientes, especialmente, para o caso aqui discutido, de museus e, também, especialmente quando se trata de processos de tradução para a promoção do acesso a cultura.

Para o caso de uso de tecnologias que promovam a tradução para a promoção de acessibilidade linguística, pode-se referenciar o estudo feito por Tuxi (2021) sobre o CiberLibras no ambiente acadêmico. Além deste estudo, Araujo (2017), discute a acessibilidade linguística para Surdos(as) em ambientes culturais, com o objetivo de, também, discutir a presença da tecnologia na promoção da acessibilidade por meio de Janelas Libras e legendagem. Esses e outros estudos reforçam a importância do tema da presente dissertação, mas que devem estar atentos aos elementos dos processos de tradução.

Santos e Francisco (2018), propõem apresentar e dialogar de forma sucinta com diferentes elementos que atravessam os processos de tradução e interpretação que são temas de interesse para as políticas de tradução. As autoras discutem sugerindo um diálogo articulado entre políticas de tradução e políticas linguísticas. Acredita-se que essa conexão pode ser uma forma de entender que a ação se torna linguagem, seja ela econômica, social, cultural ou linguística, gerando efeitos de natureza tradutória. Realizando, assim, uma reflexão guiada pela conexão entre o campo das políticas de tradução e as políticas linguísticas. Os Estudos da Tradução propostos por Holmes (1972), observam a subárea das políticas de tradução, o aspecto prático que os tradutores atuam, esclarecendo, à sociedade em geral, sobre o papel do tradutor, funções a serem exercidas, com uma defesa rigorosa e uma extensa pesquisa sobre a eficácia da tradução. A tradução como método de ensino de línguas estrangeiras.

Refere-se à forma como o ato de traduzir é concebido como uma “atividade consciente” do papel que, na determinação do projeto tradutório, as comunidades envolvidas carregam consigo aspectos culturais e políticos cruciais para uma nação, daí o ato de traduzir ou interpretar diretamente de forma articulada com aspectos sociais, econômicos, culturais,

entre outros. A relação entre aspectos culturais e traduções, por exemplo, é investigada com mais intensidade na academia sob diferentes perspectivas. Uma dessas perspectivas é a diversidade cultural, ela permite cruzar rios e oceanos para promover línguas, culturas e povos. Outro ponto de vista põe em jogo a noção de diferença, singularidade de cada prática na tradução e no aspecto cultural, conforme Bhabla (2005, p.230):

Na irrequieta pulsão de tradução cultural, lugares híbridos de sentido abrem uma clivagem na linguagem da cultura que sugere que a semelhança do símbolo, ao atravessar os locais culturais, não deve obscurecer o fato de que a repetição do signo é, em cada prática social e específica, ao mesmo tempo diferente e diferencial. [...] a “estrangeiridade” da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais. (BHABLA, p. 230, 2005)

Como afirma o autor, cabe ao tradutor e ao intérprete perceber o movimento e a fluidez para ocupar um lugar presente nas fronteiras culturais. Ou espera-se que a tradução cultural do caso profissional, a intervenção de suas escolhas lexicais, terminológicas e culturais possam afetar os processos de visibilidade ou apagamento de determinados povos. É evidente que a atividade de interpretação difere da atividade de tradução, pois interpretar contextos comunitários e discursos na forma de um diálogo face a face são características da interpretação em contextos públicos, tema já abordado nos Estudos da Interpretação por alguns autores como Wadensjo (1998), Pochhacker (2004), Rodrigues (2010), Queiroz (2011), Jesus (2013). Fatores socioculturais e linguísticos podem afetar o processo de interpretação, seja ela simultânea, intermitente ou consecutiva. O termo “política de tradução” engloba uma série de assuntos relevantes discutidos e investigados não apenas no âmbito acadêmico, mas também junto a entidades de classe e outros órgãos representativos dos tradutores. Formação de tradutores e intérpretes, pesquisas realizadas em conjunto com programas de pós-graduação e políticas linguísticas.

No Brasil, o termo “política de tradução” é utilizado de forma genérica, algumas vezes referindo-se a leis que tratam de determinado idioma e mencionando tradução ou interpretação, como línguas de sinais ou procedimentos estratégicos adotados na tradução de obras que abordam temas como estudos de gênero, colonialismo, tradução cultural, tradução literária, entre outros. A relação entre políticas linguísticas e políticas de tradução, são discussões das comunidades que lutam pelo reconhecimento de suas línguas e enfrentam resistência do governo ou de diferentes grupos étnicos. Nesse contexto, as políticas de tradução traduzem e interpretam serviços para comunidades linguísticas minoritárias, em especial a Libras.

Com relação ao Brasil, no caso da Libras, as políticas linguísticas oferecem a formação necessária para os cursos de graduação para formação de professores de Libras ou formação de tradutores e intérpretes, contribuindo também para incentivar pesquisas em Libras nos níveis de mestrado e doutorado e ampliar vagas para professores e tradutores-intérpretes em universidades federais e privadas. As decisões sobre o idioma não se restringem ao idioma em si, mas também sobre tradução e interpretação. Comunidades surdas em prol do reconhecimento da Libras é um caso típico que exemplifica a articulação entre políticas linguísticas e políticas de tradução. Eles não devem ser tomados ingenuamente.

Por fim, é fundamental que o vínculo entre políticas linguísticas e políticas de tradução tenha maior visibilidade no nosso país, pois os benefícios da conexão podem auxiliar ambos os campos. Não é certo que as políticas de tradução estejam desconectadas das políticas linguísticas, porque em qualquer país, as decisões sobre idiomas podem promover ações em torno da tradução. No Brasil, no caso da Libras, não só as comunidades Surdas lutam pelo reconhecimento legal da língua, mas também os tradutores e intérpretes da Libras-Português, em especial a busca pela formação desses profissionais.

1.5 Considerações finais do capítulo

As demandas da sociedade e da comunidade Surda, principalmente quanto à educação, são inúmeras e as vitórias, como apresentado nesse primeiro capítulo, são frutos de lutas e perseveranças da comunidade e todos aqueles que apresentam apoio à causa. Sendo assim, não estão findadas a busca pela equidade apenas com as Leis apresentadas, mas há a necessidade de muitas outras novas Leis, que devem vir a ser objeto de estudo por parte da comunidade, especialmente em outras áreas que não a educação. Contudo, há de se fazer saber e louvar as que foram promulgadas ao longo das últimas três décadas e, além disso, a luta deve continuar. Como citada, a frase de Paulo Freire (1997) na introdução “mudar é difícil, mas é possível”. Uma vez discutidas as lutas e vitórias da comunidade surda perante a sociedade, o próximo capítulo busca tratar de afunilar o conhecimento e direcionar para o tema central desta dissertação, que são as práticas tradutórias e a acessibilidade em museus.

CAPÍTULO 2. A TRADUÇÃO E A ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA EM MUSEUS

Este capítulo busca apresentar como as práticas tradutórias servem de mecanismo para a acessibilidade linguística no acesso à cultura das pessoas Surdas em museus. Os museus (públicos ou privados) são ambientes que buscam trazer de forma clara informações quanto à arte, cultura e tudo o que estiver relacionado a acontecimentos históricos. Trata-se de um instrumento social, que admite a diversidade de públicos e deve buscar diferentes formas de comunicação para a inclusão efetiva de qualquer indivíduo no ambiente. Assim, aqui é tratado com foco a área da acessibilidade linguística, colocando a teoria e as práticas tradutórias em língua de sinais, como mecanismos estratégicos para a acessibilidade linguística da pessoa Surda.

2.1 Conceito de Acessibilidade

O conceito de termo barreiras trata dos impedimentos da participação de pessoas com deficiência em diferentes contextos. Não só por atitudes concretas, mas também por preconceito. O artigo 3º, inciso IV da Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei de nº 13.146 de 2015), especialmente para Surdos, define barreiras como:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (DECRETO-LEI de nº 13.146, art. 3, inciso IV, 2015)

Assim, a classificação das barreiras na LBI para os Surdos se define em dois tipos:

d) “barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. Algumas medidas necessárias para removê-las são promover acessibilidade digital em sites, sistemas, plataformas, aplicativos e documentos digitais, ofertar computadores e smartphones com recursos de acessibilidade, produtos audiovisuais com legenda, janela de LIBRAS e audiodescrição, disponibilizar livros em formatos acessíveis e dar informações claras e acessíveis sobre produtos e serviços comercializados.

[...]

e) “barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.” Essas barreiras estão ligadas ao preconceito e são a raiz de todas as outras. Algumas são exemplificadas na postagem “Desmistificando erros do capacitismo”. A sua remoção é a mais desafiadora e demanda abandonar as atitudes que discriminam e separam a pessoa com deficiência da vida em sociedade, buscar conhecer e ofertar as condições

necessárias para promover a sua participação em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e, acima de tudo: abandonar as crenças capacitistas. (DECRETO-LEI de nº 13.146, art. 3, inciso 4, alíneas d/e, 2015)

Assim, o Conceito de Acessibilidade apresenta, nessa perspectiva, que as atividades acima mencionadas devem permitir que as pessoas com deficiência auditiva desfrutem e tenham acesso a todos os meios de comunicação e entretenimento, dessa forma, estudar as diferentes modalidades de acessibilidade e prepara profissionais para essa demanda específica do mercado dentro da tradução audiovisual acessível é de suma importância e garantida por Lei. Assim, como uma grande categoria conceitual que engloba os processos de tradução e interpretação, as normas devem seguir o “Guia de Produções Audiovisuais Acessíveis” (NAVES et al., 2016). Dentre vários documentos audiovisuais que abordam o assunto, o Decreto-Lei de nº 10.0980 de 2000, foi a primeira a tratar da acessibilidade de pessoas com deficiência sensorial ao audiovisual, tratando-se de um importante debate sobre os direitos linguísticos dos surdos para garantir o acesso à informação.

As modalidades inicialmente mencionadas por Gambier (2001) são mais numerosas e incluem não apenas modalidades de *screen translation* (relacionadas ao cinema, televisão e/ou tela de computador), mas também modalidades presenciais em que há uma combinação de visual e sonoro, justificando, assim, a inclusão em “audiovisual”.

O autor enumera, exatamente nessa ordem, as seguintes modalidades: legendagem interlinguística ou legendagem aberta, legendagem bilíngue, dublagem, dublagem intralingual, interpretação consecutiva, interpretação simultânea, interpretação de sinais, locução ou meia dublagem, comentário livre, visualização da tradução bruta ou produção simultânea, produção multilíngue, tradução de roteiro, legendagem ao vivo ou em tempo real ou legendagem eletrônica e audiodescrição. Assim, compreende conceitualmente as modalidades no campo dos estudos de tradução em Libras relacionadas à acessibilidade.

É de senso comum que o mundo tem como característica essencial a heterogeneidade dos sujeitos, que se dissemelham cultural e identitariamente, especialmente na sua formação como comunidade ou sociedade. Reconhecer essa diferença, de múltiplas identidades, culturas e características, é mostrar a diversidade humana e a necessidade do respeito ao próximo. Segundo Habermas (1983, p. 22) “Ninguém pode edificar a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele”. Dentre essas características, encontra-se a língua e as formas de comunicação como uma necessidade vital do ser humano, como mostra Guerreiro (2002, p. 368):

A comunicação é uma necessidade humana fundamental, vital. Comunicar é viver, é dinamizar o progresso, é transformar mentalidades e o mundo em favor do bem-estar social e da felicidade de todos os cidadãos, sem discriminações, sem exclusões. (GUERREIRO, 2002, p. 368)

Nessa seção é discutido o conceito de acessibilidade e sua origem. Segundo o dicionário Michaelis (2022, dicionário online), acessibilidade significa: “facilidade de acesso; qualidade do que é acessível”. Esse termo remonta à quebra de barreiras que podem ser linguísticas, sociais, de estrutura, entre outras. Fato é, que se for o caso de pessoas com deficiência, essa palavra está associada aos direitos humanos. Segundo Sarraf (2008), o contexto de criação desse termo perpassa pela Revolução Francesa, onde militantes buscavam legitimar os direitos da população e sob a bandeira da “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, na tentativa de igualar socialmente os povos de diferentes origens. Para esse movimento, todos deveriam ter acesso às condições de vida com dignidade e surge, então, o termo “cidadão”, que na prática define o conceito de cidadania.

Assim, desde a criação Direitos Humanos até hoje, a valorização e fortalecimento das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida têm sido objetos de luta da sociedade. No Brasil, a definição legal está claramente explicitada no Art. 8º. da Lei de nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que diz:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, LEI de nº 10.098, art. 8º, 2000)

Essa citação, apresenta de forma bastante clara a importância do conceito, delimitando o entendimento e garantindo, pela Lei, os direitos das pessoas com deficiência. Além disso, essa mesma Lei reforça a necessidade de promoção da acessibilidade de forma geral, não trazendo, contudo, as necessidades e aspectos individuais para cada especificidade. Para a comunidade surda, essa adaptação está no espaço linguístico, de modo que a comunicação não pode ser uma barreira. Essa garantia vai vir com o reconhecimento da Libras como segunda língua do Brasil, através do Decreto-Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002, mas a garantia da acessibilidade apenas vem a ser regulamentada anos depois, pelo Decreto-Lei de nº 5.296, especialmente no Art. 6º, parágrafo III, onde o referido Decreto prevê:

[...] serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no

trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento. (BRASIL, DECRETO-LEI de nº 5.296, Art. 6º, parágrafo III, 2005)

Demonstrando que a comunicação assume diferentes formas, podendo ser oral, gestual, escrita, entre outras, independentemente da forma que é escolhida, é essencial para o processo de compressão de cada indivíduo. Todo humano necessita, ao longo do tempo, de se comunicar e compreender como desenvolver a capacidade de linguagem, seja ela verbal ou não. A Libras, segundo Silva (2013, p. 19), assegura o que concerne à comunicação das pessoas surdas, delineando a forma de comunicação onde os integrantes dessa comunidade: “implementaram e aperfeiçoaram métodos visuais para conseguirem falar umas com as outras, criando assim as línguas gestuais”. Este método permite que comunicação dos(as) Surdos(as) transmita e comunique tudo o que desejarem assim como receber toda informação pelo canal visual. O que mostra que, o universo das pessoas Surdas é bastante heterogêneo e diversificado, como por exemplo: pelo seu grau de surdez, que atende à diversidade das pessoas Surdas, as quais não se comunicam só pela Língua Natural, a língua de sinais. Além disso, abrangendo outros métodos que possam ser adequados às suas opções, como mostra Lima (2015), sendo eles: desde oralismo a comunicação por escrito. Segundo Bordenave (1998, p. 19), “a comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social” e:

[...] a comunicação é a força que dinamiza a vida das pessoas e das sociedades: a comunicação excita, ensina, vende, distrai, entusiasma, dá status, constrói mitos, destrói reputações, orienta, desorienta, faz rir, faz chorar, inspira, narcotiza, reduz a solidão e – num paradoxo digno de sua infinita versatilidade – produz até incomunicação (BORDENAVE, 1998, p. 9).

Nessa perspectiva, o Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais (MEC/SECADI, 2014) discute os marcos legais da Libras como língua da comunidade surda, reconhecida legalmente no Brasil, e a importância de uma proposta bilíngue no ensino e aprendizagem dos(as) Surdos(as), entre outras questões. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com relação aos(as) Surdos(as), afirma que deve ser garantido à comunidade Surda:

Artigo 24:

- a. Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- b. Garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Artigo 30:

As pessoas com deficiência deverão fazer jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

No Brasil, a partir do ano 2000, Strobel (2006) o povo Surdo tem se movimentado com relação à política jurídico-legal em defesa do reconhecimento da Libras e da identificação dos(as) Surdos(as) como uma comunidade de minoria linguística nacional. Então, passando a impor nas repartições públicas o direito do acesso linguístico para a comunidade, como apresentado no Capítulo 1 dessa dissertação. Respalhada nos seus direitos nacionais e internacionais, a comunidade passa a poder, mais veementemente, lutar por seus direitos em espaços culturais, o que inclui os museus, objeto desta dissertação. Assim, na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no ano de 2009 promulgou, através do Decreto-Lei de nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, de forma explícita, que os Estados devem reconhecer o direito de proteger e difundir a língua de sinais. Facilitando, assim, o aprendizado e a igualdade entre os Surdos e não-surdos. Com isso, a necessária adequação de espaços públicos de eventos culturais, como museus, cinemas, bibliotecas e entre outros, devem adequar-se à acessibilidade linguística, para cumprir com o determinado Decreto, como mostra Fernandes *et al* (2020).

Essas vitórias, só foram possíveis graças à luta da comunidade Surda que, especialmente a partir dos anos 2000, firmaram os seus direitos linguísticos e sociais e a criação de cursos de graduação em Letras-Libras com o objetivo de dar valor e reconhecimento a comunidade Surda como grupo cultural minoritário. Através dessa luta, foi possível a expansão da educação dos(as) Surdos(as) e a melhora na sua qualidade.

Segundo Fernandes e Lipo (2013), do ponto de vista que política de acessibilidade, a demanda e articulação de todas as políticas setoriais com a educação e a cultura e entre outras, são fundamentais para a comunidade. Nesse sentido, cada pessoa deve ser respeitada por sua diferença e reconhecida socialmente como tal. Assim, na perspectiva de política da acessibilidade universal, os sujeitos interagem em diferentes contextos e é importante que o reconhecimento de cada um seja pautado em igualdade, podendo assim, democratizar as relações sociais. Esse objetivo reforça a luta da pessoa surda como membro da sua comunidade e que se reflete na educação, como pode-se ver:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à

comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, LEI de nº 10.098, art. 17, 2000)

Segundo as autoras, Fernandes e Lipo, a defesa e o reconhecimento da Libras como comunicação dos(as) Surdos(as) em todos os espaços é fundamental para a vida como cidadão. Com relação aos espaços escolares, a luta se reflete no Decreto-Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que rege as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN), onde, no seu Art. 1º, diz: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Mais recentemente, a luta do movimento Surdo conseguiu alterar o direcionamento da referendada Lei, incluindo a perspectiva da Educação Bilíngue para pessoas Surdas com a promulgação do Decreto-Lei de nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, como visto no capítulo anterior, que estabelece para os(as) Surdos(as) a Libras como primeira língua e o português como segunda.

Segundo Skliar (1995), os(as) Surdo(as) são seres sociolinguísticos diferentes e pertencentes a uma comunidade linguística minoritária, caracterizada por compartilhar o uso de uma Língua de Sinais e de valores culturais, hábitos e modos de socialização distintos dos ouvintes. Assim, a construção de identidade dos(as) Surdos(as), o modo de apropriação com o mundo e a condição humana, são reflexos do contexto em que esses(as) Surdos(as) estão inseridos(as). Na comunicação, como eixo central da identificação como cidadãos(ãs), essas pessoas estão expostas a uma diferente área linguística que estuda as relações entre a língua, a cultura e a sociedade em termos visuais e não auditivos. O que mostra que a língua é uma instituição social e, portanto, não pode ser estudada como uma estrutura autônoma.

Infelizmente, essas características sociolinguísticas têm sido pouco difundidas e pouco discutidas politicamente, até o presente momento, apesar da sua importância fundamental. O presente trabalho busca apresentar a necessidade de a sociedade garantir, através dos seus direitos, a acessibilidade às pessoas Surda em meios culturais como os museus. Entende-se aqui que, a acessibilidade aos(às) Surdos(as) se trata da sua forma de comunicação, uma vez que a sua primeira língua é a Libras, língua essa que pauta a sua formação e comunicação no Brasil. Uma vez compreendido o conceito de acessibilidade, principalmente no que se remonta à linguística, a próxima sessão apresenta as estratégias de acessibilidade com foco em museus.

2.1.1 Estratégias de Acessibilidade em Museus

Segundo Neves e Santos (2022), estratégias de acessibilidade são as formas de adoção de serviços e recursos disponíveis para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. No caso do presente trabalho, a acessibilidade linguística, através do uso de tecnologias, interpretação, tradução e todo o recurso disponível para assegurar o acesso adequado a cultura. Nessa perspectiva, a experiência de textos audiovisuais, oferecem a comunidade todo o aparato necessário para garantir a imersão cultural (especialmente quanto aos museus), tais como memórias, emoções e histórias, como mostra Pérez-González (2014). Na prática, a tradução para a língua de sinais possibilita a compreensão clara do fator inclusivo dessas atividades culturais, assim, para garantir essa acessibilidade, Nascimento (2014) apresenta a importância dos tradutores e intérpretes de língua de sinais para a permanência e participação da comunidade Surda nesses espaços.

Assim, com base nessas reflexões, é possível verificar os impactos para a comunidade, quanto a tradução e interpretação nos meios audiovisuais. Com isso, as especificidades da língua devem considerar os aspectos identitários dos indivíduos e as formas de comunicação, para o caso da língua de sinais, Nascimento (2014) aponta que:

O verbal também é visual, tal como a linguagem escrita é. No entanto, a visualidade da língua de sinais possui sua especificidade por ser, além do visual, gestual. Na produção verbal, portanto, em um ato de interpretação [tradução], há grandes riscos de existir concorrência, do ponto de vista do todo do enunciado, entre esse verbal-visual com o visual constituinte dos elementos extralinguísticos (NASCIMENTO, 2014, p. 220).

Essas especificidades estendem-se desde a construção do processo de tradução até a inserção da janela de língua de sinais na peça final, que precisará considerar os elementos da tradução, as normas técnicas vigentes e a sincronização do texto verbo-visual como um todo com a imagem do tradutor, demandando um trabalho em equipe entre o produtor, o editor do produto audiovisual e o próprio tradutor de língua de sinais (NASCIMENTO, 2018). O tradutor da língua de sinais é um segundo produtor do discurso e precisa pensar e utilizar estratégias que construam o texto nessa língua de forma coerente. A imagem do tradutor de língua de sinais concorrerá, também, com a imagem da obra e, assim, o tradutor deverá se preocupar em buscar elementos verbais e não-verbais que auxiliem o público na identificação de quem é a fala traduzida, facilitando ao espectador o acompanhamento da história.

Uma vez sabido que a população Surda do Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010, é de cerca de 10 milhões de pessoas, mas mesmo que fosse menos significativa, a isonomia jurídica entre as pessoas garante a necessidade de adequação dos ambientes buscando de igualdade entre os pares. Nos ambientes culturais, essa necessidade é garantida pelo art. 42 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão). Para os(as) Surdos(as) é instituída a acessibilidade dentro do poder público, através do Decreto-Lei de nº 9.656, de 7 de dezembro de 2018. Seu Art. 1º determina:

Art. 1º O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. O Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, deverão garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa. (BRASIL, Decreto-Lei de nº 9656, art. 1º, 2018)

Ou seja, passa a impor ao poder público e empresas de serviços públicos, a obrigatoriedade de atendimento aos(as) Surdos(as). Em geral, a acessibilidade dos(as) Surdos(as) ocorre através da comunicação e é garantido pela sociolinguística e incorporação da Libras e sua cultura em espaços linguísticos. Assim, os mecanismos de acessibilidade para Surdos(as) e para as pessoas com deficiência auditiva devem ser oferecidos por meio de vídeos em Libras ou legendas em português. Para essa dissertação, o enfoque é na tradução e mediação dos conteúdos para os(as) Surdos(as), que propõem parâmetros para a produção de vídeo guia acessível em língua de sinais para a comunicação adequada dos temas abordados em museus, uma vez que se trata de espaços ou entidades públicas.

Para o caso de museus, em 2009, foi criado o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que apresenta o Caderno Museológico no Rio de Janeiro-RJ, tendo o compromisso com a democratização da cultura e levando o estabelecimento de novas diretrizes nacionais para garantia de acessibilidade. Com isso, deu-se origem ao Guia de Visitação ao Museu Nacional, tendo seus vídeos disponibilizados no site do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Essa conceituação de acessibilidade busca aproximar o que vem sendo realizado nos países desenvolvidos. De acordo com o levantamento do IBRAM, apenas 50% dos museus em território nacional estão adequados ao atendimento acessível, seja ele com relação à língua, ou para outras necessidades, como rampas e braille, como mostra Alves (2014) com relação ao quesito acessibilidade.

Através dessa iniciativa, surgiram as propostas de acessibilidade para os(as) Surdos(as) em museus ao longo do Brasil, como o Museu JK, Museu do Amanhã, Museu do

Ipiranga e outros, onde há a presença de tecnologias para o público Surdo, tais como: TVs, Tablets com recursos de acessibilidade em Libras, além de o quadro de funcionários de alguns destes museus possuir um educador(a) Surdo(a) e tablets com intérprete de Libras, entre outros. Esta iniciativa tem o intuito de atender à veemente necessidade de adequar os espaço e às práticas acessíveis, que têm se mostrado, cada dia mais, como uma necessidade para o mundo moderno.

Os museus oferecem a oportunidade de interagir com o ambiente real, a informação em espaço público deve ter potencial de integração das dimensões humanas, sendo eles o intelecto, o sentido e a emoção. A Libras em museus deve permitir que as ideias apresentadas nos espaços museais sejam igualmente expressas para ouvintes e Surdos(as), garantindo a acessibilidade e inclusão do público que utiliza a língua de sinais. Segundo Chalub, Benchimol e Rocha (2015, p. 4) são sugeridas algumas adaptações necessárias em museus, para que estes ofereçam o conteúdo aos(às) Surdos(as) de forma adequada, sendo elas:

[...] presença de funcionários fluentes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na recepção; presença de intérpretes guias para surdos nas exposições; presença de símbolos internacionais de informação; videoguia (LIBRAS e legendado) explicativo sobre a exposição; presença de SignWriting (escrita de língua Brasileira de sinais) explicativo sobre o acervo exposto; presença de QR code em obras do acervo com tradução LIBRAS (oferecer o celular, caso visitante não tenha o aparelho adequado); exposições com informações em linguagem clara e coesa, preferencialmente em tópicos; exposições com informações apresentadas em diferentes recursos (sonoros, visuais, escritos, tácteis etc.); exposições com informações em tamanho e local adequados para Leitura. (CHALUB, BENCHIMIL e ROCHA, p. 4, 2015)

Cada uma apresenta um ponto fundamental para a compreensão do conteúdo nos museus. Aqui serão minuciadas cada uma das adaptações apresentadas acima. (I) “Presença de funcionários fluentes na Língua de Sinais Brasileira (Libras) na recepção”. A mediação é parte central para a adequação do espaço público para o atendimento da pessoa Surda. Sem que haja o atendimento adequado na língua de sinais, não só limita o acesso à informação, mas oprime o(a) Surdo(a) a um status de estrangeiro, dificultando e às vezes até impossibilitando sua comunicação. (II) “Presença de intérpretes guias para Surdos nas exposições”. O acompanhamento em toda a instalação mediado por um intérprete pode ser uma alternativa para quando os funcionários não estão preparados para atender ao público em questão.

(III) “Presença de símbolos internacionais de informação”. A presença desses símbolos adianta ao(à) Surdo(a) se o espaço é ou não inclusivo, trazendo a informação de forma visual. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma

branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C), em conformidade com a Norma ABNT NBR 15599. (IV) “Videoguia (Libras e legendado) explicativo sobre a exposição”. A janela de Libras é definida pela NBR 15.290 como um “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas para a LIBRAS”. Assim, em vez de serem transcritas, as informações presentes no canal de áudio são traduzidas e passadas, em Libras, aos telespectadores por um intérprete.

(V) “Presença de SignWriting (escrita de língua Brasileira de sinais) explicativo sobre o acervo exposto”. O SignWriting significa “Escrita de Sinais” e, no Brasil, é um sistema de escrita para escrever em línguas de sinais, apresentando uma escrita própria, feita através de símbolos que expressam as configurações de mão, a orientação da palma da mão, os movimentos, as marcas não-manuais e os pontos de articulação. Essa forma de escrita permite ao(a) Surdo(a) ler e escrever, sem necessidade de tradução para uma língua oral. (VI) “Presença de QR code em obras do acervo com tradução Libras (oferecer o celular, caso visitante não tenha o aparelho adequado)”. O QR Code é uma ferramenta atual que permite o direcionamento para um site ou aplicativo que possa conter a explicação do conteúdo em Libras.

(VII) “Exposições com informações em linguagem clara e coesa, preferencialmente em tópicos”. A relevância desta forma de apresentação reside na clareza e coesão temática da informação tanto para os públicos ouvintes quanto para os(as) Surdos(as). As tecnologias digitais facilitaram a comunicação entre Surdos(as), uma vez que a transmissão de imagens com qualidade e rapidez, torna a informação mais completa, principalmente face à diversidade entre os grupos Surdos, alguns não fluentes em língua de sinais, outros em língua portuguesa, assim é fundamental o uso de recursos tecnológicos para acesso à comunicação e à informação.

“(VIII) Exposições com informações apresentadas em diferentes recursos (sonoros, visuais, escritos, tácteis etc.)”; (IX) “Exposições com informações em tamanho e local adequados para Leitura”. São textos que motivam o visitante na Leitura e ajudam na compressão dos conteúdos e objetivos da exposição. Na maioria das vezes a Leitura dos textos será feita em pé, textos muito altos ou baixos devem ser evitados. Informações adicionais devem ser disponibilizadas em locais adequados e que permitam uma Leitura confortável.

Os aspectos não pedem grandes alterações na exposição, atividades que utilizem todos os recursos visuais disponíveis na exposição, atrelados à Libras, filmes legendados e uso de *QR Code*, instalados em qualquer local de exposição para disponibilizar vídeos em

Libras dos materiais (CHALHUB, BENCHIMOL; ROCHA, 2015). De modo geral, a maioria dos trabalhos assumem os itens acima citados como fundamentais para permitir a acessibilidade e realização atividades inclusivas nos museus. Silva (2015) afirma que fazer uso das Tecnologias da informação e comunicação (TICs) é uma forma democratização da educação, “pois estas propiciam sobretudo, a interação e, conseqüentemente, aprendizagem”. Dessa forma, atividades específicas nos museus voltadas à comunidade surda, também importantes para a inclusão destes visitantes, usuários da Libras, assim cujo presente produção revisão de literatura que, não só para o conhecimento, tomar consciência em relação pode ser desenvolvido para os(as) Surdos, comprometimento relacionado à inclusão do sujeito Surdo. (Oliveira, 2015). A próxima seção apresenta as praticas tradutórias para a promoção de acessibilidade linguística para Surdos(as).

2.2 Considerações sobre a prática tradutória na promoção da Acessibilidade linguística para o(a) Surdo(a)

Conforme expresso no início da seção anterior, a comunidade surda é, mesmo em quantitativo, expressiva na sociedade Brasileira. No Brasil, os direitos de inclusão dessa comunidade e de outras minorias, é imposto pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Decreto-Lei de nº 13.146 de 06 de julho de 2015, que em seu Art. 8º diz:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das Leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, Decreto-Lei de nº 13146, art. 8º, 2015)

Destaca-se, aqui, o seguinte trecho: “Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes [...] à acessibilidade, à cultura, [...]”. O que inclui os museus no seu escopo. Além desta Lei, a defesa da pessoa com deficiência é pauta primordial do Movimento Internacional de Inclusão, e pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, este último desde 2006.

A mesma Lei no seu Art. 2º apresenta a definição do que é considerado uma pessoa com deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, Decreto-Lei de nº 13146, art. 2º, 2015)

Nestes termos, dentro da comunidade de pessoas com deficiência, encontram-se os(as) Surdos(as), que apresentam uma identidade própria e, por isso, utilizam os seguintes termos para serem designados: Surdos(as) ou pessoas com deficiência auditiva. Esta comunidade utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua materna dos(as) Surdos(as) (L1) e a comunicação que é pautada pela Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

Assim, fundamenta-se a defesa dos direitos das pessoas com deficiência que surgem através da luta de movimentos sociais e da sociedade em si para eliminar barreiras comunicativas em todos os ambientes, o que inclui os museus, que é o foco da presente dissertação. Como visto, no Brasil, há uma vasta legislação que garante os direitos à acessibilidade das pessoas com deficiência, como afirma a LBI Art. 53:

Art. 53. Acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. (BRASIL, Decreto-Lei de nº 13146, art. 53, 2015)

Essa Lei, apresenta a prova do direito à acessibilidade de todas as comunidades de minorias e, aqui, em especial, dos(as) Surdos(as). Assim, é sustentado o desenvolvimento de materiais fundamentados na tradução, tais como, legendas e acompanhamento de intérpretes nos ambientes, para a apresentação dos conteúdos dos museus. Contudo, o foco deve ser na Libras, que é a L1 da comunidade, como definido pelo Decreto-Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece como língua da comunidade Surda.

Fundamentado em todo esse arcabouço legal e nos termos dos Decretos-Lei de nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 Inciso IX e 13.146 Art. 78 (já antes apresentados), pode-se defender o estímulo à pesquisa e desenvolvimento de equipamentos que busquem a acessibilidade. Para o caso dos(as) Surdos(as), o uso de tradução audiovisual que é acessível por usar a língua de sinais, além de tecnologias que possam ser acessadas por meio de celular, tablete ou outro dispositivo que possam ser disponibilizados pelos museus aos visitantes, como defende Franco e Araújo (2011) e Araújo e Alves (2017). Assim, a acessibilidade para os(as) Surdos(as) em museus deve ser feita através de uma prestação de serviços de qualidade pelo lado do(a) tradutor(a), mas também através de mecanismos auxiliares como vídeos e aplicativos traduzidos em língua de sinais.

A mediação cultural é uma prática educativa que promove o senso crítico e da assimilação da informação para a construção do conhecimento. Essa ideia, surge com os trabalhos de Steinier, onde o mediador-tradutor constitui a interpretação cultural. Segundo Bochner (1981), assim são deifinidas as competências e os conhecimentos que devem ser desenvolvidos na segunda língua pelo mediador. Bochner (1981, p. 17) dizem:

O mediador cultural é aquele que facilita a comunicação, o entendimento e a ação entre pessoas ou grupos que possuem línguas e culturas diferentes. O papel do mediador é interpretar as expressões, as intenções, as percepções e as expectativas de um grupo cultural para outro, ou seja, é criar condições que viabilizem a comunicação entre os dois. Para servir como tal elemento de ligação (link), o mediador deve ser capaz de participar de alguma maneira de ambas as culturas. Assim, o mediador deve ser, em alguma medida, bicultural. (BOCHNER, 1981, p.17).

Essa conceituação, segundo Katan (2004), é defendido por teóricos como Snell-Homby, Hatim e Mason, Vermeer, Hewson e Martin. Onde, os conhecimentos sobre a língua na sociedade necessitam que haja uma interlocução com a história, tradição, valores, crenças, proibições e entre outras características dessa sociedade em questão. O autor aponta que é através dessa interação que podem ser definidos os valores que o tradutor-intérprete irá expressar no ato da tradução ou mediação. Podendo,assim, desenvolver o seu papel social traçado pelo interculturalismo, como é defendido por Katan (2004). Essas expressões são atrativas em diferentes ambientes culturais, como por exemplo é feito no carnaval, quando há a tradução de músicas do Português para a Libras, como mostra a imagem abaixo:

Figura 1 – Tradução/Interpretação de música no carnaval em língua de sinais



FONTE: Davi Rocha - Especial para o jornal O POVO

Ou para o caso de peças teatrais, como mostra a imagem abaixo:

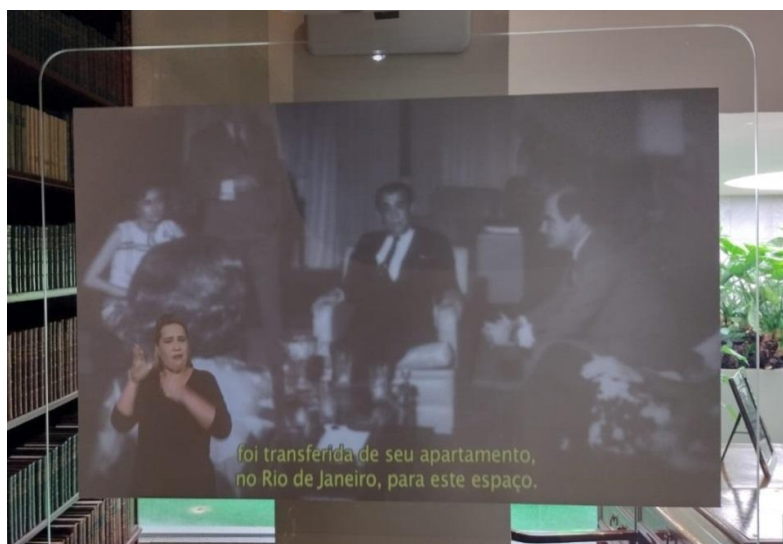
Figura 2 - Tradução/Interpretação de uma peça teatral em língua de sinais



FONTE: Reis (2021) – Escola de Gente oferece oficina de teatro acessível

Ou, como no caso da presente dissertação, para o uso de tecnologias em museus, como foi verificado no Memorial Museu JK:

Figura 3 - Tradução/Interpretação no Museu Memoria JK em Libras



FONTE: Elaborada pela autora

Para os casos expressos acima, é importante, seja presencial ou gravado, que haja uma intercalação entre os profissionais tradutores/interpretes, não tornando exaustivo o trabalho, intelectual e fisicamente, como mostra Rigo (2018) e Formin (2018). Assim, garantindo que a atuação do profissional tenha o melhor desempenho esperado e consiga, através da sua tradução/interpretação, passar a mensagem fielmente ao que está sendo

abordado e tratado em português. Para o caso do carnaval e do teatro, o comum é a interpretação simultânea que exige uma maior atenção e retenção do conhecimento, além de, se possível, uma antecipação de apresentação de materiais para que os profissionais possam adiantar seus trabalhos, como mostra Nogueira (2016).

Assim, a necessidade de trabalhar com a acessibilidade para os grupos de minorias criam necessidades de adaptações de espaços e formas de comunicação, no caso dessa última, a adaptação encontra-se na Libras, como acesso à informação dos(as) Surdos(as) e através do direito que lhes é garantido com respeito à comunicação na língua de sinais. Para Santos (2009), essa necessidade é maior quando tratamos de mediação cultural, uma vez que ela tem um papel formativo para todas as comunidades, buscando estimular e resignificar bens culturais para a compreensão do mundo como seres humanos. Para isso, a diversificação no acervo por meio da comunicação em Libras se torna uma condição *sine qua non* para que a comunidade Surda tenha seus direitos assegurados e garantidos.

Conforme exposto nas subseções acima, a tradução e interpretação da Libras para os(as) Surdos(as) é de fundamental importância, especialmente com relação ao acesso à informação. Neste sentido, a acessibilidade sociolinguística dos(as) Surdos(as) está diretamente relacionada à tradução, de modo que os mecanismos desenvolvidos para que a comunidade Surda tenha pleno acesso e independência no atendimento desejado. Oliveira (2015) apresenta, com relação à organização estrutural, a criação de uma coordenadoria específica que envolva a acessibilidade e elaboração de projetos de desenvolvimento com o objetivo primeiro da formação de educadores(as) Surdos(as) e ouvintes bilíngues para a realização da tradução e interpretação na área de Libras.

Neste sentido, a coordenadoria poderia ser responsável pelo desenvolvimento de materiais multissensoriais, guias de roteiros de visitação presencial ou virtual, podendo, assim, fazer uso de atividades através de tecnologias como aplicativos, videoguias, vídeos com legenda e/ou com janela em Libras, educadores(as), mediadores(as), entre outros. A autora afirma que, no caso dos museus, o promotor de conhecimento pode desenvolver atividades de formação especializada de seus funcionários. Um dos modos mais indicado é a presença de mediadores(as) capacitados em Libras e com isso, os museus podem também promover cursos de formação básicos em Libras para seus funcionários de um modo geral.

A realização de atividades de acessibilidade para a comunidade Surda depende de determinados investimentos, públicos e privados, para a realização de exposições e adequação da estrutura organizacional dos museus, com ferramentas e materiais físicos que contenham informações visuais, claras e acessíveis, garantindo a inclusão. Um processo que

previa a apropriação do conhecimento pelos(as) próprios(as) Surdos(as) para público-alvo Surdo.

Silva (2015) acredita que fazer uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) é uma forma de democratização da educação, pois estas propiciam sobretudo a interação, conseqüentemente, aprendizagem. Chalhub e Gomes (2018, p. 5821) mostram o importante avanço dos recursos tecnológicos como vídeos em Libras, representando recursos não interferem à disposição do público, não utilizado equipamento difícil aquisição. As TICs promovem atividades de conhecimentos efetivamente inclusivos, sendo essencial a presença de um educador de Libras para a realização de qualquer atividade. A próxima parte do trabalho trata de discussões acerca dos tradutores(as) e Mediadores(as) de Libras.

2.2.1 Tradutores(as) Intérpretes e Mediadores(as) de Libras

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) caracteriza, classifica e delimita as atividades da profissão de Tradutor(a) Intérprete de Libras como:

Traduzem, na forma escrita e/ou oral, textos e imagens de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes. (MTE, 2017, CBO 2614-25).

Lacerda (2010) e Azevedo (2018) explicam que é importante ter fluência nas duas línguas, português e Libras, mas que isso não garantirá a competência para a tradução. O(a) Tradutores e Intérprete de Língua de Sinais - TILS deve buscar formação continuada constante, com qualificação específica para atuação nos mais diferentes espaços.

Lacerda (2010, p.147) apresenta que a tradução não é simples e que o acesso aos campos culturais para a compreensão é necessário, gerando a necessidade do TILS de se envolver no mundo que irá interpretar. Essa profissão, necessita da participação em diferentes espaços, tais como os museus (objeto de análise dessa dissertação), para que possa alinhar as temáticas e os discursos dos equipamentos culturais que serão tratados. O TILS deve estudar as modalidades da tradução, a expressão corporal e buscar, através desses, desenvolver estratégias de comunicação com os(as) Surdos(as).

As associações profissionais dos TILS apresentaram-se de suma importância no cenário brasileiro, formando, então, a Federação Brasileira das Associações dos

Profissionais Tradutores(as) e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS), onde o objetivo central é orientar, apoiar e fortalecer o trabalho da categoria. Os três grandes pilares da FEBRAPILS são: a formação inicial e continuada dos TILS; a profissionalização para refletir sobre atuação dos TILS à luz do código de conduta e ética; e o engajamento político dos TILS para construir uma consciência coletiva.

A partir de 2019, a FEBRAPILS começa a estabelecer critérios para a atuação dos TILS e da Libras-tátil, apresentando uma sugestão de remuneração e o tempo de atuação. Até então, a definição sobre a atuação desses profissionais ainda dependia da Lei 13.146/2015, mas que passa, mesmo que não formalmente, obedecer a critérios da classe como propõe a federação. Lucena, Mussi e Leyton (2008) mostram que, além dos(as) tradutores(as) e intérpretes, existem também os mediadores(as) bilíngues em Libras (MB) que são profissionais específicos onde, além do conhecimento da língua, devem se aprofundar no contexto cultural dos(as) Surdos(as) e apropriar-se das competências pedagógicas, além de outras habilidades para atuar em ações educativas.

É importante ressaltar que os MB devem estar preparados para acolher a todo o tipo de público Surdo, assim como os que são oralizados e aqueles que não sabem a língua de sinais. Essa perspectiva da cultura e da comunidade vem do fato de muitos MB são Surdos(as). Para que haja a adequação da comunicação, Heck e Ferraro (2021) mostram que, para ambas as profissões, é preciso construir uma narrativa gramatical válida e que seja harmônica com o contexto a ser tratado.

Para a implantação das práticas profissionais de atendimento da demanda, esse cenário ainda carece de legislação complementar que oriente sobre as atividades a serem exercidas, pisos salariais, nome da função, atividades a serem exercidas, dentre outros aspectos. A própria CBO atribui ao Intérprete de Libras o código 2614-25, que compreende os Guia-intérprete, Intérprete de Libras, Intérprete educacional, Tradutor(a) de Libras. O TILS é diferente do(a) tradutor(a) de línguas escritas, cujo registro é 2614-20. Na próxima subseção será tratada a importância dessas profissões nos museus.

2.2.2 Profissionais envolvidos na tradução e interpretação nos museus

A diferença de trabalho entre TILSP e Mediador(a) Bilíngue em Libras (MB), em museus, são duas: o(a) MB é responsável por realizar o desenvolvimento das atividades em Libras que estimulem grupos culturais, capacitação e formação interna, assim como, mediar a realização de ciclos de palestras ou conferências sobre conscientização da cultura Surda e entre outras. Já com relação ao TILSP, a função essencial é colaborar com as atividades de

elaboração de vídeos-guia em Libras, tradução em Libras, atividades com dispositivos móveis que garantam a tradução, entre outras atividades específicas com relação à tradução da língua. Para um maior aprofundamento com relação a esses temas, veja Heck e Ferraro (2021) e Fomin e Castilho (2019).

As qualidades necessárias ao trabalho de cada profissional também são distintas, ou seja, as diferenças devem ser compreendidas para melhor gestão das atividades e melhor atendimento ao público, visando sua inclusão social. Além disso, é importante a necessidade de treinamento contínuo.

A equipe de tradutores e intérpretes Libras/Português é responsável pela filmagem, edição de vídeo para realização das video-traduições e visitas dos Surdos. As contribuições teóricas desta atividade são baseadas em estudos de tradução e interpretação, os principais trabalhos com relação ao tema, são: Bassnet (2003), Alves et al (2015), Hymes (1979), Haliday (1985), Pochhacker (2010) e Pagura (2010). Esses trabalhos explicaram que o projeto tem caráter interdisciplinar, questões teóricas sobre a educação em espaços não escolares, como o museu que, com base nos estudos de Rafisa e Leite (2010) e Martins (2003), para que os tradutores e intérpretes de Libras possam compreender o sistema de trabalho dos mediadores e guias do museu, que auxiliam os visitantes desses espaços culturais, visando identificar a qualidade da atividade.

Acessibilidade é um direito Humano e “[...] significa conseguir a equiparação de oportunidades em todas as esferas da vida” (GIL, 2006). Para que a sociedade se torne acessível como um todo, para que todas as pessoas tenham acesso à educação, cultura, lazer e comunicação, é necessário que os profissionais de todas as esferas se tornem um ambiente acessível às pessoas com qualquer tipo de deficiência e acesso de Surdos ao conhecimento, incluindo envolvimento prático, políticas de linguagem e tradução.

Especificamente sobre acessibilidade comunicacional, que possui três modalidades de tradução audiovisual acessível, são elas: a audiodescrição; a legendagem para surdos e deficientes auditivos; e a janela de interpretação em Libras.

No que diz respeito à acessibilidade da comunicação, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) define “comunicação” como abrangendo

...as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. (CDPD, 2008, p. 24)

É interessante pensar que, segundo Díaz-Cintas (2007), a figura desse profissional tradutor precisa abarcar diversas competências e é chamado pela autora de facilitador:

Falamos de “acessibilidade”, mas carecemos de um conceito geral que aglutine os responsáveis encarregados dela, contrariamente ao que acontece no terreno da tradução (tradutor) e da interpretação (intérprete). Dado o impulso atual desta nova atividade social e profissional e suas boas perspectivas de futuro, talvez seja o momento adequado de cunhar um novo termo e começar a falar da figura do “acessibilizador”, como especialista último no terreno da acessibilidade (DÍAZ-CINTAS, 2007, p. 46).

Acreditamos que as habilidades de acessibilidade são múltiplas e diversas, pois é preciso conhecer o universo das pessoas com deficiência, os produtos audiovisuais que se utiliza para o trabalho, nuances do tipo de trabalho com o qual se vai trabalhar. Assim, toda atividade necessita de tradução acessível, acesso ao trabalho, preparo e organização.

A tradução entre línguas de diferentes modalidades, como a Língua Portuguesa para a Língua de Sinais Brasileira, chamada de Tradução Intermodal, tem alguns autores explicitados, claro, em Quadros e Souza (2008) quando dizem que:

A língua fonte (LF), portanto, é a Língua Portuguesa escrita e a língua alvo (LA), é a Língua Brasileira de Sinais na sua versão —orall. Entende-se —orall em como a língua na sua forma de expressão oral, no caso específico das Línguas de Sinais, expressão em sinais. Como as modalidades das línguas envolvidas são diferentes, percebem-se efeitos de modalidade. (Quadros e Souza, 2008, p. 3).

Pensando que intermodal e interlingual são a mesma coisa, procurando um autor, Jakobson explica três tipos de tradução em seu artigo sobre os Aspectos Linguísticos da Tradução são Tradução Interlingual, Tradução Intersemiótica e Tradução Intralingual. Distinguímos três maneiras de interpretar um verbal: ele pode ser traduzido para outros signos da mesma língua, para outra língua ou para outro sistema de símbolos não verbais. Esses três tipos de tradução devem ser classificados diferentemente: a tradução intralingual consiste na interpretação de signos verbais por meio de outros signos da mesma língua. A tradução interlingual é a interpretação de signos por meio de outra língua. A tradução intersemiótica consiste na interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais.

Além disso, segundo a autora Segala, (2010) explicou que o tradutor deve ser proficiente em português e Libras; suas variações linguísticas, sociais e culturais e também ter conhecimento da área que será traduzida e suas normas linguísticas culturais.

Assim, o guia define três modalidades de TAVa: Audiodescrição, Janela de Interpretação em Língua de Sinais e Legendagem para Surdos e Deficientes Auditivos (LSE). Segundo os autores JIMENEZ HURTADO; RODRÍGUES; SEIBEL, 2010) propôs o termo Tradução Audiovisual Acessível - TAVa, para abranger estudos sobre diferenças nas práticas tradutórias utilizadas para traduzir conteúdos intra e interlinguísticos caracterizados pela intersemiose entre som e imagem. Na próxima subseção será tratado o tema de acesso em museus para Surdos(as).

2.2.3 Acesso a Museu pelos(as) Surdos(as): como a tradução pode contribuir?

Nessa seção, se discute como a tradução contribui com a comunidade surda nos museus. Para isso, buscou-se através de Oliveira (2015), apresentar a importância da proposta bilíngue que aproxima a comunidade Surda dos museus, onde as necessidades linguísticas e culturais trazem a necessidade do desenvolvimento de projetos específicos para a inclusão do público Surdo com relação ao processo educacional dos(as) mediadores(as). Trata-se do processo dos(as) Surdos(as) de conquistar sua plena participação nas atividades culturais.

O objetivo desses projetos é proporcionar uma melhor qualidade da tradução envolvendo os espaços culturais, o(a) mediador(a) e o receptor em Libras, possibilitando um encontro com a cultura, valores de identidade e linguísticos da comunidade Surda, Vasconcellos (2010) diz:

É preciso perceber a melhor maneira de trabalhar com as diferenças, respeitando a diversidade e propiciando a (re)construção de identidades próprias, por meio da vivência com o patrimônio cultural. (VASCONCELLOS, 2010, p.221)

Buscando esta interação, pode-se afirmar que quando um educador(a) Surdo(a) trabalha no museu a ideia é que o desenvolvimento do processo de aprendizagem do(a) Surdo(a) e aquisição de língua de sinais se torne referência no processo de aprendizagem por meio de um caminho para ampliação do conhecimento. Com isso, a percepção do mundo e a vivência da experiência gera um domínio da língua de sinais no ambiente. Neste sentido, a importância da elaboração de propostas de inclusão responsável como o programa “Aprender para Ensinar”, possibilitam a formação de educadores(as) Surdos(as) atuarem no atendimento desse público.

Todo esse desenvolvimento se dá através dos direitos dos(as) Surdos(as), como apresentados acima e da construção da própria identidade e identificação com o ser Surdo. Assim, o comportamento busca fortalecer o espaço da sua própria cultura e a busca por

experiências de trocas e convívio direto com a língua de sinais, Perlin e Strobel (2014)) mostram que,

No contexto do povo surdo, os sujeitos não distinguem um do outro de acordo com a sua surdez. O mais importante para eles é o pertencimento ao povo surdo por meio do uso da língua de sinais e da cultura surda, que os ajudam a definir as suas identidades. Portanto, ser surdo de nascença é muito respeitável na comunidade surda (...) Dentro da história da história cultural dos surdos há vários artefatos culturais como a experiência visual, a linguística, a literatura surda, a vida social e esportiva, as artes, política e outros. (PERLIN e STROBEL, 2014, p. 26)

A presença de mediadores(as) capacitados em Libras, traz de modo geral mais proximidade em busca da igualdade entre Surdos(as) e ouvintes. Para isso, como exposto, a necessidade de formação adequada de mediadores(as) que atuem em museus é essencial para possível realização de qualquer atividade em Libras nestes locais, tornando os completos na visão de disponibilidade de informações para a comunidade surda. Podendo assim desenvolver diferentes atividades em Libras que revisam a literatura, produção de vídeos e interpretações. Na próxima subseção, será discutido o campo de atuação de tradutores(as) em Libras quanto a profução de videos e guias.

2.2.4 Tradução e Acessibilidade: produção de vídeos e guias acessíveis em Libras como campo de atuação de tradutores(as)

A Libras é uma língua visual-espacial utilizada pelos(as) Surdos(as) para a comunicação. Em ambientes culturais, se faz o uso de ferramentas para que possam apresentar a tradução da língua portuguesa para a de sinais e assim, garantir a acessibilidade dos(as) Surdos(as) nesses ambientes. Os espaços de museus, quando adequam os seus *designs* às políticas de acessibilidade, apresentam dentro dos seus programas as políticas de acessibilidade a tradução em Libras quanto aos conteúdos apresentados, como mostra Gomes, Souza e Soares (2015). Para esses autores a proposta de educação deve se abranger para recursos que não as salas de aula, mas que para o caso de pessoas com deficiência, deve ser garantida a acessibilidade de forma adequada, no caso dos(as) Surdos(as), a acessibilidade linguística.

Na sua maioria, hoje, a acessibilidade para os Surdos se dá por meio de legendas, onde o português é tratado como língua materna, contudo, o português se trata da segunda língua dos(as) Surdos(as), onde a primeira é a Língua de Sinais. A Lei Brasileira de Inclusão, Decreto-Lei 13.146 de 2005, exige que os espaços culturais, como os museus, promovam a acessibilidade e o tratamento, apenas com legendas, nem sempre é o mais eficiente. Segundo

Rocha *et al* (2018), um levantamento com 109 museus e centros de ciência da América Latina, pôde-se constatar que, apenas 15 desses locais, apresentavam acessibilidade em vídeos, aplicativos ou softwares, como guias de mediação ou mediações em língua de sinais. De 80 museus que declararam ter vídeos, apenas 12 deles oferecem traduções dos conteúdos em língua de sinais. Nessa perspectiva, Franco e Araújo (2011) e Araújo e Alves (2017) mostram que a acessibilidade pode ser feita através de utilização de equipamentos (tecnologias) auxiliares, para que haja a compreensão do que está sendo exposto, contudo, não devem ser feitos exclusivamente dessa forma.

Para esses autores, a mediação em língua de sinais, principalmente através da mediação humana, é a de maior qualidade, possibilitando a acessibilidade comunicacional entre as pessoas. Assim, a escolha de conteúdos para a tradução é essencial para a garantia da acessibilidade. Franco e Araújo (2011) mostram que não se pode perder o foco e o interesse em contratar tradutores(as) nesses locais, uma vez que essa mediação é a mais adequada e melhora a qualidade do acesso à informação em língua de sinais. Contudo, quando utilizado o padrão em vídeo, deve se obedecer a todas as normas de filmagem, como expressas na ABNT NBR 15290:2005, padronizando a gravação para a melhor qualidade possível. Para isso, é necessário a utilização de equipamentos adequados e que sejam seguidas à risca todas as normas apresentadas, como vestimenta, posição de luz, câmeras e entre outras, como mostra Ferreira, Alves e Madeira (2021).

Ferreira, Alves e Madeira (2021) explicam que o posicionamento do intérprete deve ser preferencialmente de frente ou centralizado à direita da tela. Também deve se observar a não utilização de tarjas pretas ou legenda que atrapalhem a tradução. Caso haja a necessidade de inclusão de imagens, estas não devem sobrepor o intérprete, para que não haja prejuízo na interpretação. Raffi (2017) mostra que a tradução simultânea em língua de sinais é mais eficiente para a comunidade Surda, uma vez que muitos(as) Surdos(as) apresentam dificuldade com o português e, em caso de legendas, possam perder a apresentação correta do conteúdo, qualquer que seja ele.

Nesse sentido, Proctor (2005) afirma que há uma grande variedade de apropriação linguística pelos(as) Surdos(as), bem como muitas variações da própria língua de sinais, por conta disso, assim como na língua falada, a língua de sinais possui sua cultura própria e deve ser respeitada. Com isso, a apropriação feita pela variação linguística na língua de sinais é de responsabilidade dos(as) Surdos(as), que, em caso de mudança de regiões, devem adequar-se ao regionalismo da comunicação, mas o direito à tradução, especialmente em questões culturais, é uma obrigação imposta por Lei.

Chalhub, Benchimol e Rocha (2015, p.4) explicam a identificação de acessibilidade aos(as) Surdos(as), especificamente em museus devem ser rgidos por alguns aspectos, tais como:

presença de funcionários fluentes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na recepção; presença de intérpretes guias para surdos nas exposições; presença de símbolos internacionais de informação; videoguia (LIBRAS e legendado) explicativo sobre a exposição; presença de SignWriting (escrita de língua Brasileira de sinais) explicativo sobre o acervo exposto; presença de QR code em obras do acervo com tradução LIBRAS (oferecer o celular, caso visitante não tenha o aparelho adequado); exposições com informações em linguagem clara e coesa, preferencialmente em tópicos; exposições com informações apresentadas em diferentes recursos (sonoros, visuais, escritos, tácteis etc.); exposições com informações em tamanho e local adequados para Leitura. (CHALHUB, BENCHIMOL e ROCHA, 2015, p. 4)

De um modo geral, a maioria dos trabalhos considerados nesta revisão assumem os itens acima citados como fundamentais para permitir a acessibilidade, forma realizações de atividades. Na próxima seção é tratada a importância da mediação em museus para o público Surdo.

2.3 Mediação em Museus para público Surdo

A mediação em museus de forma presencial é especialmente necessária, onde, a atuação dessas instituições como espaços de educação não formal e de divulgação da ciência, cultura e história, faz necessária a relação entre o público Surdo e o(a) mediador(a) (BRITO, 2008; MARANDINO, 2008; MORAES *et al*, 2007, RODARI e MERZAGORA, 2007). Como vimos, de acordo com o Art. 1º do Decreto-Lei 9.656, de 7 de dezembro de 2018, a presença do(a) tradutor(a) e intérprete de Libras é obrigatória em ambientes públicos e de serviço público, o que inclui, especialmente, os museus. Sendo assim, a presença do(a) mediador(a) intérprete de língua de sinais tem como primeira necessidade a formação adequada e fluência na língua de sinais.

Com isso, uma vez que há o interesse da pessoa em seguir a profissão, essa deve ter ciência de que a sua responsabilidade é de trazer as garantias de acessibilidade aos(as) Surdos(as) em ambientes cuja língua de sinais não é a predominante. A partir dessa decisão, deve-se buscar a formação em um Curso de Formação de Mediadores(as), que é oferecido por instituições de ensino públicas e privadas, para aqueles que desejem se tornar profissionais. O objetivo de um(a) mediador(a) é auxiliar na comunicação entre Surdos(as) e seus pares ouvintes não falantes da língua de sinais. Costa (2015), mostra que a presença de mediadores(as) nos museus é de absoluta relevância para a própria formação continuada

como mediador(a) ouvinte, mantendo seu contato direto com a comunidade surda, comunidade essa que comumente visita os museus para o desenvolvimento de atividades educativas e culturais junto a outros(as) Surdos(as).

Esses(as) mediadores(as) têm um papel social na instituição para com a formação dos indivíduos(as) Surdos(as), de modo que a comunidade Surda possa ter o devido auxílio na aquisição de conhecimento em ambientes linguísticos que não utilizem a língua de sinais como forma de comunicação usual. Entende-se a mediação humana nos museus como,

[...] estratégia de comunicação com caráter educativo, que mobiliza técnicas diversas em torno de coleções expostas, para fornecer aos visitantes os meios de melhor compreender certas dimensões das coleções e de compartilhar as apropriações feitas (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p. 53).

Assim, quanto à formação dos(as) mediadores(as), para os museus, deve-se especificar a formação do indivíduo, uma vez que termos técnicos e conhecimento histórico serão exigidos por parte da comunidade Surda. E com isso, deve ser adotada a perspectiva de estruturar a utilização de diálogos na comunicação com o público, visando sempre o aperfeiçoamento na língua. Sendo assim, vê-se que é alta a relevância o papel dos(as) mediadores(as) nos museus, especialmente, para que estas instituições alcancem uma maior diversidade de público e atendam aos interesses dos seus visitantes.

O papel do(a) mediador(a) busca aproximar o diálogo entre os visitantes, adequando a explicação para todos(as) os(as) presentes na visitação do museu. Assim, podendo aprimorar a experiência dos envolvidos na visita, que através do processo de mediação, podem compreender diferentes formas de conhecimento científico e cultural, estimulando a consciência crítica sobre a realidade que nos cerca, de modo que a valorização da mediação, especialmente com relação à interpretação presencial, destrói as barreiras da comunicação, podendo, então, garantir o acesso à ciência e cultura, como mostra Ruiz-Funes (2008). Para Carlétti e Massarani (2015), infelizmente, 60% dos profissionais não se sentem aptos a atender pessoas com deficiência em atividades educativas e dentre os que se sentem, apenas 36,2% consideram-se aptos ao atendimento à pessoa com deficiência auditiva.

A acessibilidade de espaços públicos como os museus, precisam obedecer a Políticas Nacional de Museus (PNM - 2007) para então, de forma explícita, garantir a Democratização e acesso aos Bens Culturais. A PNM apresenta a necessidade de construir desenvolvimento às pesquisas com objetivo de redes de informação, democratizar aos sujeitos os acessos ao conhecimento. No Brasil, apenas 51% dos museus garantem a acessibilidade das pessoas com deficiência em geral desde 2019. Assim, com o Plano Nacional de Cultura (META 29)

se previa que, até 2020, 100% todos os aparelhos culturais deveriam se tornar acessíveis em espaços públicos e deveriam atender às necessárias ações de desenvolvimento da promoção de acessibilidades. No entanto, até a presente data desta dissertação, a acessibilidade em museus ainda não é uma realidade, por conta disso, ficou-se longe de dar oportunidade de acesso a uma cultura de qualidade para todas as pessoas. Um dos principais motivos é o congelamento de gastos públicos causado pela Emenda Constitucional 95 de 2016.

A saber que, dentro do plano de metas, a acessibilidade cultural é abordada pela Meta 29, que dispõe que:

Até 2020, 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. (META 29)

Além disso, nos termos da legislação, com respeito ao “Capítulo II, da igualdade e da não discriminação”, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, tem-se:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das Leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (DECRETO-LEI 13.146, art. 8º, 2015)

Assim, o suporte financeiro para assegurar o direito à acessibilidade a todos os cidadãos deveria ser rigorosamente cumprido, como se encontra no Art. 53, inciso III da Lei como abaixo se cita,

Art 53, III- a aprovação de financiamento de projeto com utilização de recursos públicos, por meio de renúncia ou de incentivo fiscal, contrato, convênio ou instrumento congêneres; e
IV- a concessão de aval da União para obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por entes públicos ou privados. (DECRETO-LEI de nº 13.146, art. 53, 2015)

Contudo, com o congelamento dos gastos públicos impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, através da Emenda Constitucional 95 de 2016, assegurar este direito violaria o teto de gastos, tornando, assim, inviável a prática em qualquer instituição de promoção cultural, como mostra Mariano (2017). Isso compromete a funcionalidade do poder público quanto a legislação, ferindo os direitos de financiamento e investimento em atividades

acessíveis processos de formação dos indivíduos, não podendo assegurar os direitos ao acesso a cultura e educação com a qualidade necessária, como apresentam os países desenvolvidos.

Considerando que no Brasil há 2 mil museus, segundo o Cadastro Nacional dos Museus do IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizado no ano de 2006, onde aproximadamente apenas 1% dos estabelecimentos são plenamente acessíveis, se faz crer que dificilmente o Meta 29 será cumprido, mesmo que a longo prazo. Nesta perspectiva, alguns museus têm oferecido dentro de suas propostas, mais acessibilidade aos(as) Surdos(as), com mais vídeos guias acessíveis e se utilizando de tecnologias, onde a viabilidade do financiamento possibilita a implementação desses equipamentos e, em alguns casos contratando mediadores(as) Surdos(as)/ouvinte para a realização adequada da tradução das informações (FERREIRA, ALVES E MADEIRA, 2021).

Apesar de ser uma iniciativa privada, o Memorial JK disponibiliza materiais acessíveis, como vídeos guias em toda a sua estrutura, tendo como principal investidor o próprio público que ali visita, uma vez que há a cobrança de taxa de entrada e venda de objetos ou alimentos dentro do Memorial. Estudar o processo de implementação da acessibilidade em Libras deste museu em específico, é o objetivo central deste trabalho. A seção a seguir apresenta a formação histórica dos museus e suas propostas pedagógicas.

2.4 Histórico dos museus no Brasil e no mundo, suas propostas pedagógicas e iniciativas para acessibilidade linguística para Surdos

Para a compreensão da importância dos museus, delineando, assim, a proposta pedagógica para chegarmos até a atualidade e museus como o Memorial JK, é importante o entendimento de como se desenvolveram os museus e qual a proposta pedagógica que eles podem oferecer. De modo geral, os museus são locais que expõem ao público em geral, de forma selecionada, coleções de objetos científicos, históricos, arqueológicos, etnográficos, artes e entre outros. O surgimento do primeiro museu que se tem registro está em Éfeso na Turquia, a Biblioteca de Alexandria durante o século II a.C. Nesse período, os objetos e obras de arte eram recolhidos de templos, santuários e tumbas, servindo de local de discussão e ensinamento, especialmente nos campos da religião, mitologia, astronomia, filosofia, medicina, zoologia, geografia e demais áreas de conhecimento da época.

A origem latina da palavra museu vem da Grécia antiga, o termo Mouseion, usado antes do século IV a.C., que inicialmente era utilizado para chamar os templos dedicados às nove musas filhas de Zeus. Os Mouseions eram uma mistura de templo e instituição de

pesquisa, essas obras expostas no local tinham a intenção principal de agradar as divindades e não aos visitantes admiradores, como mostra Cândido (2013).

A Tabela 1 mostra um resumo histórico da evolução dos museus em eras e seus objetivos (propostas) .

Tabela 1 - Resumo histórico dos museus

Local	Ano / século	Objetivo
Grécia	Século IV a.C.	- O objetivo final é o estudo da religião politeísta e o entendimento e desenvolvimento da sociedade.
Império Romano	Ano 27 a.C até 476 d. C	- Status cultural de adoração a diferentes Deuses. Foi, principalmente, constituído como monumentos históricos gregos e de outros povos saqueados em guerras.
Constantinopla	357 d.C até 1456 d. C	- Formação dos pensadores, locais de estudos e constituição do pensamento filosófico baseado na Grécia. Em sua maior parte, temos a constituição dos museus baseados em obras saqueadas da Grécia antiga e do antigo Império Romano.
Revolução Francesa	Ano 1789 d.C	- A fundação do Museu do Louvre em Paris é ligada à Revolução Francesa, onde apresentou-se as artes e o simbolismo da tomada de terras e destruição dos seus inimigos por parte dos franceses. Trata-se, inicialmente, de um repositório das vitórias da França e posteriormente vem a se transformar em um museu público.
Nova York	Ano 1870	- Um dos maiores e mais importantes museus do mundo. - Abriga uma das mais importantes coleções de pintura dos Estados Unidos e Européia. - Além de haver diversas artes, instrumentos musicais e indumentárias.
Revolução Industrial (Inglaterra)	Ano 1983	- Museus foram dedicados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, buscando dar ênfase as conquistas das cidades da Inglaterra.

Para Reis (2005), após a Revolução Francesa, a compreensão de patrimônio cultural passou por mudanças, onde começou o incentivo ao estímulo de apresentar para o presente os orgulhos do passado e com isso, o desenvolvimento do sentimento nacionalista. Köptcke (1998) mostra que os museus começam, então, a serem mais valorizados a partir do século XVII. Toda essa reflexão foi destinada a mostrar o impacto e os objetivos dos museus em termos mundiais. Contudo, a presente dissertação busca a análise do Memorial JK, que é uma realidade do museu no Brasil que já possui uma trajetória de 200 anos.

Em 2021, o presidente do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi entrevistado com Pedro Mastrobuono para explicar que o Brasil conta com mais de 3,8 mil museus espalhados por todo o país, só museus de história são cerca de 1,6 mil; outros 500 são dedicados às belas artes, além destes há 1700 museus de antropologia, arqueologia, transportes e diversos outros temas.

Dentre estes museus, todos apresentavam como objetivo a apresentação de evidências do valor cultural de suas obras e objetos expostos. Com isso, foi mostrado que, em 1818, houve a fundação do primeiro museu brasileiro na cidade de Rio de Janeiro, o então Museu Real, conhecido hoje como Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este museu tem como principal atração a apresentação do período imperial brasileiro, Marlene Suano destaca que:

[...] tanto a Escola Real quanto o Museu Real foram criados nos moldes europeus embora muito mais modestamente. Para o acervo inicial da Escola Real, D. João VI doou os quadros que trouxera de Portugal, em 1808. Já o Museu Real ou Museu Nacional - nossa primeira instituição científica - hoje o maior museu do país, teve por núcleo uma pequena coleção de história natural conhecida, antes da criação do museu como 'Casa dos Pássaros'. (SUANO, Apud, NASCIMENTO, 1998, p.30).

Assim, passou a ser necessário a instauração de um Estatuto dos Museus, que viera possibilitar a criação de novos museus. Então, com a criação do IBRAM, e a constituição de um Sistema Nacional de Museus, que compõem uma rede de sistemas estaduais e de diversos sistemas municipais, para a estruturação de museus ao longo do país.

Com isso, a Tabela 2 mostra, resumidamente, a evolução dos museus no Brasil e seus objetivos (propostas), iniciando no Museu Nacional do Rio de Janeiro e findando no objetivo desta pesquisa, o Memorial JK em Brasília.

Tabela 2 - Os museus brasileiros

Local	Ano/ Século	Objetivo
Rio de Janeiro	1818	Criação do Museu Nacional, para que possam ser abrigados diversos acervos históricos do Brasil e do mundo, entre eles, objetos indígenas, fósseis de animais, múmias e outros.
Pernambucano	1862	Inauguração do museu no Pernambuco, mais antigo instituto histórico regional do país. Também tem como objetivo recolher o acervo histórico, especialmente regional, principalmente no que se refere às guerras locais que marcaram a vida e cultura do estado de Pernambuco.
Pará	1866	O Museu Paraense Emílio Goeldi possui um acervo de conhecimento em todas as áreas naturais, preservando, principalmente a vida, história, cultura e objetos relacionados à floresta Amazônica. Esse museu, tem como principais objetos os relacionados às ciências naturais e humanas.
São Paulo	1895	Segundo o site do Museu da USP: “O Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP) foi inaugurado como museu de História Natural e marco representativo da Independência, da História do Brasil e Paulista. Seu primeiro foi a coleção do Coronel Joaquim Sertório, que constituía um museu particular em São Paulo. No período do Centenário da Independência, em 1922, foi reforçado o caráter histórico da instituição. Formaram-se novos acervos, com destaque para a História de São Paulo. Realizou-se a decoração interna do edifício, com pinturas e esculturas apresentando a História do Brasil no

		Saguão, Escadaria e Salão Nobre. Foi instalado o Museu Republicano “Convenção de Itu”, extensão do Museu Paulista no interior do Estado.” (São Paulo – Museu do Ipiranga)
Rio de Janeiro	1937	Dedicado a conservação, aquisição e divulgação de obras representativas do Brasil nos séculos XIX e XX, esse museu foi criado no período do Governo de Getúlio Vargas, chamado de Museu nacional de Belas-Artes, concentra um representativo acervo nacional de cultura em todas as modalidades.
Rio de Janeiro	1940	Além do museu acima citado, o Governo de Getúlio Vargas também é responsável pela criação do museu sediado na antiga residência de Dom Pedro II, o Palácio Imperial de Petrópolis. Nesse museu, além de acervos gerais, são registrados os pertences reais da família imperial Brasileira.
Brasília	1960	Segundo o livreto do Memorial JK, “uma das figuras mais importantes da história do Brasil, Juscelino Kubitschek ganhou um memorial projetado por Oscar Niemeyer em pessoa. O museu é uma viagem pela política do país e pela vida pessoal de JK, com destaque para seu maior legado: a construção de uma nova para o Brasil. No acervo, objetos como a faixa presidencial de JK, obras de sua biblioteca pessoal e trajes de gala, entre outros itens”. Onde guarda, além dos restos mortais do fundador da Capital Federal, seus utensílios pessoais e conta toda a sua trajetória política e pessoal.

Fonte: arquivo próprio.

Como se pode ver na Tabela 2, essas instituições cumprem o papel de apresentação da história da sociedade e os seus desenvolvimentos. Sendo assim, chamadas de museu-escola, muitas dessas instituições têm ligado parcerias a universidades e institutos de pesquisa, podendo, então, gerar trabalhos de políticas governamentais de valorização do

patrimônio e políticas educacionais como a formação de profissionais, como mostra Coelho (2009). Com essa parceria, professores de todos os níveis podem estar apresentando o patrimônio cultural e científico para seus alunos, além do entretenimento educacional gerado para a sociedade como um todo. Giraudy e Boulhet (1990) mostra como é importante o diálogo entre educação e cultura:

O mundo se redescobre a cada dia. Novas perspectivas inauguram caminhos. O museu redimensiona-se. Antes passivo, ordena-se ativo. Não mais o objeto em si, mas o resumo histórico. A interdependência cultural, a rede trançada nos fios que se entrecruzam por entre passado, presente e futuro. O museu reajusta sua função didática. Faz coincidir o estético e o pedagógico. Conceitua-se no contexto histórico e por área geográfica. Cada museu responde a algum aspecto do saber humano. Concentra-se, especializa-se e torna-se, antagonicamente, mais amplo. O método visual é a sua linguagem. (GIRAUDY E BOULHET, 1990, p.7)

É importante compreender nesse contexto que os alunos passam, dentro dos museus, a compreender o desenvolvimento da sociedade. Para o caso do Memorial JK, há uma apresentação completa de parte significativa da história do Brasil, não apenas do fundador da capital, mas dos programas de desenvolvimento adotados e implantados por JK no período político que ele viveu, desde a prefeitura de Belo Horizonte até a presidência da República. De modo geral, os museus são organizados de forma didática e cronológica, com o intuito de que os conhecimentos possam ser pedagogicamente apresentados nesses locais.

Neste sentido, para todos os museus em geral, o valor histórico, artístico e econômico deve seguir diretrizes pedagógicas como mostra Nascimento (1998):

[...] a dimensão pedagógica do Museu, não está relacionada apenas com a apresentação dos objetos, mas certamente, na compreensão da historicidade do objeto museal. Por isso, defende-se a tese que cada objeto traz consigo a sua historicidade, que reflete as inter-relações dos homens com o seu meio e com o fato cultural, num espaço-tempo histórico determinado. Assim, se concretiza uma praxis pedagógica, cuja relação sujeito-museólogo e sujeito-visitante é mediatizada pelo objeto museal, tomado enquanto objeto de conhecimento. (NASCIMENTO, 1998, p. 32-33).

Com isso, a proposta pedagógica dos museus visa o aperfeiçoamento educacional colocando o aluno, docente ou sociedade em geral, em contato com os acontecimentos históricos, científicos, econômicos, sociais e entre outros. Para o objeto em específico dessa dissertação, o Memorial JK, têm-se a trajetória de uma personalidade importante da nossa sociedade e a demonstração de seus feitos, além da construção e do desenvolvimento da Capital Federal e do Brasil, podendo dar a pessoa que visita, um ar nostálgico e que agrega grande tanto o conhecimento quanto a cultura, vida e a economia do Brasil no períodos ali relatados, podendo, para o caso de alunos, trazer a discussão nas disciplinas de história e

história do Brasil, trazer um conhecimento significativo para as discussões quanto a formação do Brasil e, também, as curiosidades particulares da vida dessa importante personalidade que nos representou entre 1956 e 1961. Assim, o professor pode estimular os alunos na busca de desenvolver habilidades e novas experiências em ambientes que não apenas a sala de aula, como mostra Pacheco (2012).

Isso responde a motivação do objetivo pedagógico dos museus que estão alinhados aos objetivos pedagógicos do Memorial JK, conforme a definição proposta pela Comissão Internacional de Museus (ICOM), como mostra Lewis (2004), que diz:

Os museus preservam a propriedade cultural mundial e interpretam-na ao público. [...] Faz parte do patrimônio natural e cultural mundial e pode ser de caráter tangível ou intangível. Muitas vezes, o bem cultural providencia também a referência primária em vários temas da área, tais como arqueologia e ciências naturais, e por isso representa uma contribuição importante para o conhecimento. É também, um componente significativo na definição da identidade cultural, a nível nacional e internacional. (LEWIS, 2004, p. 1)

De forma geral, Ramos (2004), explica que o museu é um lugar onde concentram-se objetos culturais para o auxílio da formação da(o) cidadã(o) que busca compreender as origens sociais ou próprias. Ajudando o aluno a ter uma experiência educativa sensível para além da sala de aula, podendo, inclusive, compartilhar suas emoções e sensações com as demais pessoas.

Choay (2006) retrata que os museus buscam apresentar de forma estratégica a história para que as pessoas não comprometam seu futuro. Essa é a importância dos museus para a humanidade, a preservação da memória e cultura da sociedade, tornando a sociedade responsável pelo seu patrimônio cultural, material e imaterial. Seu significado, em resumo, é apresentado por Julião (2006),

As mudanças do significado de museu através dos tempos talvez possam ser compreendidas como uma trajetória entre a abertura de coleções privadas à visitação pública ao surgimento dos museus na acepção moderna, como instituições a serviço do público. Concebidos com a função de educar o povo desde a Revolução Francesa, os museus, [...] Como em nenhuma outra época, o papel educativo e a relação do museu com a comunidade tornam-se, de fato, questões nucleares do pensamento e de práticas museológicas. (JULIÃO, 2006, p. 29)

Nesse sentido, o museu se trata de um ambiente educativo, que tem por objetivo pedagógico apresentar a evolução da sociedade e para o caso do Memorial JK, apresentar o desenvolvimento de parte significativa do país e as memórias de uma das maiores personalidades que aqui viveu e dedicou sua vida a reconstrução nacional através do seu famoso “plano de metas”.

Assim, desde meados dos anos 1990, o complexo desafio pela inclusão tem tido maior aceitação na sociedade em geral, como mostra Fernandes *et al* (2020), quando apresenta esse combate com relação a inclusão dos(as) Surdos(as). Os museus como centros culturais devem ater às preocupações da sociedade com a acessibilidade, desde a adequação dos locais para os deficientes motores até a adequação linguística para Surdos(as) e escrita para os Cegos. Nesse contexto, para o caso dos(as) Surdos(as), a língua utilizada para a comunicação visual é a Libras que se assegura na Lei de nº 10.436 de 2002. Com isso, o intuito desta parte é mostrar como se deu a evolução histórica da acessibilidade linguística aos(as) Surdos(as) para os museus, convergindo para o Memorial JK.

O reconhecimento da mencionada Lei trouxe grande valorização a comunidade Surda, uma vez que a Libras é uma língua da modalidade gestual-visual ou visuo-espacial, como mostra Strobel (2008):

Antes a história cultural dos povos surdos não era reconhecida, os sujeitos surdos eram vistos como deficientes, anormais, doentes ou marginais. Somente depois do reconhecimento da língua de sinais, das identidades surdas e, na percepção da construção de subjetividades, motivada pelos Estudos Culturais, é que começaram a ganhar força as consciências político-culturais. (STROBEL, 2008, p. 90)

Como visto anteriormente, em 2002 a Lei da Libras foi aprovada e desde então a valorização e reconhecimento da língua passa a ser uma obrigação cidadã e do Estado. Os programas educativos dos museus atendem ao público de forma geral, contudo o atendimento na língua de sinais ainda está precarizado. Segundo Fernandes, *et al* (2020) os anos 2000 mostra que o processo de acessibilidade passa, essencialmente, pelo crivo da introdução da Libras na educação e, especialmente, o reconhecimento para a criação do curso de Letras-Libras no Brasil.

Em 2016, deu-se início ao Projeto de Modernização e Acessibilidade implementado no Memorial JK, aberto ao Público em de 12 de setembro, exatamente 35 anos após sua inauguração. Atualizando a exposição permanente, também produziu novos conteúdos, apresentados de forma inovadora e com muita tecnologia de ponta. Vale ressaltar que, pelo livreto “Modernidade e Acessibilidade” fornecidos pelo Memorial JK, apesar de os espaços fornecerem traduções dos vídeos em Libras, não há qualquer treinamento apropriado dos agentes que ali trabalham, dificultando a comunicação e o questionamento sobre fatos que ali são apresentados

Apesar disso, o processo histórico tem sido marcado pelo avanço da tecnologia, que como no próprio Memorial, tem a trajetória do Presidente Juscelino, apresentada em Libras em todos os ambientes como será apresentado no Capítulo 3 desta dissertação. No entanto,

de forma geral, a luta pela inclusão é de suma importância e a garantia dos direitos legais e a não discriminação de quaisquer pessoas deve ser preservado. Fernandes *et al* (2020) explica, com relação aos museus, que:

Refletem que democratizar o espaço museológico significa multiplicar as possibilidades de acesso e de participação de diferentes grupos no design museográfico, na perspectiva defendida por Mairesse (apud CHALHUB, BENCHIMOL & ROCHA, 2015) de que o “Museu Inclusivo” é um projeto de natureza política, um “instrumento a serviço da democracia, a fim de permitir a cada um desempenhar um papel de cidadão no seio da sociedade” (FERNANDES *et al*, 2020, p. 171)

Mostrando a importância da acessibilidade e do termo “Museu Inclusivo”, além de levar o atual lema do Memorial JK, “Modernidade e Acessibilidade”, para o patamar necessário, onde todas as comunidades são incluídas. A próxima seção dispõe quanto a linguagem museológica e tradução para a acessibilidade linguística.

2.5 A linguagem museológica e os desafios para a tradução na acessibilidade linguística

A linguagem nos museus muitas vezes utiliza termos técnicos o que dificulta a tradução para a língua de sinais. Para isso, devemos entender a ciência que estuda os museus, a Museologia, que é, segundo Bauer (2019a) e Bauer (2019b) o ramo do conhecimento voltado para os objetivos e organização dos museus. Essa ciência, como todas as demais, utiliza-se de termos técnicos para a definição ou diferenciação de algo. Contudo, de acordo com o “Método Ekarv”, conhecido como escrita simples ou a linguagem fácil, vem simplificando, também, esse vocabulário e a sintaxe.

O método de Escrita Simples foi criado por Margareta Ekarv na Suécia, ano de 1960, quando o Ministério da Educação atribuiu bolsas para desenvolvimento de livros fáceis para adultos com a escrita simples e direta. (EKARV, 1994/1999).

Ekarv mostra as dificuldades de Leitura de textos em ambientes culturais, como mostra a citação abaixo:

Um texto de exposição tem que suportar mais concorrência do que a maioria dos outros materiais escritos. Ele precisa competir pela atenção das pessoas com todos os outros materiais e tende a ser a última coisa que chama a atenção quando eles estão diante das exposições. Eles têm que ler o texto em pé [...] e é impossível variar o ângulo de Leitura como em um livro ou jornal. Estamos diante de grandes dificuldades, e a única maneira de superar esses obstáculos é facilitar a Leitura do texto. (EKARV, 1994/1999, p. 201).

Para que haja funcionalidade nos textos, Martins (2014) explica que os textos nos museus devem ser curtos, relevantes, acessíveis, envolventes e as informações atendo-se ao

essencial e estimulado os visitantes saber mais. Essa “Linguagem Fácil” pode se tornar mais acessível e potencializar a rápida Leitura e fácil compreensão dos textos disponíveis.

Para que essa “Linguagem Fácil” seja desenvolvida, primeiro deve-se entender do que se trata a museologia, que, de acordo com o Estatuto de Museus, instituído pela Lei nº 11.904/2009, mostra que devem ser espaços que conservam, investigam, interpretam e comunicam as coleções de diversos valores, ou seja, os museus são:

As instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, Lei de nº 11.904 de 2009).

Um dos maiores desafios para os museus hoje, é a adequação de ambientes que possuem teoria e prática em níveis acessíveis para todos. A educação e a cultura, como vê-se em todo o estudo acima, têm enfrentado as barreiras da acessibilidade, de modo que, dentro dos museus, a instituição possui a função educativa que configura o espaço como um local de interação social e experiências cognitivas, afetivas, sensoriais e culturais, como mostra Costa, Lameirão e Boas (2017). Uma vez que a educação das pessoas ocorre ao longo de toda a sua vida e os espaços educativos, como os museus, fazem parte não apenas da vida infantil, mas dá adulta das pessoas, compõem a necessidade de que os ambientes sejam plenamente acessíveis e traduzidos para a língua de sinais, podendo, assim, cumprir com o papel de levar a informação a todos.

A inclusão do público Surdo é um dos desafios dos museus dentro cenário atual, como mostra Tojal (2007):

Ao se pretender abrir o espaço museológico a todos os públicos, há de se levar em consideração novos fatores que impõem aos processos de comunicação múltiplas formas de diálogo, pois a igualdade de direitos está intrinsecamente relacionada ao respeito pela diversidade coletiva ou individual (TOJAL, 2007, p.102)

Para ele, o maior desafio é garantir a prática livre de comunicação e aceitação da diversidade, assegurando a ampliação do acesso à cultura para diferentes grupos sociais. Vieira (2005) e Maurício (1992) mostram que a construção social do indivíduo depende da sua formação cultural e, para o caso dos(as) Surdos(as), isso passa, necessariamente, pela inclusão linguística e adequação dos ambientes para o recepcionamento e atendimento direto na língua de sinais. Assim, para que essa realidade seja possível, a formação e contratação de tradutores(as)/mediador(as) é condição essencial para a garantia dos direitos dos(as) Surdos(as), como apresentado ao longo de toda essa dissertação. A próxima seção é

destinada a análise das perspectivas qualitativas para a promoção de acessibilidade em museus.

2.6 Perspectiva qualitativa para promoção da acessibilidade em museus

Segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, cerca de 5,1% da população Brasileira apresenta algum tipo de surdez, de modo que se faz necessário a inclusão e acessibilidade dessas pessoas no âmbito educacional, cultural e profissional. No Brasil, há uma vasta legislação que garante os direitos à acessibilidade das pessoas com deficiência. Entre elas esta o Art. 53 da LBI (Lei Brasileira de Inclusão), que diz:

Art. 53. Acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. (BRASIL, DECRETO-LEI de nº 13146, art. 53, 2015)

Essa Lei determina o direito à acessibilidade de todas as comunidades de minorias e, para o caso dessa dissertação, em especial, a dos(as) Surdos(as). Para essa comunidade, a acessibilidade é uma questão linguística, assim, é necessário o desenvolvimento de materiais fundamentados na tradução, tais como; legendas; acompanhamento de intérpretes nos ambientes para a apresentação dos conteúdos dos museus; entre outras. Assim, o foco essencial para a garantia de aquisição adequada do conhecimento deve ser na tradução em Libras, que é a L1 (primeira língua) da comunidade (como defendido pelo Decreto-Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002, já tratado nos capítulos acima).

Segundo Oliveira (2015) os recursos tecnológicos devem ser utilizados como um facilitador da tradução nos ambientes, no entanto, estes não devem substituir a mediação da tradução em Libras por um intérprete profissional. Além disso, a presença de educadores(as) Surdos(as) é fundamental para um bom atendimento com visitantes Surdos(as), podendo dar o suporte necessário com base nos conhecimentos relacionados a cultura e necessidades da comunidade Surda [como é mostrado para os casos de salas de aula, por Moreira, de Araujo Oliveira e Ferragina (2021)]. De modo *ipsis litteris*, Oliveira (2015) diz:

Comunicação em Língua Brasileira de Sinais; Conhecimento cultural; Ampliação do vocabulário em Libras e em português; Aprendizagem visual: significado e interpretação das imagens; Visão crítica individual e em grupo: análise, opinião, diálogo e discussão (OLIVEIRA, 2015, p. 72).

A justificativa para tais argumentos é encontrado em Quadros (1997) que afirma que a Libras é a língua natural dos(as) Surdos(as) e adquirida de forma espontânea, contudo, o contato entre pessoas Surdas e ouvintes não se dá na Libras (com exceção aos momentos

em que o ouvinte conhece a língua de sinais), para essa comunicação é necessário o aprendizado do Português como L2 (segunda língua). Assim, no contexto dos museus, Silva, Rojas e Teixeira (2015) afirmam que a comunidade Surda deseja acesso à informação e à comunicação nesses ambientes, de modo que garantam os seus direitos, como cidadãos, de participar das atividades culturais em pé de igualdade.

Pelo lado tecnológico, pode-se defender o estímulo à pesquisa e desenvolvimento de equipamentos que busquem a acessibilidade. Para os(as) Surdos(as), o uso de tradução audiovisual é mais eficiente pelo uso da língua de sinais, além de tecnologias que possam ser acessadas por meio de celular, tablets, ou outros dispositivos que possam ser disponibilizados pelos museus aos visitantes, como defendem Franco e Araújo (2011) e Araújo e Alves (2017). Tornando, assim, a acessibilidade para os(as) Surdos(as) em museus cada vez mais viáveis e proporcionando uma prestação de serviços de qualidade à comunidade.

Essas ferramentas, além do atendimento humano, são chamadas de mediação cultural e devem ser tratadas como papel formativo da comunidade Surda. Contudo, a necessidade de trabalhar com a acessibilidade para os grupos de minorias, criam necessidades de adaptações de espaços e formas de comunicação, no caso dessa última adaptação encontra-se a Libras como acesso a informação dos(as) Surdos(as) através do direito que lhes é garantido (a comunicação na língua de sinais). Santos (2009) mostra que essa necessidade de adaptação ambiental é maior quando tratamos de mediação cultural, uma vez que ela tem um papel formativo dos indivíduos em todas as comunidades, buscando estimular e ressignificar bens culturais para a compreensão dos aspectos históricos. Para isso, a diversificação no acervo por meio da comunicação em Libras se torna uma condição *sine qua non* para que a comunidade Surda tenha seus direitos assegurados e garantidos.

Pelo lado do atendimento humano, é explícita a necessidade de tradução simultânea ou que os próprios guias de museus tenham a formação adequada para a tradução em Libras nesses locais. Segundo o Estatuto dos Museus:

Art. 35 “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente”. Assim, o acesso universal às ambiências museais é considerado um fator primordial na acessibilidade de pessoas com deficiência (BRASIL, Lei de nº 11.904 , 2009).

Apenas com treinamentos (formação), a qualidade do acesso a informação dos museus para os(as) Surdos(as) será garantida. Ter a comunicação direta através dos guias, garante que ambos, ouvintes e Surdos(as), tenham seus direitos garantidos com relação a

aquisição de conhecimento nesses ambientes. Esse acesso à informação deve ser tratado como prioridade para a inclusão cultural da sociedade (veja TOJAL, 2007).

A falta de acessibilidade nesses ambientes, faz com que os(as) Surdos(as) sintam-se estrangeiros no seu próprio país, sendo necessárias as adaptações desses ambientes, assim como são feitos nas estruturas desses locais para pessoas com baixa mobilidade. Cohen *et al* (2012) afirma que a legislação deve ser obedecida e que na falta de uma Lei para a garantia dos direitos da comunidade, deve haver movimentações por parte da própria sociedade para que se estrutrem novas Leis que garantam esses acessos. Uma vez que, a Constituição Federal determina no seu Art. 5º Caput a condição de igualdade para todos. Infelizmente, segundo Chalhub e Gomes (2018), apenas 51% dos museus brasileiros atendem a parte dessas necessidades. Neste capítulo, é apresentado como o Memorial JK (Brasília-DF) lida com as questões apresentadas aqui e quais as suas deficiências. A próxima seção é destinada as considerações finais do capítulo.

2.7 Considerações finais do capítulo

A presente seção apresenta pontos fundamentais para a construção dessa dissertação, contribuindo em três pontos centrais. O primeiro trata, inicialmente, da conceituação do que é a acessibilidade e convergindo para a acessibilidade linguística e sua importância. A acessibilidade é um termo amplo, quando tratado de modo geral, mas que converge para as necessidades específicas de cada grupo de minorias. No caso dessa dissertação, tratando da acessibilidade linguística em Libras e das políticas públicas voltadas para todos(as) os(as) Surdos(as). Esse conceito e a legislação por traz dele reforça a importância da adaptação de ambientes culturais, tais como museus, para a garantia do direito das pessoas Surdas no acesso a informação passada.

O segundo ponto se trata da apresentação da importância dos tradutores(as) e mediadores(as) em Libras para a garantia dessa acessibilidade, além de, aqui, ser apresentado os mecanismos tecnológicos ou não para que seja eficiente e amplo o acesso da comunidade Surda a tradução e interpretação em Libras do conteúdo a ser discutido. Sem esses dispositivos, garantir a acessibilidade linguística passa a ser um mito e, como apresentado anteriormente, faz com que os(as) Surdos(as) se sintam estrangeiros em seu próprio país, gerando barreiras na comunicação. Por fim, tem-se a convergência da dissertação para o objeto de estudo dessa dissertação, que é o Museu Memorial JK. Podendo dissertar, especificamente, quanto a acessibilidade linguística em museus, sempre buscando o Memorial como foco central. No próximo capítulo, aborda-se a metodologia aplicada na

pesquisa, de modo que é investigada a atual situação do Memorial, para que possam ser identificadas os acertos e erros cometidos pelo Museu quanto a acessibilidade linguística em Libras para a comunidade Surda.

CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo central do presente capítulo é apresentar a Metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento final do trabalho, além das comparações das normas técnicas com relação a acessibilidade em Libras e o que efetivamente é aplicado no Memorial JK. O presente capítulo está dividido em cinco partes além dessa breve introdução. A primeira reflete os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa; A segunda quanto a proposta de tradução da história do Juscelino Kubitschek; A terceira é referente à definição dos critérios técnicos para elaboração de vídeos em Libras; A quarta quanto ao registro das estratégias da elaboração dos vídeos e guias acessíveis em Libras; A quinta delimita o espaço Museu Memorial JK, que é o ambiente direcionado dos estudos tratados aqui; e por fim as considerações finais.

3.1 Procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa

Os capítulos anteriores a esse utilizam do método de revisão da literatura para dar suporte teórico a esta dissertação, tanto quanto a legislação vigente (Capítulo 1) quanto a perspectiva histórica da acessibilidade linguística em museus (Capítulo 2). Para esses capítulos anteriores, é o que vale é a revisão da literatura sistemática, que busca aferir as evidências científicas do *modus operandi* (veja GALVÃO e PEREIRA, 2014) dessa acessibilidade perante os estudos de tradução e as lutas e conquistas das comunidade Surda. Desse modo, é possível trazer, neste capítulo, o direcionamento da aquisição dos dados da pesquisa, as formas da elaboração e o método utilizado para constatar os resultados do próximo capítulo.

Para a presente pesquisa, foram, inicialmente, escolhidas 5 pessoas, uma com ensino superior incompleto e 3 pessoas com pós-graduação nas áreas de Libras, Linguística, Estudos da Tradução e Design Contudo, como uma das pessoas faltou, convidei duas outras pessoas, uma de outro estado (superior completo) e outra de outro país (médio completo), que estava turistando em Brasília, pude, assim, aproveitar para ter uma visão externa as limitações do Distrito Federal. Os turistas foram selecionados de forma aleatória, pois apresentavam desejo de conhecer o Memorial e, uma vez que são compatíveis com a pesquisa (são Surdos(as)), apresentaram o seu ponto de vista. Os(as) residentes do Distrito Federal, foram selecionados pela presente pesquisadora por nível de qualificação, para averiguar as diferentes visões por nível de escolaridade.

Com isso, o total de pessoas entrevistadas foram seis. Destaco que, todas elas possuem algum conhecimento quanto a acessibilidade linguística e, assim, foi possível

observar diferentes opiniões e perspectivas. As entrevistas foram realizadas no local após uma visita, podendo, assim, absorver as perspectivas de uma memória recente do local. Para todos foi solicitada a assinatura de um “Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido”, para que pudessem ser realizadas as entrevistas. Assim, foram filmadas as respostas, mantidas em anonimado, para a garantia dos direitos de imagem e anonimado de cada um, como regem as devidas práticas científicas. Com isso, a presente pesquisadora traduziu as falas, que constam no Apêndice 1 deste trabalho.

Oliveira (2015) fundamenta a atual pesquisa no formato de questionários, para o caso dela, a averiguação da formação dos educadores surdos de artes e sua perspectiva quanto a acessibilidade em museus, aqui, objetiva-se verificar como cada grupo com diferentes formações compreendem o processo de acessibilidade do Memorial em questão. Outros(as) autores(as) que fundamentam esse tipo de pesquisa em formato de questionário, especialmente aplicando-os para a comunidade Surda ou tradutores/intérpretes em ambientes culturais/educacionais, são: Reis (2005), Sarraf (2008) e Pagura (2010). O questionário foi elaborado com a percepção de uma visita realizada previamente pela pesquisadora, onde surgiram as inquietações e quesitações formuladas (Tabela 3) em seis perguntas que foram aplicadas aos participantes. Assim, com as devidas respostas e a verificação *in loco* é possível relatar quais são os acertos e deficiências no processo de adequação do ambiente para a Acessibilidade Linguística, como propõe, em parte, o lema “Modernidade e Acessibilidade”. A Tabela abaixo apresenta o questionário:

Tabela 3 - Questionário para os(as) Surdos(as)

<p>1 - Dentro do ambiente do Memorial JK, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 não há acessibilidade e 10 a acessibilidade é perfeita, como você qualificaria o nível de acessibilidade em Libras do ambiente?</p>
<p>2 – De acordo com a resposta anterior, identifique quais os pontos positivos e negativos que você pode apontar quanto a acessibilidade em Libras no Museu Memorial JK e explique cada uma delas.</p>
<p>3 – Para você, as legendas em português consegue dar o suporte necessário aos(as) Surdos(as) no Memorial, especialmente quando tratada como segunda língua dos(as) Surdos(as)?</p>
<p>4 - Dentro do ambiente, você considera que a tradução em Libras estão com a qualidade adequada para que os(as) Surdos(as) tenham a perfeita compreensão da mensagem a ser passada pelo Memorial?</p>

5 – Não havendo intérpretes de Libras no ambiente, como você considera a qualidade do acesso a informação dentro do Memorial?
6 – Quais sugestões para o aperfeiçoamento da acessibilidade em Libras você poderia apresentar para auxiliar no desenvolvimento do projeto “Modernidade e Acessibilidade” do Memorial?

Elaborado pela autora

Assim, o questionário acima foi aplicado aos 6 participantes, *in loco*, no Museu entre os dias 08 e 29 de setembro de 2022. Possibilitando, no próximo capítulo, expressar comparações com o observado por eles, pela pesquisadora e pelo verificado nos registros fotográficos do local. A próxima seção apresenta a proposta de elaboração de vídeos da História do JK.

3.2 A Proposta de Elaboração de Vídeos com Respeito a Tradução da História do JK.

Uma vez estabelecida a metodologia de entrevistas, verificou-se a falta de tradução da história do Juscelino Kubitschek, tanto no site oficial, quanto nos primeiros computadores na entrada do Memorial. A produção de vídeos como propostas para adequação de ambientes culturais e educacionais são apresentadas e discutidas por Cardoso (2016) e Ferreira, Alves e Madeira (2021). Assim, propoe-se, aqui realizar a tradução de três partes da história, como exemplo de como deverá ser realizado pelo Museu, para a devida adequação do ambiente para que a proposta “Modernidade e Acessibilidade” se desenvolva. Sendo assim, será apresentado no próximo capítulo, a tradução das seguintes partes²:

Tabela 4 - Seções do Site prpostas a serem traduzidas

1902	Nasce em 12 de setembro, na cidade de Diamantina-MG, Juscelino Kubitschek de Oliveira, filho de Dona Júlia Kubitschek e João César de Oliveira.
1905	Morre o pai de Juscelino. A morte de João César de Oliveira (foto), pai de JK, agravou a situação da família. Apesar das suas origens, caixeiro viajante, sua família passava por momentos difíceis, dispondo de precários meios de sobrevivência. Apesar do pouco contato que teve com seu pai, pois quando este morreu; em 10 de janeiro de 1905, Juscelino tinha apenas 2 anos de idade, sempre houve uma semelhança na personalidade de ambos, fato que agradava a Juscelino. Segundo ele próprio, isto fazia com que se sentisse mais próximo da figura paterna, com a qual teve pouco contato. Dona Júlia, embora não tivesse com quem deixar seus filhos, estava determinada a dar-lhes o melhor. Assim levava-os todos os dias, para a sala de aula, um dos cômodos da casa em que morava. Foi assim que Nonô (como Juscelino era

² As partes apresentadas, aqui, foram retiradas do site http://www.memorialjk.com.br/pt/?page_id=104 . Memorial JK, seção Bibliografia.

	<p>chamado) e Naná, sua irmã, terminaram o curso primário. Juscelino sempre se mostrou um garoto estudioso e interessado.</p> <p>Dona Júlia, por sua vez, era uma pessoa reservada e discreta. Raramente participava de atividades sociais. Professora desde 1895 dedicava a maior parte do seu tempo aos compromissos da escola onde lecionava. Era neta de Jan Nepomusky Kubitschek, o “João Alemão” (foto), um imigrante católico natural da Boêmia (atual República Checa), que se estabeleceu no Brasil como marceneiro pelos idos do primeiro reinado. Foi ela que arcou com as responsabilidades da família quando da morte de João César aos 33 anos. Dona Júlia morreu em 1971 com mais de 90 anos. Juscelino teve duas irmãs: Eufrosina, que viveu poucos meses, e Maria da Conceição (foto), a Naná (1901-1966)</p>
1934	<p>Candidata-se a Deputado Federal. Em 1933, Juscelino é escolhido por Benedito Valadares para atuar como Secretário do Governo de Minas Gerais. Desde o início, Juscelino desenvolveu um trabalho dinâmico que impressionou muito a todos. Seu contato com o público era diário. Tentando ajudar a quem lhe procurasse, em pouco tempo sua popularidade subira vertiginosamente nos meios políticos e populares. Isto contribuiu para que o Partido Progressista (PP) o indicasse para concorrer à eleição para Deputado Federal em outubro de 1934. Juscelino foi eleito com um número de votos que ultrapassou todos os outros candidatos.</p> <p>Tomou posse do cargo em 1935, mas exerceu seu mandato por apenas 2 anos. Nestes dois anos, de 1935 a 1937, Juscelino dedicou-se principalmente à política. Como Secretário do Partido (PP) teve papéis importantíssimos a desempenhar na estruturação deste, e seu trabalho foi, na maior parte do tempo, desempenhado pelo interior do Estado.</p>
1937	<p>O Estado Novo extingue todos os mandatos legislativos do País. Devido ao golpe de estado dado por Getúlio Vargas instituindo o Estado Novo em 10 de novembro do 1937, o Congresso Nacional é fechado e uma nova estrutura de poder é montada: a ditadura. O mandato de Juscelino, que havia iniciado em 1935, é extinto. JK, que não aceitava o novo quadro que surgia, decidiu a voltar a clinicar e, desta vez, segundo ele, para sempre.</p>
1960	<p>Brasília é inaugurada, cumprindo o cronograma estabelecido por JK. “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrável e uma confiança sem limite no seu grande destino”.</p>
1964	<p>Com o Golpe, seu mandato é cassado e seus direitos políticos suspensos.</p> <p>Com o Golpe de 31 de março de 1964, a situação política no Brasil sofre mudanças consideráveis. O então Presidente da República João Goulart, deposto do cargo, partiu para o exílio, enquanto uma junta militar assume o governo com promessas de organizar o país. Inicialmente, seria escolhido um presidente que durante 1 ano poria as coisas em ordem, estabelecendo após este período eleições diretas para a Presidência da República.</p> <p>Porém, após um certo período JK e outros políticos foram percebendo qual a verdadeira intenção daqueles que haviam tomado o poder. JK começa a demonstrar ideias divergentes do Governo imposto. Em decorrência disto, no dia 8 do junho do 1964 o mandato do JK foi cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Em consequência das pressões sofridas como homem político e ser humano, JK decidiu partir para o exílio voluntário em 14 de junho de 1964</p>

Fonte: Site do Memorial JK seção Biografia

As passagens foram escolhidas da seguinte forma: Os anos de 1902 e 1905 representam o início da vida do que viria a ser o futuro presidente da república, apresentando um marco fundamental na sua vida que é a morte de seu pai e a importância da sua mãe nesse período; os anos de 1934 e 1937 representam o início da vida política de JK e a primeira repressão com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, sendo um marco histórico na sua vida, pois rompe ele rompe com a política e retorna para a medicina após o golpe; e então 1960 e 1964, o primeiro ano é referente a fundação de Brasília, principal meta do seu plano de Metas e 1964 com o golpe militar de Estado que causou, nominalmente cassação dos seu mandato e forçando-o ao exílio.

O software utilizado para a produção dos vídeos foi o StreamYard. A gravação ocorreu com 2 fontes de luz, para evitar sombras, sendo uma inferior, atrás iluminando a parede e outra de frente para o rosto, reduzindo sombras. Os vídeos desenvolvidos obedecem as normas estabelecidas pela NBR 15290 de 2015, que determina toda a técnica necessária para a produção (veja, também, Naves et al. (2016) e Brasil (2018)). Os vídeos produzidos constam em cada *QR Code* que irá direcionar para o vídeo do respectivo ano apresentado (Tabela 7).

Para isso, a próxima seção apresenta a forma adequada de produção e orientação dos vídeos de modo a orientar o Museu JK (e por consequência os demais espaços culturais que venham a utilizar dessa dissertação para adaptação), e também a forma que serão produzidos os vídeos no capítulo 4. Além disso, a seção 3.4, apresenta os registros das estratégias para a elaboração de vídeos-guia em Libras, que complementa a fundamentação teórica para, no próximo capítulo, serem aplicadas as metodologias estipuladas aqui.

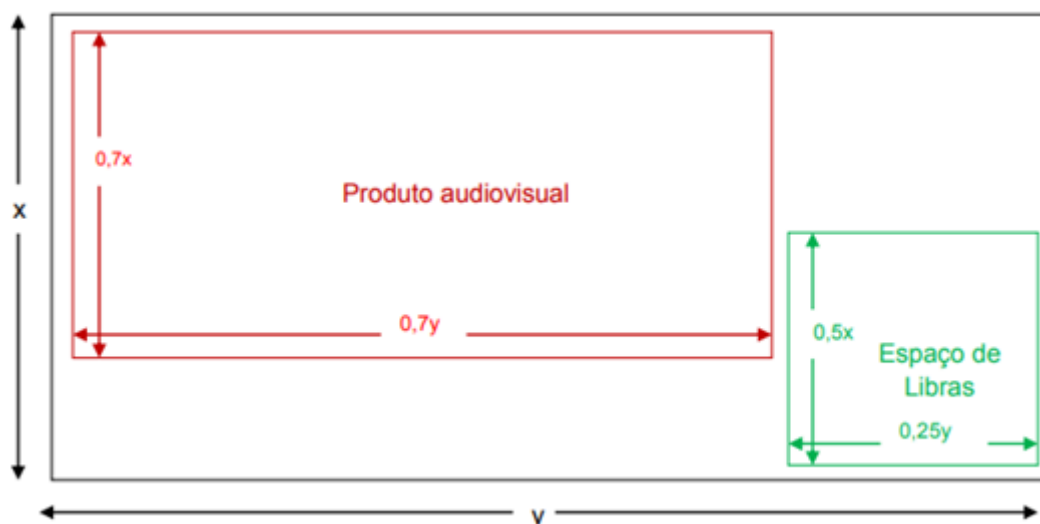
3.3 Definição dos critérios técnicos para elaboração de vídeos em Libras

A modalidade de tradução audiovisual é dedicada a tradução da língua oral para a língua de sinais, essa técnica utiliza o(a) Tradutor(a) Intérprete de Língua de Sinais (TILS), aqueles(as) que tenham as devidas qualificações, para traduzir o conteúdo apresentado em áudio ou vídeo. Para isso, deve-se seguir algumas orientações técnicas, como a orientação e diagramação do quadro do intérprete, trajes adequados e comportamento do(a) profissional. Apresentar essa técnica e averiguar se o Memorial JK se adequa a elas é o objetivo central desta e das próximas partes desta dissertação.

O primeiro ponto a ser analisado é a formatação do espaço onde o intérprete se encontra na tela e qual o tamanho desse espaço. As devidas proporções devem respeitar 25%

da largura da tela e 50% da sua altura, para que o quadro fique amplo o suficiente para a compreensão da tradução por parte dos(as) Surdos(as). Essas medidas podem ser vistas na Figura 4, abaixo, que foi elaborada por Brasil (2018), apresentando de forma técnica no “Guia para produções audiovisuais acessíveis” desenvolvido pelo Ministério da Cultura, na Secretaria Audiovisual.

Figura 4 - Espaço de Libras na tela



Elaborado por Brasil (2018) chamado de Quadro 1.

A descrição dessas medidas é dada pelos autores de modo a apresentar o as medidas e posicionamento correto do quadro, a fim de não comprometer a compreensão da imagem informativa e conseguir prover o(a) Surdo(a) da tradução correta do áudio. Brasil (2018), descrevem o Quadro 1 da seguinte forma,

Descrição do quadro 1: A figura maior é de um retângulo com o lado menor "x" e o maior "y". Dentro desta, a figura de um retângulo 70 por cento menor está posicionada no canto superior à esquerda, deixando um espaço abaixo e à direita. A medida do lado menor é de $0,7x$ e do lado maior, $0,7y$. Dentro desse retângulo, o letreiro: "Produto Audiovisual". No espaço à direita, há um quadrado posicionado no canto inferior com a medida relativa ao lado de $0,5x$ e da base de $0,25y$. Dentro do quadro, o letreiro: "Espaço de LIBRAS". (BRASIL, 2018, p. 23)

Essa técnica é conhecida como *picture-in-picture* (PIP), que trata da sobreposição do vídeo para a tradução para a língua de sinais, mas com o mínimo de comprometimento da informação a ser repassada pelo vídeo que está sendo sobreposto. Essas medidas, são utilizadas pela televisão, respeitando as normas técnicas reguladas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com relação a Norma Brasileira (NBR) 15290:2005, que se refere a “Acessibilidade em comunicação na televisão”, tendo por determinação o ponto 7.1.3 da Norma, como podemos ver na citação abaixo:

7.1.3 Recorte ou wipe

Quando a imagem do intérprete da Libras estiver no recorte:

- a) a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor;
- b) a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor;
- c) sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta;
- d) quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela. (ABNT NBR 15290:2005, 2005, p. 9)

Essas proporções, garantem a visualização adequada da tradução feita pelo intérprete, podendo garantir a compreensão da informação. Vieira (2012) analisou a acessibilidade dos(as) Surdos(as) ao comparar a utilização de janelas de Libras e aquelas que eram feitas por legendas, é expressivo em seu trabalho que a qualidade do repasse da informação e da garantia da acessibilidade através da janela de Libras é mais aceita dentro da comunidade Surda. Em casos de janelas mais compactas, foi verificada a reclamação por parte dos(as) Surdos(as) pela dificuldade de assimilar as configurações de mão. Sendo assim, o respeito às normas técnicas é essencial, uma vez que são respaldadas em pesquisas científicas exaustivas para comprovar a sua eficácia.

Outra questão importante que deve ser salientada é que, caso ocorra de não haver áudio ou falas no vídeo, a janela de Libras é retirada e reposta no momento que iniciarem os áudios, uma vez que manter a janela sem que haja o que traduzir pode prejudicar a atenção quanto ao conteúdo do que está sendo exposto, estas características são apresentadas por Brasil (2018). Além disso, deve ser adequada a iluminação, utilizando-se de dois pontos de iluminação para o intérprete, uma frontal e outra diagonal superior, como mostra a autora. A ABNT NBR 15290:2005 ainda afirma, no seu ponto 7.1.2, que a iluminação deve evitar o aparecimento de sombras nos olhos e/ou seu ofuscamento.

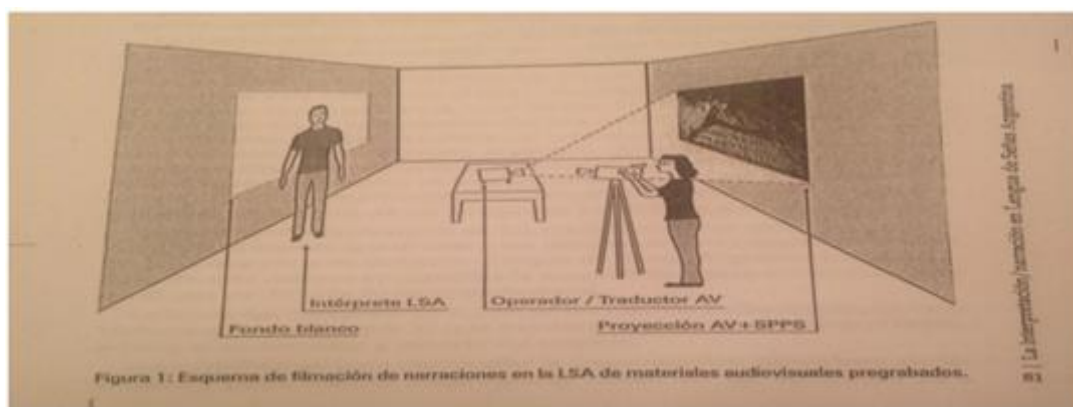
Ao fundo do intérprete, deve haver uma tela de cor azul ou verde, ou de tonalidade compatível com a aplicação da técnica chroma keyer, podendo, assim, gerar a possibilidade de transposição completa do fundo digitalmente. Além disso, para a janela, a NBR citada diz que: “deve haver contraste entre o pano de fundo e os elementos do intérprete”, para que seja possível a assimilação de todos os movimentos do intérprete, sem qualquer prejuízo à compreensão da interpretação. Brasil (2018) apresentam as regras de enquadramento do intérprete e a posição da câmera,

Parte superior: o quadro superior da câmera deve ficar entre 10 a 15 centímetros acima da cabeça;
Parte Inferior: 5 centímetros abaixo do umbigo;

Parte lateral: Para Telejornais, exibições de audiências e documentários, concordamos com as medidas laterais para gravação de tradução indicadas no artigo científico de MARQUES e OLIVEIRA (2012) que indica o espaço máximo dos cotovelos quando os dedos médios se tocam em frente ao peito. Contudo, para filmes, telenovelas, minisséries e seriados, sugerimos mais dez centímetros para cada lado dos cotovelos para espaço de sinalização, uma vez que o TILS terá que traduzir múltiplos personagens em cenas muito mais dinâmicas, exigindo assim um espaço mais alargado. (BRASIL, 2018, p. 26)

Por fim, a análise do posicionamento do intérprete é essencial, garantindo, assim, a melhor visibilidade. A Figura 5, elaborada por Brasil (2018), denominada Quadro II, apresenta o posicionamento adequado do intérprete e os recursos necessários para a execução da atividade de interpretar, seja ao vivo ou vídeos gravados.

Figura 5 - Posicionamento do intérprete e recursos necessários



Elaborado por Brasil (2018) chamada Quadro II

Brasil (2018), descrevem a figura acima, como mostra a citação abaixo:

Descrição do quadro 2: Imagem em preto e branco com legendas indicando o posicionamento dos itens da figura. Em um estúdio, uma operadora de câmera filma um intérprete. O intérprete está do lado esquerdo, em frente a um quadro com indicação da cor do fundo, que deve ser azul ou verde. Em frente ao intérprete, a uma distância de aproximadamente 3 metros (na escala da figura), a operadora de câmera (tradutora AV), filma o intérprete. À frente dela, um projetor, fora do alcance da câmera, projeta as imagens do produto audiovisual a ser interpretado na parede de frente para o intérprete. (BRASIL, 2018, p. 27)

Além do posicionamento do intérprete, de acordo com a NBR 15290:2005, os intérpretes devem respeitar as seguintes normas para a interpretação:

a) a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete; (ABNT NBR 15290:2005, 2005, p. 9)

Para garantir que não haja poluição visual na realização da interpretação e nem qualquer incômodo que possa prejudicar a tradução. Marques e Oliveira (2012) mostram que

para as vestimentas, o ideal são blusas ou camisetas, com mangas curtas ou longas, mas que não haja decote aberto e não seja estampada. Por simples convenção, é sugerido que pessoas de pele clara usem preto e de pele escura que usem cinza. Assim, deve garantir que a projeção adequada da janela de Libras seja feita, como mostra o item 3.1.6 de Brasil (2018).

A próxima parte irá dialogar sobre o registro das estratégias da elaboração dos vídeos e guias acessíveis em Libras de modo que, na seção seguinte, possa comparar com o que é feito no Memorial JK, para analisar a qualidade da tradução no Memorial.

3.4 Registro das estratégias da elaboração dos vídeos e guias acessíveis em Libras

O ato de registrar os vídeos e guias acessíveis em Libras se trata de uma forma de armazenamento e plena repetição das traduções, tais como os registros feitos para a explicação das passagens do Presidente Juscelino Kubitschek no Memorial JK. Assim, de forma sistematizada, há a representação do espaço-visual em Libras que valoriza o acesso ao conteúdo pela comunidade Surda, reconhecendo seus direitos para com a sua língua natural. Além das traduções, o registro de vídeos em língua de sinais expressam a produção do pensamento original da comunidade surda, podendo retratar histórias, contos, poesias e ensino nos seus registros, incentivando a comunidade para o uso de registro, que hoje, inclusive, tem sido aceito por revistas acadêmicas como a Revista Espaços e Revista Forum, ambas do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), que aceitam que de forma resumida, que os artigos sejam apresentados, também, em língua de sinais. Assim, os registros de vídeos em Libras, são considerados parte importante do processo de acessibilidade para a comunidade surda.

A tecnologia recente tem cada vez mais auxiliado e facilitado o ato de registro em vídeos, podendo garantir, a qualquer comunidade, acervos históricos e culturais, de modo que não sejam prejudicados pelo tempo. Assim, a tecnologia garante uma quebra da barreira de acesso à comunicação, para o caso da comunidade Surda, facilitando o acesso a traduções em Libras. No Memorial JK, como registrado anteriormente, apresenta em quase todos os seus ambientes, registros de traduções em Libras das passagens e da vida do presidente, podendo garantir, mesmo que em parte, a acessibilidade de acesso às informações contidas nos vídeos, como explica Cardoso (2016). Esses registros em Libras fazem com que o acesso à cultura seja mais rápido, mas não dispensam o auxílio de intérpretes como guias dos museus.

O mais antigo registro em Língua de Sinais foi feito em Língua de Sinais Americana (American Sign Language-ASL) no vídeo *“The Preservation of Sign Language”*, de George

W, Veditz, em um registro histórico exposto em um museu nos Estados Unidos, em 1913, como mostra Cardoso (2016), segundo Cardoso o vídeo tratava de,

A Preservação da Língua de Sinais. George W. Veditz compartilha algumas palavras sobre a importância de preservar a Língua de Sinais. George mencionou que os surdos devem ser duros com aqueles professores que pensam que sabem tudo, mas não entendem o que é a mente, o espírito, o desejo e as necessidades de uma pessoa surda. Os surdos da França, Alemanha, Inglaterra e Itália esperam que nós, surdos americanos, ajudemos a libertar suas correntes na mente, corpo, espírito e capacidade de usar a linguagem de sinais em suas escolas. Como o falso profeta, Alexander G. Bell, diz que o método oral é melhor na educação dos surdos, mas os surdos de outros países sabem melhor da importância da língua de sinais nas escolas. A Associação Nacional para Surdos criou um orçamento para fazer vídeos para preservar a língua de sinais para as gerações futuras e para ajudar a afastar os inimigos como ele quer erradicar a língua de sinais. (CARDOSO, 2016, p. 38)

Como pode-se ver, o vídeo trata da fala de George sobre como preservar a Língua de Sinais. Pois é com ela que a pessoa surda se identifica. Esse registro é apresentado na Figura 6.

Figura 6 - The Preservation of Sign Language By George W. Veditz



Fonte: Cardoso (2016), p. 39.

Esse registro é um feito histórico e que demonstra a importância do registro em língua de sinais para todas as línguas do mundo. Como foi gravado em 1913, hoje, preservado, é disponibilizado pela Universidade de Gallaudet em Washington, nos Estados Unidos. Além disso, ele mostra a evolução da técnica de registro em Língua de Sinais, que na época utilizava um plástico preto ao fundo para não prejudicar a comunicação. Hoje, como vimos nas seções acima, são utilizadas técnicas como tecidos e chroma key.

Como objetivo central, desde a época até os dias atuais, é armazenar a informação a partir da adquirida identidade e cultura surda, estabelecendo o processo de comunicação visual, como mostra Cardoso (2016). Para isso, são necessárias as técnicas adequadas, que

já foram discutidas nas partes anteriores dessa dissertação. Na Figura 7, se pode ver um registro de vídeo em Libras no Memorial JK, onde a intérprete apresenta a fala do Presidente.

Figura 7 - Registro de tradução em Libras no Memorial JK



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como se pode ver, os registros são de grande utilidade para a Comunidade Surda, não apenas no caso de traduções em Libras, mas também para que os(as) Surdos(as) possam contar a sua própria história na língua em que lhes é natural. Esses registros, tanto para o caso do George em 1913, quanto para a intérprete na imagem acima, representam a possibilidade de difundir a cultura, história e o acesso à informação dos(as) Surdos(as). Com o avanço da tecnologia, os dispositivos que garantem as gravações têm se tornado cada dia mais acessíveis. A próxima seção apresenta as considerações finais do capítulo.

3.5 Justificativa para a seleção do Museu Memorial Juscelino Kubistchek (JK) para a pesquisa

Uma vez que o Museu Memorial JK adota o lema “Modernidade e Acessibilidade” e a autora, assim como o orientador Professor Dr. Gláucio de Castro Júnior, passam a ter conhecimento, a instigação quanto a veracidade por trás do lema passa a intrigar. Assim, em comum acordo entre orientada e orientador, foi escolhido este Museu para a pesquisa. Assim, como o foco se dá na Libras, ou seja, na acessibilidade linguística, que por sua vez compõe a sociolinguística, além do estudo quanto a adequação da tradução nesses ambientes e a produção correta dos vídeos, foi possível caracterizar como um estudo tradutório, compondo uma pesquisa que se alinha ao programa de Estudos de Tradução da Universidade de

Brasília. Assim, cabe a essa seção investigar o histórico do museu, para delinear o espaço e apresentar sua evolução até o atual lema.

Em 1956, o Brasil tinha como presidente o médico Juscelino Kubitschek (JK). Seu maior programa de governo apresentava o que veio a ser chamado de plano de metas, com o intuito, principal, o desenvolvimento nacional e, para isso, a necessidade de investimento em um programa de infraestrutura. Nesse contexto, o país ganhou uma nova capital, inaugurada em 21 de abril de 1960 e chamada de Brasília. Esse projeto tinha como lema “cinquenta anos em cinco” e a capital, no exterior, foi chamada de a "capital do futuro". Além da construção da nova capital, o programa de governo tinha como objetivo atingir os setores da vida econômica do país, entre eles: energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação.

JK nasceu na cidade de Diamantina, em Minas Gerais, no dia 12 de setembro de 1902. Seu pai era o Sr. João César de Oliveira e sua mãe a Dona Júlia Kubitschek. Aos 3 anos de idade seu pai faleceu e JK ficou órfão de paternidade. Dona Júlia sustentou a família com muita luta, para que pudesse garantir educação e sustento de seus filhos. Apesar das dificuldades, JK era um excelente aluno, tendo aprendido os idiomas inglês e francês. Então, em 1919 ele fez um concurso para trabalhar como telegrafista dos Correios, tendo sido aprovado aos 17 anos. No ano seguinte foi morar em Belo Horizonte, onde realizava todas as suas atividades de funcionário público. Contudo, nessa época, o trabalho dele era muito difícil, especialmente pela baixa tecnologia.

Quando em 1922 JK passou para o curso de Medicina na Universidade Federal de Belo Horizonte (hoje conhecida como Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG), tendo concluído o curso em 1927. Esse curso o ajudou a melhorar de vida e cuidar da vida de outras pessoas; então em 1930, JK parte para a Paris-França, para estudar e se tornar cirurgião sob a supervisão do Professor Maurice Chevassu. Além disso, JK teve a oportunidade de, também, estagiar no Hospital de Charité em Berlim. No seu retorno aos estudos no Brasil, JK conheceu sua esposa, Dona Sara, com quem se casou em 1931. Pouco depois, em 1932, ele entra para a Força Pública, tornando-se capitão-médico da polícia mineira e chefiando o hospital como cirurgião durante a revolução Vargas em 1932.

Em 1934, JK entrou para a política como chefe de gabinete de Benedito Valadares, representante federal de Minas Gerais. Tendo então, no mesmo ano, se candidatado a deputado federal, mas não obtido sucesso. Assim, regressa ao trabalho da medicina, mas em 1940 vence como prefeito da cidade de Belo Horizonte e, assim, passa a ter sua parceria com Oscar Niemeyer (arquiteto que elaborou o projeto da cidade de Brasília), com a elaboração

de obras no bairro da Pampulha. Em 1946, JK filia-se ao Partido Social Democrático (PSD), conquistando o seu mandato como Deputado Federal, podendo então, em 1950, conquistar o eLeitorado político necessário para se eleger como Governador do Estado de Minas Gerais. Nessa época ele dedicou-se ao desenvolvimento, principalmente, da área de transportes e energia, criando, especialmente, as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) que possibilitaram a construção de cinco usinas para a produção de energia elétrica e elevando o potencial instalado no estado.

Com o suicídio de Getúlio Vargas e depois com o apoio do PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mesmo com a forte oposição é eleito Presidente da República em 1955. Assim, JK passa a estruturar e pôr em prática os seus planos de metas, com 31 objetivos que versavam sobre suas cinco prioridades: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Com esse poder, pode construir duas hidrelétricas, a “Três Marias” e a de “Furnas”. Abriu Rodovias e passou a investir fortemente no pavimento, especialmente na ligação Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Com isso, dentro das suas metas, estava a construção de Brasília e as ligações de todas as linhas rodoviárias com a capital no centro do país.

Todo esse plano de metas e a construção de Brasília, além da sua vida pessoal, como o casamento de as filhas e a própria morte, são relatados ao longo do Memorial JK. Localizado no Eixo Monumental – Lado Oeste – Praça do Cruzeiro, em Brasília-DF, o Memorial foi fundado por Dona Sarah Kubistchek para homenagear o falecido marido. O memorial JK é um espaço cultural que tem por intenção apresentar a história do presidente que fundou a cidade de Brasília e toda a formidável trajetória de vida do digníssimo cidadão. A fundação do museu se tornou uma meta de vida de Dona Sarah, quando em 22 de agosto de 1979 o então Governador do Distrito Federal, Aimé Alcebiades Lamaison doou um terreno de 25 mil metros para a construção do Memorial. Com a construção do memorial, em 12 de setembro de 1981, dia do aniversário de JK, ocorreu a fundação em homenagem ao antigo presidente que foi projetado gratuitamente pelo antigo amigo e companheiro de trabalho, Oscar Niemeyer.

Na sua inauguração, muitas personalidades políticas ou não, se emocionaram com a grande homenagem ao querido ex-presidente. Dentro do memorial, além de toda a sua história, estão guardados os pertences pessoais do Presidente e de sua companheira, como roupas, a biblioteca particular, os vestidos de Dona Sarah e, inclusive, uma caneta de ouro maciço recebida de presente pelo antigo presidente. Além disso, ao centro do segundo andar, encontra-se o mausoléu de JK. A frente do Memorial, encontra-se uma escultura do antigo

presidente e sua companheira, como um convite para que os visitantes conheçam um pouco da história do Brasil. Com o passar do tempo, o Memorial contratou a empresa Collecta para melhorias no museu, inclusive para a elaboração de um projeto de acessibilidade para pessoas com deficiência motora, auditiva e visual, como mostra Barreto (2019). A próxima sessão apresenta os critérios técnicos para a elaboração de vídeos em Libras.

3.6 Considerações Finais do Capítulo

O presente capítulo objetivou-se a apresentar a metodologia a ser utilizada no capítulo 4, fundamentando, teóricamente, como deve ser proposta, de forma adequada, a produção de vídeos-guias em Libras. Assim, pode-se desenvolver, aqui, todo o arcabouço teórico necessário para a produção dos vídeos, delimitando os tamanhos das telas, posições, iluminação e todas as questões que norteiam a ABNT quanto a produção deste material. Além disso, apresentou-se a perspectiva qualitativa quanto a necessidade da acessibilidade em museus, convergindo para o caso específico do Memorial JK. Assim, pode-se desenvolver o capítulo central, Capítulo 4, com a aplicação da metodologia de forma adequada e com o rigor científico necessário para cumprir a pesquisa.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objetivo central deste capítulo é aplicar a metodologia apresentada no capítulo anterior e auferir os seus resultados. Assim, além dessa breve introdução, o capítulo está dividido da seguinte forma: 4.1 apresenta a delimitação do Museu Memorial JK com uma visão da acessibilidade em Libras; e 4.2 trata das proposta de tradução para elaboração de vídeo-guia acessível em Libras do Museu JK; a sessão final trata das considerações finais do capítulo.

4.1 Museu Memorial JK: uma visão geral da acessibilidade linguística em Libras

Nessa seção, é utilizado um questionário apresentados para seis Surdos(as) convidados(as), além disso, foi realizando a averiguação *in loco* da realidade da acessibilidade do museu. A utilização de questionários é uma técnica para pesquisas de formulação de grandes bases de dados, assim como para pesquisas de cunho qualitativo (como o caso do presente trabalho), como mostra Chaer, Diniz e Ribeiro (2011). De acordo com esses autores, nas pesquisas qualitativas busca-se, através de perguntas formuladas pelos autores(as) do trabalho, obter respostas de especialistas quanto a temas muito específicos a fim de apresentar propostas e sugestões para a solução de problemas pontuais.

Aqui, apresentam-se os questionários elaborados contextualizando o procedimento da pesquisa para a averiguação quanto a acessibilidade linguística em Libras do Memorial Museu JK. Para isso, foram apresentados os quetionários em forma de entrevista para os(as) Surdos(as) selecionados, que responderam e disponibilizaram-se a gravar suas respostas, com os vídeos registrados em uma plataforma de nuvem (Google Drive). A próxima subseção trata do material colhido com com a comunidade Surda.

4.1.1 A visão de alguns membros da comunidade Surda quanto a acessibilidade em Libras do Memorial JK

Nessa subseção são apresentadas as perguntas que formam o questionário (Tabela 3) apresentado para os(as) seis Surdos(as) e respondidos(as) por eles(as). Foram determinados três diferentes grupos de pessoas, sendo: 1 pessoas com nível médio; 3 pessoas com nível superior completo ou incompleto; 2 pessoas com pós-graduação completas. Através desse questionário, pode-se analisar as respostas, de modo geral, da seguinte forma:

Tabela 5 - Análise das Respostas

<p>Número 1: Das seis pessoas, 5 responderam nível de acessibilidade é médio e um(a) Surdo(a) respondeu que o nível é bom.</p>
<p>Número 2: Todos(as) responderam que a janela audiovisual em Libras é um ponto positivo. Contudo, 3 Surdos(as) responderam que falta colocar <i>QR Code</i> para tradução em Libras dos objetos, além disso, 3 Surdos(as) perceberam a falta de funcionários com fluência em Libras, o que prejudica a comunicação. Esses dois são pontos negativos centrais, segundo os(as) entrevistados.</p>
<p>Número 3: De acordo com os(as) entrevistados(as), as janelas cumprem o papel de tradução em Libras, contudo, dada a variação linguística é positivo o acompanhamento das legendas. Infelizmente, conforme observado, as pessoas Surdo-cegas são prejudicadas pela falta de uma interpretação por guia-intérprete, além dos(as) Surdos(as) que não são alfabetizados, nesses casos, quando a Libras não condiz com o seu regionalismo, a utilização de imagens ajudaria a compreender o que está sendo tratado, contudo, isso nem sempre ocorre no Memorial.</p>
<p>Número 4: Todos(as) os(as) Surdos(as) responderam que a qualidade da tradução e interpretação em Libras no Memorial são de boa qualidade. Há questões específicas quanto ao regionalismo, mas nada que interfira na compreensão do que deseja ser transmitido. No entanto, foi observado que a datilologia, quando utilizada, é executada de forma exageradamente rápida, o que prejudica a Leitura da palavra.</p>
<p>Número 5: Devido a falta de um profissional tradutor(a)-intérprete de Libras ou um(a) Surdo(a) especializado(a) no tema do museu, gerou desconforto aos(às) entrevistados(as) que perderem, muitas vezes, a compreensão do contexto do que está sendo abordado no ambiente. Assim, a qualidade ainda é relativamente fraca. Apesar disso, justificaram por haver janelas de Libras nos vídeos apresentados.</p>
<p>Número 6: A maioria respondeu que deseja que possam disponibilizar <i>QR Code</i> que direcionem para a tradução em Libras de todos os objetos do museu, uma vez que há a tradução em Braille, Português e línguas estrangeiras. Além disso, a necessidade de</p>

contratação de um profissional tradutor(a)-intérprete de Libras ou um profissional Surdo(a) que seja especialista no tema do museu.

Elaborada pela autora

A partir das respostas apresentadas (Apêndice 1) e da análise feita (Tabela 4), foram feitos registros fotográficos de cada espaço, para que, assim, possam ser comparadas as respostas com a realidade vivida pelo(a) Surdo(a) no Memorial JK. A próxima subseção apresenta essa averiguação *in loco*.

4.1.2 A averiguação *in loco* e comparações

O primeiro fato a ser percebido é que não há intérpretes de Libras nas instalações, apenas vídeos que, a acessibilidade digital é uma tendência e garante a população que possui algum problema auditivo a entrega da mensagem, como mostra o RCEDigital (2020). Assom, colocando os sistemas e meios de comunicação e informação entre os espaços e serviços que precisam promover a acessibilidade. Em cada ambiente, explicam determinadas passagens do Presidente Juscelino, tais como as suas condecorações, o plano de metas (50 anos em 5), sua vida, da infância ao acidente que o levou a morte e entre outras coisas. Contudo, ainda há locais em que a interpretação em Libras não está presente, percebe-se logo na entrada, por exemplo, que há 4 computadores que contam toda a trajetória do Presidente Juscelino, mas apenas de forma escrita ou em vídeos não traduzidos para a Libras.

Apesar de haver a divulgação de que o INES (Instituto Nacional de Educação dos (as) Surdos (as)) como apoiador do projeto de acessibilidade do Memorial, percebe-se que há um processo de inclusão muito mais abrangente para a comunidade cega e com dificuldade motora do que para a Surda. Essa percepção está de acordo com os estudos de Castro Júnior (2014, p. 8) que explica que outras deficiências são mais contempladas com recursos de acessibilidade do que o segmento da deficiência auditiva. Fundamentar suas afirmações dessa forma. Além disso, quando questionados sobre a interpretação e inclusão de Surdos (as)-cegos(as), informaram que a inclusão deve ocorrer através de uma pessoa externa ao Memorial, sendo necessária que a própria pessoa traga o seu(ua) intérprete-guia, fragilizando a inclusão dessa comunidade na sociedade (ou no ambiente). Essa necessidade poderia ser muito melhor explorada caso houvesse algum controle, mesmo que facultativo, de quantas pessoas frequentam o museu e entre elas, quantas possuem alguma deficiência e

quais são as deficiências, podendo, assim, direcionar mais adequadamente quais as necessidades desse potencial público.

Apesar de o Memorial não identificar como “alas”, o museu possui 9 ambientes, os quais vale destacar as interpretações feitas em cada um. Logo que há o ingresso no Memorial, seja pelo norte ou pelo sul (tomando como referência norte a praça dos poderes e sul na parte de trás do Memorial), há 2 corredores com a apresentação de fotos em diferentes momentos vividos pelo Presidente e sua família. Nesse ambiente, avista-se apenas placas com escritas em português e línguas estrangeiras para a compreensão da imagem e ao lado de cada descrição há a tradução para o braille, não havendo qualquer interação com a Libras.

Passados os corredores, ao centro do andar inferior do Memorial, há um grande hall de recepção, onde encontram-se guias não usuários(as) da Libras, apenas especializados(as) em condução de cegos(as). Nesta parte há 4 computadores com a apresentação de cada fase da vida do Presidente Juscelino. Essa apresentação é feita em português e línguas estrangeiras, com os vídeos legendados, e tradução em áudio, mas não há a presença da Libras. Há também no hall um grande telão, com a tradução simultânea em Libras para um vídeo gravado que conta a evolução de Brasília e do seu fundador (Presidente Juscelino).

Ainda no piso inferior, encontra-se um segundo hall que apresenta o plano de metas do Presidente Juscelino (50 anos em 5), este reproduzido por um holograma do próprio presidente e ao lado, uma tradução simultânea da fala dele em Libras e legendado. Nos objetos, as legendas são todas em português e Braille, o guia interno não tem conhecimento de Libras para que possa auxiliar o(a) Surdo(a) na compreensão dos fatos apresentados no ambiente. Além deste ambiente, encontra-se a biblioteca do Presidente Juscelino, que foi trazida do Rio de Janeiro e remontada no Memorial para a apresentação. Na Biblioteca, há uma apresentação do ambiente e da formação do Presidente em vídeo, com tradução simultânea em Libras, o mesmo ocorre na sala ao lado, no escritório da Dona Sarah Kubitschek.

No ambiente superior, encontra-se um grande salão, que logo após as escadas, apresenta um telão contando a vida e desafios do Presidente Juscelino, neste telão há a tradução simultânea em Libras. Ao centro do salão fica o túmulo do Presidente, uma área silenciosa e de baixa luz, para o descanso da sua jazida. Antes do túmulo encontram-se mais fotos das passagens do Presidente com personalidades da época, todas com escritas em português e inglês, traduzidas para o Braille, mas sem qualquer tradução em Libras. Contudo, nas laterais do túmulo encontram-se as vestimentas do presidente e da sua primeira-dama, com vídeos narrando os fatos e traduzidos em Libras. Do outro lado do

túmulo, são apresentadas as honrarias recebidas pelo Presidente Juscelino e ao fundo do salão imagens da construção de Brasília. Nas laterais há computadores com vídeos contando sobre os artefatos ali apresentados e a construção da Capital Federal, também traduzidos em Libras. Com isso, apesar de o museu não considerar “alas”, foram somados 9 diferentes ambientes dentro do Memorial. Na próxima parte são discutidos os critérios técnicos para a elaboração de vídeos em Libras, para posteriormente, verificar a qualidade técnica dos vídeos apresentados no Memorial JK.

4.2 Proposta de tradução para elaboração de vídeo-guia acessível em Libras do Museu JK

O recurso de Janela de Interpretação de Libras do Memorial JK, como pode-se ver na seção anterior, se trata de um registro em Libras, onde os(as) Surdos(as) têm acesso às informações apresentadas no Memorial, uma vez que, como visto na seção 3.2 desta dissertação, o museu não dispõe de guias de museu com qualificação em Libras. Assim, uma vez apresentadas as normas técnicas de elaboração de vídeos em Libras na seção 3.3, apresentar-se-á aqui a verificação da aplicação correta ou não das normas no Memorial JK. Sendo assim, de modo a tornar mais didática a verificação técnica, elaborou-se 5 questões com respeito às normas da NBR 15290:2005, para verificar as dimensões aplicadas nos vídeos do Memorial JK, como mostra a Tabela 5.

Tabela 6 - Análise das Janelas de Libras do Memorial JK com relação a NBR 15290:2005

a. A altura da Janela deve ser no mínimo metade da altura do televisor	Em verificação da altura das Janelas (ou transparências), verificou-se que apenas a janela referente ao holograma do Memorial está adequada ao parâmetro da NBR 15290:2005.
b. A largura da Janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor	Com relação a largura, todas as Janelas de Libras do Memorial JK correspondem ao determinado pela NBR 15290:2005.
c. Os recortes devem estar localizados de modo a não ser encoberto por tarja preta ou legenda.	O Memorial respeita esta regra.
d. Quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela.	O Memorial respeita esta regra.

e. Foram utilizados fundos das cores certas ou recortes de forma adequada, respeitando a NBR 15290:2005?	Sim, a norma foi respeitada quanto a este quesito em todos os ambientes verificados.
f. Os trajes, cabelo e demais posturas do(a) intérprete estão adequados de acordo com a NBR 15290:2005?	Sim, foi verificado que os(as) intérpretes se apresentam corretamente quanto a norma.

Elaborada pela autora.

Com isso, verifica-se que, com respeito às normas técnicas de adequação, à exceção da altura do quadro, foram respeitadas por parte do Memorial JK. No Apêndice I, são apresentadas todas as imagens referentes. Os registros fotográficos abaixo, feitos *in loco*, apresentam todas as interpretações em vídeo do Memorial JK, por ambiente.

A tradutora que estará presente nas fotos abaixo é membro do grupo Consultores em Acessibilidade - Instituto Benjamin Constant, do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto. A tradução interativa trata do eixo temático Humanidades e Tecnologias, onde os vídeos são gravados e depois traduzidos/interpretados em língua de sinais. A Figura 8 mostra o primeiro painel de apresentação do Memoria.

Figura 8 - Intérprete no telão central do hall de entrada do Memorial JK

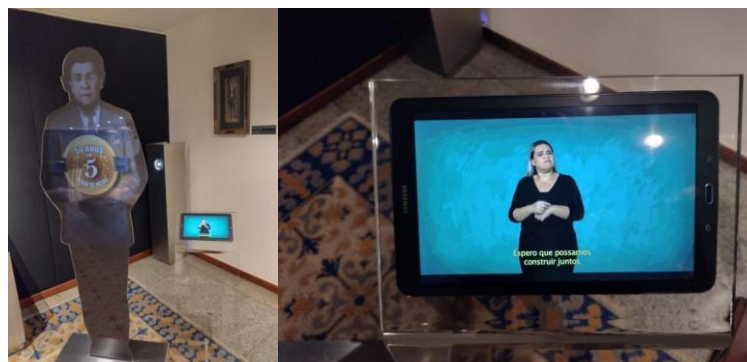


Fonte: Registros elaborados pelo autor.

A Figura 8 é o primeiro telão logo na entrada do hall do Memorial. Aqui, é contada a história de Juscelino e da construção de Brasília, apresentando como foi a elaboração do projeto e sua execução. O vídeo é traduzido em Libras e legendado em português. Nessa imagem, pode-se verificar que a técnica adotada para a tradução é similar a de Neves et al. (2016), com ângulo frontal, com a gravação feita em uma altura abaixo do quadril, sem a

presença de sombras, com o uso formal da língua de sinais, onde a datilologia só é utilizada em para nomes próprios (caso a pessoa não tenha sinal) ou quando não há sinal correspondente. Esses critérios, principalmente quanto a língua, fazem com que a tradução seja fluída, não havendo perda do conteúdo apresentado ou desconexão com o texto em português.

Figura 9 - Intérprete do holograma do Presidente JK



Fonte: Registros elaborados pelo autor.

A Figura 9 está na ante-sala da biblioteca do Presidente JK e é a responsável por apresentar, em um holograma, o plano de Metas que foi proposto por ele. Ao lado do seu holograma, têm um tablete com a tradução para a Libras e legendado em português, com a precisa tradução da fala do presidente. Nessa sala são expostos objetos pessoais de JK e na parede apresenta, em fotos, as conquistas resultantes do plano de metas que é explicado. Aqui, a abordagem é diferente da relatada na imagem acima, uma vez que tentam simular uma interpretação a fala do holograma como se fosse ao vivo e presencial. Contudo, a qualidade da interpretação e as técnicas mostradas na imagem acima, são mantidas, respeitando as normas estabelecidas pela NBR 15290:2005 e discutidas por Naves et al. (2016). Contudo, como se trata de uma apresentação mais técnica, onde JK discute o seu Plano de Metas, muitos conceitos parecem não possuir sinais o que limita a aplicação da Libras, mas que são contornadas pelo uso da datilologia.

Figura 10 - Intérprete na biblioteca do Presidente JK



Fonte: Registros elaborados pelo autor.

A Figura 10 é uma foto da projeção apresentada dentro da biblioteca pessoal do Presidente JK. O vídeo em questão conta a história de Juscelino e suas premiações, apresentando, ao final, como foi transferida a sua biblioteca da residência em que ele morava no Rio de Janeiro para o Memorial. A tradução é feita de forma simultânea e com legenda em português. No ambiente, são expostos os livros e prêmios recebidos pelo presidente quando vivo, além de sua mesa de trabalho. A diferença aqui é a posição da intérprete, para esse caso, ela está referenciada ao lado esquerdo, contudo, segundo Naves et al. (2016) não há qualquer prejuízo com relação a isso, desde que não haja nenhuma poluição na imagem que comprometa a interpretação. Aqui, também verifica-se que há um comprometimento com a qualidade da tradução, onde o uso da datilologia se mantém, apenas para nomes próprios ou palavras que não há a identificação de um sinal próprio, que é um ponto importante ressaltado por Cruz et al. (2020).

Figura 11 - Tradução Sala Dona Sara



Fonte: Registros elaborados pelo autor.

A Figura 11 se encontra na sala de trabalho que era ocupada, quando viva, pela primeira Dama, Sara Kubitschek. Nessa sala encontram-se os objetos pessoais da primeira dama e o vídeo conta a história de luta pela construção e inauguração do Memorial. O vídeo é traduzido, simultaneamente, em Libras e com legendas em português. O mesmo verificado nas figuras anteriores ocorre aqui. Contudo, como não se trata de um registro histórico do período JK, mas sim da fundação do museu, o vídeo não expressa qualquer termo técnico, o que parece facilitar a interpretação. Aqui, o uso da datilografia é mais presente, uma vez que há um extenso conjunto de nomes a serem identificados, especialmente quanto a participação de agentes públicos na estruturação e fundação do Memorial, o que condiz com o recomendado por Naves et al. (2016). A posição da intérprete é adequada, sendo filmada acima do joelho, apresentando um espaço amplo para a interpretação, além disso, o tamanho do quadro condiz com o expresso na NBR acima mencionada, assim como nas demais imagens.

Figura 12 - Telão na entrada do segundo andar



Fonte: Registros elaborados pelo autor.

Esse telão encontra-se logo na entrada do segundo andar, de frente para as escadas. Nesse vídeo é contada a história do de Juscelindo, especialmente quanto ao seu convívio social com grandes personalidades da época. Logo à direita do telão, são expostas fotos do presidente com essas personalidades retratadas. O vídeo é traduzido, simultaneamente, em Libras e legendado em português. Aqui há uma complicação no espaço para a tradução que, apesar de apresentar boa qualidade da intérprete, o vídeo do que é exposto fica longe da intérprete, o que dificulta o acompanhamento simultâneo de imagem e tradução/interpretação. Contudo, a questão de interpretação em telões multi-telas, não foi discutida em nenhum dos textos listados, técnicos ou científicos, não apresentando um padrão para esses casos. Contudo, deve ser discutido, pois a forma atual não satisfaz o objetivo final, que é o acesso à informação no presente telão.

Figura 13 - Tradução das vestimentas Dona Sara



Fonte: Registros elaborados pelo autor.

A Figura 13 mostra o início da apresentação do relacionamento do presidente Juscelino com sua esposa. Nesse local são expostos objetos pessoais como roupas, armas, cartas e entre outros que pertenceram aos dois. O vídeo conta a história deles e é traduzido em Libras e legendado em português. Aqui, apesar da qualidade da tradução, a disposição do quadro não condiz com o determinado pela NBR 15290:2005, ou expresso em Naves et al. (2016). O quadro é menor do que o determinado o que dificulta, para pessoas Surdas que possam apresentar baixa visão, a compreensão dos sinais. Nesse caso, seria necessária uma reformulação do quadro e da legenda, para que ambos caibam no espaço sem que um interfira no outro. Apesar disso, a qualidade da interpretação adequada, mantendo o mesmo padrão já mencionado nas demais, onde a datilologia é utilizada apenas para nomes próprios ou palavras que não possuam sinais, não fugindo, em momento algum, do apresentado na legenda em português.

Figura 14 - Tradução da história de JK



Fonte: Registros elaborados pelo autor.

Por fim, este vídeo apresenta a história do Juscelino até a sua ascensão como presidente, focando na sua carreira médica e política. Aqui, o vídeo, também é traduzido em

Libras e legendado em português. Contudo, são verificados os mesmos problemas da imagem acima, onde o quadro não condiz com as normas estabelecidas pela NBR e reforçadas por Naves et al (2016).

De acordo com as imagens, pode-se perceber que foram utilizados os seguintes recursos: Recurso de *fade in* e *fade out*; Iluminação adequada dos intérpretes, evitando ofuscamento e sombras nos olhos; Câmera frontal; Vestes da intérprete corretas, respeitando a NBR 15290:2005; Quatro janelas de Libras a direita e duas janelas de Libras à esquerda; alinhamento da intérprete correta; não foi verificada legenda ou tarjas pretas que comprometessem a interpretação de sinais.


Quanto a duração dos vídeos apresentados, estão adequados a um padrão aceitável que é de até sete minutos, como defende Ferreira, Alves e Madeira (2021), permitindo, assim, uma boa compreensão do assunto tratado sem que seja exaustivo para o(a) visitante. É importante ressaltar, como mostra Ferreira, Alves e Madeira (2021), que para o caso de todos os conteúdos gravados em Libras existem técnicas pré-estabelecidas e, uma delas, é a revisão exaustiva da gravação para a preservação da qualidade do material, o que, ao meu ver, foi realizado pelos(as) profissionais dos vídeos observados, uma vez que as interpretações apresentam uma qualidade aceitável. A próxima seção destina a proposta de Tradução da História do JK.

4.3 A Proposta de Tradução da História do JK

A sustentação teórica que acolhe a presente seção, além daquelas já apresentadas na metodologia para a produção dos vídeos, é referenciada por Ferreira et al. (2021), que trata das produções de vídeos em língua de sinais em espaços museais, além disso, Heck e Ferraro (2021), apresenta que esse é um mecanismo fundamental para a apresentação de determinados conteúdos em Libras em museus, principalmente aqueles que são repetidos por diversas vezes na língua portuguesa através de equipamentos de áudio. Assim, a presente seção apresenta a proposta de tradução dos anos apresentados no capítulo 3, seção 3.2. Como, por exemplo, mostra a figura abaixo:

Figura 15 - Tradução da história de JK, ano 1964

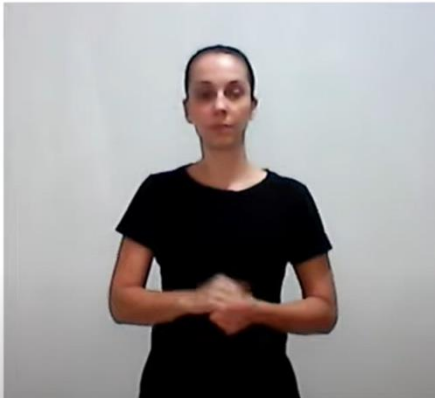
1964



Com o Golpe, seu mandato é cassado e seus direitos políticos suspensos.

Com o Golpe de 31 de março de 1964, a situação política no Brasil sofre mudanças consideráveis. O então Presidente da República João Goulart, deposto do cargo, partiu para o exílio, enquanto uma junta militar assume o governo com promessas de organizar o país. Inicialmente, seria escolhido um presidente que durante 1 ano poria as coisas em ordem, estabelecendo após este período eleições diretas para a Presidência da República.

Porém, após um certo período de tempo JK e outros políticos foram percebendo qual a verdadeira intenção daqueles que haviam tomado o poder. JK começa a demonstrar ideias divergentes do Governo imposto. Em decorrência disto, no dia 8 do junho do 1964 o mandato do JK foi cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Em consequência das pressões sofridas como homem político e ser humano, JK decidiu partir para o exílio voluntário em 14 de junho de 1964.







Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, para visualizar as traduções dos vídeos produzidos como propostas para este estudo, podemos verificar na Tabela 07:

Tabela 7 - Vídeos Produzidos

1902	
1905	

1934	
1937	
1960	
1964	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, a presente proposta buscou orientar, futuros leitores(as) e instituições que desejam produzir os demais vídeos para Memoriais, ou até mesmo o próprio Museu, para a adequação dessa peça faltante. As datas escolhidas referem-se a momentos de importância na vida o Presidente, sendo 1902 uma referência ao seu nascimento, 1905 trata da morte do seu pai, seguindo da sua introdução na política, ponto marcante que vai dar origem a sua trajetória em 1934, além da ruptura com a primeira ditadura que JK viera a enfrentar em 1937. Assim, seguiu-se para um marco nacional que é a inauguração de Brasília, a cidade do futuro e o berço das novas mentes brasileiras no ano de 1960 e novamente, com o seu

afastamento, não mais como presidente, mas da sua carreira política (e direitos políticos) com a retomada da ditadura do Brasil em 1964. Todos esses pontos podem, além do site que foi traduzido e do próprio Memorial, serem consultados e conhecidos no panfleto “Aqui habita para sempre a memória viva do presidente Juscelino Kubitschek” (BRASIL, 2021).

É importante para os Surdos conhecer a história de Juscelino Kubitschek, que foi presidente do Brasil entre 1956 e 1960, promovendo o desenvolvimento da indústria e transferindo a Capital Federal para Brasília, Juscelino Kubitschek governou o Brasil entre 1956 e 1960, promovendo grandes transformações, como a construção de Brasília, a nova capital federal. Os surdos têm que entender o que aconteceu décadas atrás, os anos cresceram para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e as políticas, nesse sentido importantes procedimentos de compreensão no contexto atual. Por isso é importante traduzir o português para Libras para a comunidade surda, que é a própria língua, como cidadãos adquirindo aprendizagem individual.

A tecnologia disponível no Museu, não é um aspecto exclusivo dessa dissertação, mas também foi tratada por Barreto (2019), contudo, o mesmo não aprofunda (ou sequer apresenta) o caso das *QR Codes* que é um código de resposta rápida, tendo sido implementado para os celulares como facilitador de direcionamento para sites, chamadas e pagamentos, o que inclui *links* que direcionam para espaços que traduzem o português para a Libras. Esse mecanismo não foi explorado por outros(as) autores(as) como foi feito nessa dissertação.

Além disso, eles(as) não buscam apresentar, como aqui é feito, uma proposta para a tradução das partes da história mencionadas anteriormente. Assim, a proposta aqui apresentada e desenvolvida é uma contribuição natural da dissertação, que não só investiga a situação atual do Memorial, mas busca apresentar melhorias quanto a acessibilidade linguística do local e do seu espaço virtual. A próxima subseção apresenta as considerações finais deste capítulo.

4.4 Considerações Finais do Capítulo

O presente capítulo fecha a investigação acerca da acessibilidade linguística em Libras no Museu Memorial JK. Este capítulo se trata da contribuição central do trabalho, onde foi aplicada a metodologia de questionário para um grupo de Surdos(as), feita a averiguação, *in loco*, das condições atuais quanto a acessibilidade no Memorial e refletidas as devidas necessidades que ainda devem ser incorporadas ao Museu para garantir que o lema, “Modernidade e Acessibilidade” seja cumprido. O local acerta quanto a sua parceria

com o INES para a tradução e interpretação dos ambientes, além da visível qualidade tecnológica adotada por eles. Contudo, peca em não dispor no seu quadro pessoal de um(a) mediador(a) fluente em Libras, para que possa auxiliar a comunidade Surda na sua visita.

Além disso, como proposto nas entrevistas e numa visão particular, a inclusão de *QR Code* que direcionassem para a tradução em Libras dos objetos seria útil para os(as) Surdos(as) que não são alfabetizados(as) em português. Essa proposta tornaria amais eficiente o entendimento do que e para que cada objeto foi utilizado pelo presidente e sua primeira Dama. A tradução em Libras nos vídeos não apresenta qualquer erro linguístico e é de fácil compreensão, não sendo muito acelerado e nem muito devagar, contudo, em alguns casos, como discutido nas seções anteriores, o tamanho não se adequa ao proposto pela NBR e deveria ser ajustado. Vale ressaltar que, quando não é feita a tradução em fundos pretos, dificulta a compreensão para Surdos(as) com visão reduzida. A qualidade da imagem é boa e todos os ambientes possuem, pelo menos nos vídeos, a tradução em língua de sinais e legendas, que garantem o acesso a informação para os(as) Surdos(as). Apesar de não garantir 100% a acessibilidade linguística, o Memorial avança com relação ao uso da tecnologia e qualidade das traduções em Libras.

Por fim, apresenta a produção dos vídeos referentes a parte da história do JK, como modelo para que possam orientar o próprio Museu e outras instituições que desejem fazer a produção de vídeos de ambientes culturais. Essa produção é essencial para a concretização do lema adotado pelo local, podendo, assim, melhorar a acessibilidade linguística e o acesso a informação pela comunidade Surda. Além disso, para o caso específico deste Museu, a história do Presidente é fundamental, especialmente no que tange o conhecimento de sua trajetória política até a construção de Brasília, berço que o acolhe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação contribui com a literatura em cinco aspectos que serão tratados aqui. A primeira contribuição vem no capítulo 1, apresentando uma sintética, mas rigorosa revisão das conquistas legais da comunidade Surda, partindo desde o Congresso de Milão até a mais recente inclusão da Educação Bilíngue na BNCC. Esse estudo reforça a importância da luta da comunidade perante a sociedade e suas conquistas, mas além disso, reforça a importância de estudos acadêmicos que possam contribuir e auxiliar na melhora contínua do acesso linguístico e dos direitos do povo Surdo. Este capítulo inicial é o que dá suporte a defesa do tema para os demais capítulos, que se utilizarão dessa visão legal, para dar suporte, robustez e segurança em tudo o que é tratado

A segunda contribuição vem da delimitação do conceito de acessibilidade, onde, no segundo capítulo, são apresentadas suas definições formais (de um dicionário), mas reforçados pelos acordos internacionais e a legislação vigente no Brasil. Além disso, é apresentada, de forma bastante detalhada, a importância da acessibilidade linguística para a comunidade Surda e como deve ser o tratamento adequado para a garantia social desse direito, reforçando, assim, as políticas linguísticas que são tratadas aqui desde o título da presente dissertação. Não sendo um conceito simples de se tratar, é dada a devida importância ao longo de todo o trabalho, para que reflita o seu grau de importância e necessidade de compreensão pela sociedade. A partir deste conceito, converge-se o trabalho para a acessibilidade em museus, que é o objeto central de estudo do trabalho, onde são apresentados estudos que já foram realizados em diferentes museus nacionais e internacionais, convergindo para o Memorial JK, que é o ambiente analisado aqui.

Assim, a terceira contribuição vem ainda no segundo capítulo, apresentando quais as formas adequadas de tradução devem ser implicadas nesses ambientes, tais como: a tradução e mediação de um intérprete profissional; a garantia da tradução em janelas de Libras e legendas em português para a compreensão dos vídeos apresentados em museus; o uso da tecnologia, tais como *QR Code* para que a comunidade possa ter acesso a intérpretes, mesmo que virtuais, garantindo a compreensão do tema a ser passado; entre outras. Como foi mostrado, o acesso a cultura é um direito a todo(a) cidadão(ã) e não deve ser impedido por barreiras linguísticas. Assim, é construído um arcabouço teórico robusto para o desenvolvimento do terceiro capítulo, onde são aplicadas as metodologias.

Desse modo, a quarta contribuição vem no terceiro capítulo com a aplicação de questionários para um grupo de voluntários(as) Surdos(as) que, através da visita ao local, puderam relatar o grau de acessibilidade linguística em Libras que perceberam. Nessa parte,

foram questionados quanto a estrutura, atendimento e sugestões de melhoria que poderiam ser aplicadas ao Museu JK e verificaram que, quanto a tecnologia, em grande parte corresponde as expectativas, pecando apenas na falta de *QR Codes* que poderiam auxiliar na compreensão dos objetos apresentados no Memorial. Além disso, todos relataram que a falta de um(a) mediador(a) intérprete dificulta a visita, tanto para a comunicação em Libras com os demais funcionários, quanto para a apresentação do local e o significado de cada ala, essa questão é observada, também, por Bochner (1981), nos seus estudos sobre mediação cultural. Verificou-se, também, que grande parte dos vídeos não apresentam fundo preto na janela de interpretação, o que dificulta a compreensão para Surdos(as) que também tenham baixa visão, questão essa que é apresentada por Ferreira *et al.* (2021). Pode-se dizer que essa é a contribuição central do trabalho, que busca verificar as questões de acesso por meio da tradução.

Por fim, são apresentadas as técnicas que devem ser aplicadas para o uso de vídeos, em especial sendo justificadas pela NBR 15290:2005, a qual determina as regras para essa abordagem, sendo essa a quinta contribuição. Essas técnicas são comparadas às fotos e o estudo feito *in loco*, para averiguar se estão de acordo com a forma correta de abordagem da tradução, ponto técnico central para a discussão, quando o ambiente parte, em sua maioria, de artifícios tecnológicos para a garantia do acesso a informação pela comunidade Surda.

Gostaria que alguém pesquisasse e desenvolvesse teorias complementares a minha dissertação, com o objetivo de estudar o caso para as pessoas com surdocegueira e desta forma contextualizar a janela de libras, qr e outras tecnologias adaptativas para esse caso. Além disso, produzir novas estratégias de tradução como processos que englobam esse estudo no campo dos estudos de tradução relação museu acessibilidade cultura em outros espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT-NBR 15290:2005, Comitê Brasileiro de Acessibilidade, Brasília, 2005.

ABNT-NBR 15599, Acessibilidade – Comunicação na Prestação de Serviços, Brasília, 2005.

ALVES, F. Regina Cohen, Cristiane Duarte, e Alice Brasileiro - Acessibilidade a Museus. **IDAS Museus e Estudos Interdisciplinares**, v. 3, 2014.

ALVES, F. C.; SOUZA, J. C. T.; LIMA, M. E.; CASTANHO, M. Educação de surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**, ALMEIDA, W. G. Ilheus: Editus, 2015.

ARAÚJO, V. L. S.; ALVES, S. F. Tradução Audiovisual Acessível (TAVa): audiodescrição, anela de Libras e legendagem para surdos e ensurdecidos. **Trabalho em Linguística Aplicada**, v. 56, n. 2, p. 305-315, Mai. 2017.

AZEVEDO, L. M. C. **Saúde Ocupacional e Ergonomia na Atuação do Tradutor Intérprete de Libras**. Monografia de Graduação em Letras Libras -Bacharelado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018, 52f.

BARRETO, A. B. Memorial JK: A tecnologia a favor da modernização e da acessibilidade. **Memória e Informação**, v. 3, n. 2, p. 106-117, 2019.

BASSNETT, S. **Estudos da tradução**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BAUER, J. O que é museologia? **Triscele**, Florianópolis, maio, 2019a. Disponível em: <<https://www.triscele.com.br/triscele/o-que-e-museologia>>.

BAUER, J. Museu, museologia e museografia. **Triscele**, Florianópolis, maio, 2019b. Disponível em: < <https://www.triscele.com.br/triscele/museu-museologia-e-museografia>>.

BOCHENER, S. **The Mediating Person: Bidges Between Cultures**. Boston: G.K. Hall, 1981.

BORDENAVE, J. D. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

BRASIL. [Constituição(1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Projeto de Lei nº 131, de 1996. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Senado Federal**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto-lei nº 3928, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1999

BRASIL, Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002 – **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e da outras providências**, Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 - **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2005.

BRASIL, Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Política Nacional de Museus**. Brasília, 2007.

BRASIL, Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 - **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**, Brasília, DF, 2009.

BRASIL, Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 - **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, 2009.

BRASIL, Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010 - **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL, Lei 13.146, de 6 de julho de 2015 – **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL, Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016 - **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**, Brasília, DF, 2016.

BRASIL, Lei 9.656, de 7 de dezembro de 2018 - **Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde**, Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Ministério da Cultura. Secretaria do Audiovisual. **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL, Ministério do Turismo/Secretaria Especial da Cultura. **100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência, Meta 29**.

BRASIL, Lei 10.502, de 30 de setembro de 2020 - **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Modernização e Acessibilidade**. Brasília, DF, 2021

BRASIL, Ministério da Cultura. **Aqui habita para sempre a memória viva do presidente Juscelino Kubitschek**. Brasília, DF, 2021

BRASIL. Decreto-lei nº 14191 de 03 de agosto de 2021. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos**, Brasília, DF, 2021.

BRASIL, Lei 10436, de 24 de abril de 2022 - **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**, Brasília, DF, 2022.

BRITO, F. **Experimentando a mediação desafio constante**. In: Massarani, L. (Ed) workshop sul americano e Escola de mediação em Museus e Centros de Ciências Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2008 p.37-42.

CÂNDIDO, M. M. D. Pensar a história dos museus em um mundo em transformação. **ARTEREVISTA**, v.2, n.2, 2013.

CARDOSO, A. B. R. **Vídeo registro em Libras: uma proposta de acesso ao pensamento original aos Surdos**. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CARLÉTTI, C.; MASSARANI, L. Mediadores de centros e museus de ciência: um estudo sobre quem são estes atores-chave na mediação entre a ciência e o público no Brasil. **Journal of Science Communication**, n. 14, v. 2, 2015.

CHAER, G; DINIZ, R; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

CHALHUB, T.; BENCHIMOL, A.; ROCHA, L. M. G. de M.. Acessibilidade e inclusão: a informação em museus para os surdos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓSGRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XVI., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Museu, Patrimônio e Informação, 2015, p. 1-20.

CHALHUB, T.; GOMES, M. C. Acessibilidade em museus e a alfabetização científica na formação de professores. **MCCAC**, 2018.

CHALHUB, T.; GOMES, M. C. Museu como atividade educativa: o que pensam os alunos surdos sobre acessibilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XIX, 2018, Londrina. **Anais...** Londrina, 2018, p. 1-21.

CHALHUB, T.; GOMES, M.; RODRIGUES, A. A acessibilidade em museus segundo a perspectiva de alunos surdos de curso de Pedagogia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ACESSIBILIDADE CULTURAL – ENAC, IV, 2018, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2018.

CHOAY, F. **A alegria do Patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade, 2006.

COELHO, E. A. **Relação entre Museu e Escola**. TCC – UNISAL, Lorena, 2009.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade a museus**. Brasília: Ministério da Cultura/IBRAM, 2012.

COSTA, A. F.; LAMEIRÃO, P.; BOAS, S. V. O acesso do público surdo ao museu nacional: avanços e desafios. **Revista Forum (INES)**, n. 35, p. 115-134, 2017.

COSTA, A. **Mediação humana em museus de C&T: vozes, ouvidos, sinais e gestos em favor da educação e da democratização dos museus**. In: VALENTE, M.E.; CAZELLI, S. Educação e divulgação da ciência. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

CRUZ, F.A.O.; NOGUEIRA, A.C.Z.; CRUZ, S.M.S. Conceitos científicos em sala de aula: multiplicidade de sinais em Libras e possíveis dificuldades na aprendizagem. **Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do CAP, UERJ**, v. 9, n. 22, set./dez. 2020.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DE ARAUJO OLIVEIRA, J. G.; MOREIRA, F. O.; CASTRO JÚNIOR, G.; REICHERT, A. R. An essay on the institutional importance to support sign language professional interpreters in the Covid-19 pandemic situation: the Brazilian case. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 61, n. 1, 2022.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas, Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

EKARV, M. Combating redundancy: writing texts for exhibitions. In: GREENHILL, Eilean Hooper (Ed.). **The Educational Role of the Museum**. London: Routledge, 1994/1999. p. 201-204.

FERNANDES, I.; LIPPO, H. Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. **Textos e Contextos, Porto Alegre**, v. 12, n. 2, p. 281-291, 2013.

FERNANDES, S.; SPALER, B.; MONTANHA, B.; ALECRIM, E. C. Libras no museu: acesso à cultura, história e memória para os surdos. **Revista Espaço**, n. 54, p. 167-183, 2020.

FERREIRA, A. T. S.; ALVES, G. H. V. S.; MADEIRA, L. F. A língua de sinais em museus: acessibilidade através de guias multimídias. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, v. 9, n. 1, p. 8-23, 2021.

FERREIRA, A. T. S.; ALVES, G. H. V. S.; DAWES, T. P.; SOUZA, T. V. A.; MADEIRA, L. F. Desenvolvendo vídeos para proporcionar acessibilidade aos visitantes surdos nos centros de ciências itinerantes. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. 1-19, 2021.

FOMIN, C. F. R. **O tradutor intérprete de libras no teatro: a construção de sentidos a partir de enunciados cênicos**. 2018. 250 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018

FOMIN, C. F. R.; CASTILHO, L. B. O educador surdo e o tradutor intérprete de Libras na mediação cultural: um estudo de caso no Museu de Arte Moderna de São Paulo. In: RIGO, N. S. (Org.). **Textos e contextos artísticos e literários: tradução e interpretação em Libras**. Petrópolis: Arara Azul, 2019.

FRANCO, E. P. C.; ARAÚJO, V. L. S. Questões Terminológico-conceituais no campo da tradução audiovisual. **Tradução em Revista**, n. 11, p. 1-23, 2011.

FREIRE, P. **Mudar é difícil, mas não é impossível**. Fortaleza: Editora CNI/SESI, 1997.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisão Sistemática da Literatura: Passos para sua Elaboração. **Epidemiol**, v. 23, n. 1, 2014.

GIL, M. Acessibilidade, inclusão social, e desenho universal: tudo a ver. **BengalaLegal**, 2006. Disponível em: < <http://www.bengalalegal.com/martagil>>

GIRAUDY, D.; BOULHET, H. **O museu e a vida**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

GOMES, E. A.; SOUZA, V. C. de A.; SOARES, C. P. Articulação do conhecimento em museus de Ciências na busca por incluir estudantes surdos: analisando as possibilidades para se contemplar a diversidade em espaços não formais de educação. Experiências em Ensino de Ciências. **Experiência em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 1, 2015.

GUERREIRO, Augusto Deodato. Para uma comunicação mais inclusiva. *Análise Psicológica*, v. 20, n. 3, p. 367-371, 2002.

HABERMAS, Jurgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo, Brasiliense, 1983.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HECK, G.; FERRARO, J. L. S. O uso da Língua Brasileira de Sinais para a promoção da inclusão em museus: revisando a literatura. **Revista Sinalizar**, v. 6, 2021.

HYMES, D. On communicative Competence. In BRUMFIT, C. J. & K. IOHNSON (Org.). **The communicative approach to language teaching**. Oxford, University Press, 1979

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Estatística de pessoas surdas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JIMENEZ-HURTADO, C.; RODRÍGUEZ, A.; SEIBEL, C. **Um corpus de cine Teoría y práctica de la audiodescripción**. Granada: Ediciones Tragacanto, 2010.

DÍAZ CINTAS, J. Por una preparación de calidad en accesibilidad audiovisual. **TRANS**, n. 2, p. 45-59, 2007.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **CADERNO de diretrizes museológicas**. Brasília: IPHAN. p. 19-32. p. 29, 2006.

KATAN, D. **Translating Cultures. An Introduction for Translators, Interpreters and Mediators**. Londres: St Jerome Publishing, 2004.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2. ed. Harper Collins College Publishers. 1995. IN: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas. Coletânea. Volume 1. 2007.

KÖPTCKE, L. S.. **Lês Enseignants et l' exposition scientifique: une étude de l' appropriation pédagogique dès exposition et du role de mediateur de l' enseignant**

pendant la visite scolaire. Tese (Doutorado) - Museologia. Museu de História Natural. Paris, Paris. 1998.

LARA, K. T.; DEITOS, J. M. Ensino aprendizagem: a importância das escolas bilíngues na educação de Surdos. In: Congresso Nacional de Educação, VI., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Avaliação, processos e políticas, 2019, p. 1-11.

LACERDA, C. B. F. de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, n. 36, p. 133-153, 2010.

LEWIS, G. O papel dos Museus e o código de ética. In: ICOM/UNESCO. **Como gerir um museu: um guia.** Paris/FR: ICOM/Unesco, 2004. pp. 1-16.

LIMA, M. A. S. **Educação bilíngue, identidades e culturas surdas: em busca de um norte em Cruzeiro do Sul.** 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016

LUCENA, C.; MUSSI, J. Z.; LEYTON, D. O projeto “Aprender para Ensinar” e a mediação em museus por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). In Almeida, C. (Org.). **Workshop Sul-Americano & Escola de Mediação em Museus e Centros Ciência**, p. 89-98, 2008.

MARANDINO, M (Org). **Educação em museus: a mediação em foco.** São Paulo: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não formal e Divulgação da Ciência/Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação, 2008. 48 p.

MARIANO, C. M. emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017.

MARQUES, R. R.; OLIVEIRA, J. S. A normatização de artigos acadêmicos em Libras e sua relevância como instrumento de constituição de corpus de referência para tradutores. In: CONGRESSO TILS, 2012, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2012.

MARTINS, V. O. **Intérprete ou professor: o papel do intérprete de língua de sinais na educação inclusiva de alunos surdos.** 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia em Educação Especial) - Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2003.

MARTINS, M. C. F. D. Mediações culturais e contaminações estéticas. **Gearte**, v. 1, n. 2, p. 248-264, 2014.

MAURÍCIO, L. A. **Centro de Ciências: origens e desenvolvimento: uma relação sobre seu papel e possibilidade dentro do contexto educacional.** Dissertação (Mestrado) - Instituto de Física, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**, Brasília, DF, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **CBO 2614-25**, Brasília, DF, 2017

MORAES, R.; BERTOLETTI, J. J.; BERTOLETTI, A. C.; ALMEIDA, L. S. Mediação em Museus e centros de ciência: o caso do Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS. In Massarani, Luisa (org.), **Diálogos & Ciência: mediação em museus e centros de ciência**, p. 55-66, 2007.

MOREIRA, F. O. ; DE ARAUJO OLIVEIRA, J. G. ; FERRAGINA, M. L. . Docentes Surdos e Ouvintes em Salas de Aula com Alunos Surdos: Uma Análise. In: BARBARA LUZIA SARTOR BONFIM CATAPAN. (Org.). **O papel da educação no desenvolvimento da sociedade. 1ed.**Curitiba: **Reflexão Acadêmica**, 2021, v. 1, p. 80-93.

NASCIMENTO, R. **O objeto museal, sua historicidade: implicações na ação documental e na dimensão pedagógica do museu.** Dissertação (Mestrado). ULHT, Universidade Federal da Bahia, 1998.

NAVES, S. B.; MAUCH, C.; ALVES, S. F.; ARAÚJO, V. L. S. (org.). **Guia para produções audiovisuais acessíveis.** Brasília: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, 2016

NOGUEIRA, T. C. **Intérpretes de Libras-Português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine.** 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

OLIVEIRA, M. **Cultura e inclusão na educação em museus: processos de formação em mediação para educadores surdos.** (Tese, Universidade de São Paulo), Universidade de São Paulo – SP, 191 f., 2015.

OLIVEIRA, C. C.; DE ARAUJO OLIVEIRA, J. G. Ensaio dos avanços na área de acessibilidade e educação dos Surdos: reflexões. In **Educação como (re)existência: mudanças, conscientização e conhecimentos**, CONEDU (eds.), 2021.

Organización de las Naciones Unidas. **Declaración de Salamanca.** París: UNESCO, 1994.

PACHECO, R. A. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo & Argumento**, v. 4, n. 2, p. 63-81, 2012.

PAGURA, R. **A interpretação de conferências no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros.** 2010. 232 f. Tese. (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PARENTE, C. da M. D.; RUS PEREZ, J. R.; MATTOS, M. J. V. M. de. Avaliação, Monitoramento e Controle Social: contribuição à pesquisa e à política educacional. In: PARENTE, Cláudia da Mota Darós; PARENTE, Juliano Mota (Org.). **Avaliação, Política e Gestão da Educação.** São Cristóvão, SE. 2011. p. 15-31.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **Disciplina: fundamentos da educação de surdos.** Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, edição especial, n. 2, 2014, p. 17-31.

PÖCHHACKER, F. Conexões fundamentais: afinidade e convergência nos Estudos da Interpretação (M. Queiroz, Trad.). **Scientia Traductionis**, v. 7, p. 61-75, 2010.

PROCTOR, N. Providing Deaf and Hard-Of-Hearing Visitors with On-Demand, Independent Access To Museum Information and Interpretation Through Handheld Computers. In: TRANT, J.; BEARMAN, D. (ed.). **Museums and the Web 2005: Proceedings**. Toronto: Archives & Museum Informatics, published March 31, 2005.

QUADROS, R. M. de. Aquisição da linguagem. In: **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 68-105.

QUADROS, R. M. **Estudos Surdos I**, Petrópolis: Editora Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice M. de; SOUZA, Saulo X. Aspectos da tradução/encenação na Língua de Sinais Brasileira para um ambiente virtual de ensino: práticas tradutórias do curso de Letras-Libras. In: QUADROS, Ronice M. de (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008. p. 168-207.

RAMOS, F. R. L. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Editora Argos, 2004.

RAFFI, F. Full Access to Cultural Spaces (FACS): Mapping and evaluating museum access services using mobile eye-tracking technology. **ARS Aeterna**, v. 9, n. 2, 2017.

RAFISA, E.; LEITE, B. Libras e educação ambiental: a formação dos educadores e os sinais numa perspectiva bilíngue. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, IV., 2010, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão, 2010.

RCEDIGITAL. Acessibilidade Digital: Conheça as Técnicas Usadas em Vídeos. **RCEDigital**, 2020. Disponível em: < <https://rcedigital.com.br/producao-de-video/acessibilidade-digital-conheca-as-tecnicas-usadas-em-videos/>>

REIS, B. S. S. **Expectativas dos professores que visitam o Museu da Vida**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

REIS, J. Escola de Gente ferece oficina de teatro acessível. **Acesse**. Disponível em: <https://www.portalacesse.com/escola-de-gente-oferece-oficina-de-teatro-acessivel/>

RIGO, N. S. Reflexões sobre o contexto artístico-cultural de atuação do tradutor-intérprete de língua de sinais. **Guará**, v. 8, n. 1, p. 31-41. 2018.

ROCHA, F. G.; NASCIMENTO, B. A. R.; NASCIMENTO, E. F. V. B. C. do. Um modelo de mapeamento sistemático para a educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 17, n. 29, p. 1-6, 2018.

RODARI, P.; MERZAGORA, M. Mediadores em museus e centros de ciência: Status, papéis e treinamento. Uma visão geral europeia. In Massarani, Luisa (org.), **Diálogos & Ciência: mediação em museus e centros de ciência**, p. 7-20, 2007.

RUIZ-FUNES, C. Mediation within science centres and museums. The guides of Universum, México. **JCOM** 7 (4), C04, 2008.

SANTOS, S. **Acessibilidade em museus**. Dissertação (Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2009.

SARRAF, V. P. **Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/ interlingual: português brasileiro escrito para língua brasileira de sinais**. 2010. 74 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Tradução) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, E. V. L. **Narrativas de professores de surdos sobre a escrita de sinais**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, ALINE DA CRUZ PORTO. **Museu virtual da história e memória da comunidade surda: o contexto e o percurso de criação**. 86F. IL. 2015. Memorial narrativo-descritivo (MESTRADO PROFISSIONAL) – Universidade do Estado da Bahia, SALVADOR, 2015.

SILVA, J. P. F.; ROJAS, A. A.; TEIXEIRA, G. A. P. B. Acessibilidade comunicacional aos surdos em ambientes culturais. **Conhecimento & Diversidade**, v. 7, n. 13, p. 103-115, 2015.

SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto alegre: Editora Mediação, 1995

STROBEL, K. L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na Historia**. Tese (Doutorado). Departamento de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TOJAL, A. F.. **Políticas públicas de inclusão cultural de públicos especiais em museus**. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UOL. Acessibilidade. In **Dicionário Michaelis**. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2022. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acessibilidade/>>

VASCONCELLOS, C. M. **Educação em museus em contexto global: caso brasileiro**. In: BRUNO, Maria C. O. (Org.). O pensamento museológico brasileiro. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Documentos selecionados, v. 1.

VIEIRA, V. **Análise de espaços não-formais e sua contribuição para o ensino de ciências**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Química Biológica, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

VIEIRA, M. I. I.. Acessibilidade sem esforço para surdos: janela de libras ou legenda? Uma análise dos instrumentos de acessibilidade para surdos usados no filme "O Grão". In: Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução & Interpretação de LIBRAS e Língua de Portuguesa, III., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora UFSC, 2012, p. 1-7.

WRIGLEY, O. **Política da Surdez.** Washington:Gallaudet University Press, 1996.

APÊNDICE 1: às Entrevistas

Mantido o anonimato de cada entrevistado(a), foi denominado um número para cada um. A numeração antes da resposta é referente a pergunta elaborada e apresentada na Tabela 3 dessa dissertação.

Entrevistado 1

1- Resposta: Médio.

2- Resposta: positiva, dentro do museu, gostei do audiovisual, há um intérprete de língua de sinais em todas as janelas, mas há um problema negativo, ao entrar no museu, as fotos precisam ser traduzidas para língua de sinais.

3- Resposta: legenda, cada um depende da pessoa, para eu ler e entender a legenda. Tem gente que não entende de ler legenda e vem me ligar e pedir uma tradução para Libras, dependendo do nível. Ele precisa aprender, mas não aprende, por exemplo, não sabe as palavras, não entende o contexto com clareza, depende de pedir para traduzir para Libras.

4- Resposta: audiovisual com janela de Libras ficou bom, mas aprendi que os estados falam em Libras diferentes, depende, mas para eu entender ficou bom e perfeito.

5- Resposta: acesso ao museu que não tem intérprete de Libras, depende das pessoas, mas pra mim sim, precisa ter intérprete de Libras, mas existem dois tipos de recursos em Libras ou a presença de um Libras intérprete, porque pessoas surdas difíceis participam. Mas se o surdo sempre participa, na minha opinião, precisa ter um intérprete de Libras.

6- Resposta: tudo completo ok, tem braille, também inglês ok. Mas o problema de tradução em Libras deve ser completo, por exemplo as figuras possuem textos em português, inglês e também podem ser traduzidas para Libras.

Entrevistado 2

1- Resposta: Estou aqui no museu que é a histórico durante sobre JK, admiro que tem visita cada sala linda, tem história que os objetos muito lindos. Para mim insatisfeito por causa falta de acessibilidade em Libras, aqui tem audiovisual com janela de Libras é perfeito, mas algumas salas não têm interprete de Libras, me sinto que o resultado nível é mais ou menos.

2- Resposta: visto que tem cada sala linda e perfeito, tem uma pessoa é funcionário, roupas brancas me chama atenção elefante, veio me mostrar aberto á tela que segue ler textos em Português, só aponta, mas percebi que ela não sabe interpretar em Libras. Li o texto, entendi, mas tem algumas palavras que não conheço, mas entendi geral o contexto. Minha resposta é negativo, ok. Outro tem os objetos que mostra á história coisas de medicina, os cirurgiões,

vários, não tem acompanhante, normal tem textos em Português, braile, isso é própria acessibilidade para as pessoas cegas, mas para os surdos não tem. Vi que tem a pessoa funcionário atende e conversar com pessoa ouvinte, mas não sabe falar em Libras, se precisa por um exemplo, preciso tirar as duvidas que ela poderia me responder explicação, o problema é que não tem interprete de libras, isso é a resposta negativo ok. Mas tem audiovisual com janela de Libras, isso é a resposta positivo.

3- Resposta: sobre legenda é importante, mas antes de acessar no museu que funcionário me mostrou que tem tela aberto os textos em Português sobre as referências á história cada por salas, entendi os textos, mas tem algumas palavras que eu não conheço, mas dá para entender, conheci todas salas e agora estou aqui em cima que audiovisual tem legenda grande que me dá confortável e mais uma janela de Libras, visual bom, mas prefiro que direito assistir janela de Libras, mas percebi que aquela mulher não é de Brasília, é outro estado, é variação linguística, mas entendi claro 100%, pois é minha primeira língua, legenda é bom, importante colocar dois. Eu li e entendi a legenda, mas minha preocupação é que outros estados ou moram aqui em Brasília ou fora de Brasil têm cada nível dos surdos que passíveis ler a legenda em Português e tem outros alguns surdos não conseguem entender, mas depende dos surdos, é importante que os surdos sentirem confortável acessibilidade prefere assistir legenda ou janela de Libras.

4- Resposta: sobre qualidade janela de Libras, uma pessoa é fluência 100%, mas uma coisa essa interprete faz datilologia rápido, falou sobre cada nome as músicas, muito rápido, parece cortar, perder visual datilologia, só isso, mas fluência é perfeito. Minha resposta é qualidade bom, mas menos datilologia.

5- Resposta: na verdade acompanhante tecnologia janela de libras tem, mas não tem presença interprete de Libras, vi que tem uma pessoa com roupa branca que qualquer pessoas ouvintes quando estiverem com as dúvidas e irem pergunta-la, explica tudo certinho, ótimo para pessoas ouvintes, mas sem atende para os surdos, não tem interprete de libras, só tem única tecnologia, mas presa e sem integrar.

6- Resposta: aqui maravilhoso perfeito tem acessibilidade que tem tecnologia janela de libras é ótimo, o problema é outro que os objetos, quero entender as palavras em português, vontade de chamar interprete de libras, mas ela não sabe Libras. Penso ideia é que tecnologia criar QR, minha opinião. Ver os objetos por exemplo espada e abrir QR explicação a Libras sobre á história de espada, legal como substituir por presença interprete de libras, não precisa, direito assistir QR, para melhorar acessibilidade.

Entrevistado 3

1- Resposta: já vi no museu, para mim acessibilidade é bom.

2- Resposta: positivo é que tem visual audiovisual com janela de Libras, negativo é que funcionário não sabe falar em Libras e usa máscara.

3- Resposta: sobre legenda, minha língua é inglês, não sei a língua Portuguesa, mesmo é inglês. Tem um problema é que por um exemplo algumas as palavras são de Brasil, não sei quem são, meu recomendo é que adaptação clicar para ver as imagens são quem e entender melhor.

4- Resposta: meu visto que qualidade ficou bom.

5- Resposta: quando entrei no museu, os funcionários não me avisaram e apontaram que tem interprete de Libras dentro na janela de Libras, só depois vi que tem.

6- Resposta: meu desejo melhorar é que criar QR code todos os objetos e clicar para ver imagens quem são.

Entrevistado 4

1- Resposta: Museu JK, me lembro atrás 20 anos, entrei no museu não tinha acessibilidade para os surdos. Hoje em dia vi que tem acessibilidade, mas não é 100%, algumas as faltas, principalmente português é forte e também inglês é forte, os dois principalmente fortes. Agora momento extra tipos acessibilidades brailes, também pessoas ouvintes cega escutam, dá para escutar, mas imagina pessoas surdacegas, como? Faltam algumas.

2- Resposta: meu visto positivo é que audiovisual janela de Libras tem interprete, mas negativo é que falta colocar o fundo, é atrapalha, porque pessoa surdacega um pouco deve assistir melhor com o fundo, isso é melhor acessibilidade qualidade, tem interprete de libras que ajuda bastante, mas negativo falta o fundo.

3- Resposta: precisa sim, mas algumas pessoas surdas oralidade não sabem falar em Libras ai seguinte ler á legenda, é próprio acessibilidade deles. Para os surdos, nossas identidades visual libras fluência ai precisa acessibilidade em Libras, colocar os dois para não atrapalhar, mas alguns surdos não conhecem as palavras em Português, não sabem o que significados aí existe ajuda é que janela de Libras, adaptação e conseguir entender o contexto. É bom ter dois, quaisquer pessoas aconteceram diminuir auditivas, nasceram oralidade, implante coclear, a maioria das pessoas usam á legenda, para os surdos sem implante coclear, mas lerem a legenda e janela de Libras, depende dos surdos interessem ler legenda ou janela de Libras, pode ser. Também lembre-se tem variação linguística á Libras, as vezes não entendem a Libras ai substituir ler a legenda, entender o contexto.

4- Resposta: na verdade, então tem depende vários perfis interprete de Libras que não são padrões, sobre traduzir, precisa traduzir as palavras que entender o contexto, inventar qualquer escolher uma palavra (ministro) por um exemplo ministro que é o grupo pelo Presidente da República, significado dentro STF, então sinal se é mesmo ministro? Não, porque área traduzir dentro julgamento é superior, é nome á palavra. Contexto diferente por sinal, mesma palavra, mas diferente sinal. Também dentro religiosa, a palavra ministro, também sinal diferente, pode usar mesmo o sinal? Não, tem tipos sinal por palavras, parece não tem afirmação sinal, empresta usa o sinal, para evitar prejudicar não é área que usa sinal. Também a palavra transito é o lugar fila os carros, sobre julgamento não é o sinal mesmo transito, é outro focar é próprio julgamento. Então imagina dentro no museu JK também não combina traduzir por sinal, por exemplo. Podiam que devem integrar o grupo acadêmica pesquisar, estudar entender os significados terminologia própria área cultural.

5- Resposta: falta acessibilidade em Libras, mas qualquer momento se uma pessoa encontrar com pessoa funcionário, falar coisas de saudações, desculpe sou surdo, isso é sem comunicação. A pessoa funcionário poderia aprender em libras é só básico para comunicar melhor. Poderia abrir central interprete, mas sei é ruim marcar o dia para atender ao buscar as informações (mediador), isso é sem acessibilidade. As maiorias não querem pagar á presença de interprete de Libras para sempre, pois os surdos difíceis participam, participam só por enquanto, então por causa funcionários poderiam aprender o curso básico que possível se conseguir comunicar para melhor.

6- Resposta: meu visto é o desejo melhorar que principalmente como eu já expliquei antes sobre português e inglês, precisa extra brailes é para pessoas cegas, mais um precisa QR code qualquer for tem os objetos, usar o celular ligar QR para abrir e assistir á Libras, melhor qualidade, também á legenda, por exemplo pessoas não sabem a Libras, assistir Libras e legenda. Para mim precisa melhorar qualidade, vale a pena.

Entrevistado 5

1- Resposta: faltas muita coisa, então minha resposta é nível 5 notas.

2- Resposta: minha vista positiva é que tem visual audiovisual janela de Libras e legenda são ótimos, negativo é que falta funcionário para atender a Libras para pessoas surdas e também não tem Qr codes.

3- Resposta: meu nível é bom que sempre conseguir entender a ler português, sei que tem alguns surdos não entendem ler, por isso importante ter janela de libras tem interprete para

acompanhante. Por um lado, pessoas surdas oralidade não sabem a Libras ai lerem a legenda, é acessibilidade para eles é perfeito.

4- Resposta: então, eu vi as janelas de Libras que a pessoa traduziu em Libras é bom, mas o problema é que há variação linguística, parece que tem alguns sinais que eu não entendo ai fiz um jeito ler a legenda em Português que me ajudou, então estou pensando o certo é que trazer interprete de Libras é de Brasília para acompanhante a Libras, também vi que tem alguns sinais sem sentido contexto, por um exemplo “avião base”, essa mulher fez sinais por duas palavras, não. O certo é que avião veio em lugar, isso é entender melhor claro.

5- Resposta: me sinto sem confortável, obrigatório é ter interprete de Libras, se for tiver as dúvidas ai chama-la, então qualidade ainda é fraco.

6- Resposta: meu recomendo é que trazer interprete de Libras ou funcionário sabe falar em Libras, também colocar QR code por todos os objetos em salas, também deve ter acessibilidade por todas salas, não algumas as salas. Na minha opinião se trazer interprete de Libras deve é de Brasilia para evitar se assustar variação linguística e se confundir. Também na minha opinião que a legenda se for alguns surdos não conhecem as palavras ai buscar os dicionários.

Entrevistado 6

1- Resposta: aqui acessibilidade o resultado nível mais ou menos.

2- Resposta: há atrás tempo que veio aqui no museu não tinha acessibilidade em Libras, só textos em português a todos, agora sim tem acessibilidade em Libras, mas não é completo.






3- Resposta: para mim ler a legenda, consegui entender sim, mas não é 100%, mais ou menos, mas uso ler legenda e janela de Libras que me ajudam é ótimo. Meu visto acompanho com os surdos, alguns surdos não conseguem entender a ler legenda, as vezes consegui ajudar traduzir para eles, se for janela de Libras seria melhor.





4- Resposta: percebi janelas de Libras que ela traduziu em Libras, entendi sim, mas ela é de outro estado, só o problema é variação linguística.

5- Resposta: não tem presença de interprete de Libras, me sinto não confortável, aqui me mostra mais forte são textos e legenda em Português.

6- Resposta: na minha opinião que funcionário sabe falar em Libras simples, por exemplo algumas salas têm janelas de Libras são bons, outros alguns não têm ai chamar funcionário traduzir em Libras for possível. Meu visto que outras acessibilidades são boas, então quero extra colocar QR code por os objetos.

APÊNDICE 2: Os 9 tipos de acessibilidade para Surdos(as)

	<p>(I) “Presença de funcionários fluentes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na recepção”. A mediação é parte central para a adequação do espaço público para o atendimento da pessoa Surda, sem que haja o atendimento adequado na língua de sinais. Não só limita o acesso à informação, mas oprime o(a) Surdo(a) a um status de estrangeiro, dificultando e às vezes até impossibilitando sua comunicação.</p>
	<p>(II) “Presença de intérpretes guias para Surdos(as) nas exposições”. O acompanhamento em toda a instalação mediado por um intérprete pode ser uma alternativa para quando os funcionários não estão preparados para atender o público em questão.</p>
	<p>(III) “Presença de símbolos internacionais de informação”. A presença desses símbolos adianta ao(à) Surdo(a) se o espaço é ou não inclusivo, trazendo a informação de forma visual. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C), em conformidade com a Norma ABNT NBR 15599.</p>
	<p>(IV) “Videoguia (LIBRAS e legendado) explicativo sobre a exposição”. A janela de Libras é definida pela NBR 15.290 como um “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas para a LIBRAS”. Assim, em vez de serem transcritas, as informações presentes no canal de áudio são traduzidas e passadas, em Libras, aos telespectadores por um intérprete.</p>
	<p>(V) “Presença de SignWriting (escrita de língua Brasileira de sinais) explicativo sobre o acervo exposto”. O SignWriting significa “Escrita de Sinais” e, no Brasil, é um sistema de escrita para escrever em línguas de sinais, apresentando uma escrita própria, feita através de símbolos que expressam as configurações de mão, a orientação da palma da mão, os movimentos, as marcas não-manuais e os pontos de articulação. Essa forma de escrita permite ao(à) Surdo(a) ler e escrever, sem necessidade de tradução para uma língua oral.</p>
	<p>(VI) “Presença de QR code em obras do acervo com tradução LIBRAS (oferecer o celular, caso visitante não tenha o aparelho</p>

	<p>adequado)”. O QR code é uma ferramenta atual que permite o direcionamento para um site ou aplicativo que possa conter a explicação do conteúdo em Libras.</p>
	<p>(VII) “Exposições com informações em linguagem clara e coesa, preferencialmente em tópicos”. A relevância desta forma de apresentação reside na clareza e coesão temática da informação tanto para os públicos ouvintes quanto para os(as) Surdos(as). As tecnologias digitais facilitaram a comunicação entre Surdos(as), uma vez que a transmissão de imagens com qualidade e rapidez, torna a informação mais completa, principalmente face à diversidade entre os grupos Surdos, alguns não fluentes em língua de sinais, outros em língua portuguesa. Assim, é fundamental o uso de recursos tecnológicos para acesso à comunicação e à informação.</p>
	<p>(VIII) Exposições com informações apresentadas em diferentes recursos (sonoros, visuais, escritos, tácteis etc.)”</p>
	<p>(IX) “Exposições com informações em tamanho e local adequados para Leitura”. São textos que motivam o visitante na Leitura e ajudam na compressão dos conteúdos e objetivos da exposição. Na maioria das vezes a Leitura dos textos será feita em pé, textos muito altos ou baixos devem ser evitados. Informações adicionais devem ser disponibilizadas em locais adequados e que permitam uma Leitura confortável.</p>